



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)**

RAFAEL FÉLIX LEITE

**FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E CURRÍCULO INTEGRADO:
o debate crítico sobre o sistema de justiça brasileiro em material
paradidático no ensino médio**

MACEIÓ

2021

RAFAEL FÉLIX LEITE

**FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E CURRÍCULO INTEGRADO:
debate crítico sobre o sistema de justiça brasileiro em material
paradidático no ensino médio**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Inserido na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e ao macroprojeto 3 - Práticas Educativas no currículo integrado.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Beatriz Medeiros de Melo

MACEIÓ

2021



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

L533f

Leite, Rafael Félix.

Formação humana integral e currículo integrado: o debate crítico sobre o sistema de justiça brasileiro em material paradidático no ensino médio / Rafael Félix Leite. – 2021. 199 f. : il.

1 CD-ROM: il.

Orientação: Prof.^ª Dr.^ª Beatriz Medeiros de Melo.

Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021.

1. Educação Integrada. 2. Sistema Prisional. 3. Trabalho Prisional 4. Sociologia.

I. Título.

CDD: 370

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796

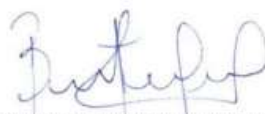
RAFAEL FÉLIX LEITE

**FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E CURRÍCULO INTEGRADO:
debate crítico sobre o sistema de justiça brasileiro em material
paradidático no ensino médio**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. Inserido na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e ao macroprojeto 3 - Práticas Educativas no currículo integrado.

Aprovado em 23 de agosto de 2021.

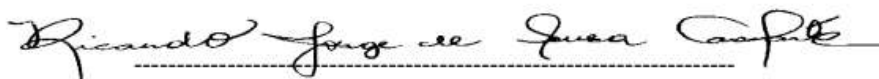
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dra. Beatriz Medeiros de Melo (Presidente e Orientador(a))



Prof. Dra. Elaine Cristina Pimentel Costa - UFAL (Membro Externo)



Prof. Dr. Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti - ProfEPT/IFAL (Membro Interno 1)



Prof. Dra. Rossana Viana Gaia - ProfEPT/IFAL (Membro Interno 2)

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

RAFAEL FÉLIX LEITE

**FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E CURRÍCULO INTEGRADO:
debate crítico sobre o sistema de justiça brasileiro em material paradidático no
ensino médio**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. Inserido na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e ao macroprojeto 3 - Práticas Educativas no currículo integrado.

Validado em 23 de julho de 2021.

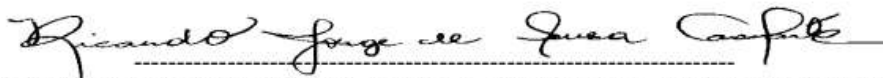
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dra. Beatriz Medeiros de Melo (Presidente e Orientador(a))



Prof. Dra. Elaine Cristina Pimentel Costa - UFAL (Membro Externo)



Prof. Dr. Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti - ProfEPT/IFAL (Membro Interno 1)



Prof. Dra. Rossana Viana Gaia - ProfEPT/IFAL (Membro Interno 2)

Dedicado a toda uma rede de solidariedade e cooperação que fez este trabalho possível;
e também a cada uma das vítimas deste Estado punitivista violador de direitos, incluindo
pessoas privadas de liberdade, sobreviventes do sistema,
familiares e amigos/as.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por Sua misericórdia e Seu amor e também à minha família, nas pessoas de minha esposa Milena e minha filha Melissa; a meu irmão Douglas e à minha cunhada Lorrany. E também às pessoas que me deram suporte no Estado de Alagoas: Cizete, Fran, Val e Carlos.

Impossível esquecer a toda paciência, sensibilidade e competência de minha orientadora, prof^a. Dra. Beatriz Medeiros de Melo e também à minha companheira de orientação, Adriana Cirqueira Freire. Registro especial consideração a Diego Alves, por sua contribuição inestimável na confecção do Produto Educacional e na partilha da experiência dessa trajetória acadêmica.

Agradeço a toda turma do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal), incluindo todos os seus docentes, discentes, coordenação e corpo técnico-administrativo. Especial agradecimento ao grupo de WhatsApp “Comuna” e também ao “Vou depois”, grupo com discentes que solicitaram prorrogação, pelo suporte, apoio e senso de coletividade.

Às mais variadas instituições que fizeram esta investigação ser possível: Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (SERIS), sobretudo nas pessoas de Andréa Rodrigues, Alessandra Cavalcante e também ao chefe do Núcleo Ressocializador da Capital (NCR), Eduardo Gouveia, pela disposição e pelo acolhimento. Meu agradecimento se estende também a Jerônimo, França e Madruga, figuras ímpares que pude conhecer em meu trânsito pelo sistema prisional alagoano. Registro também sinceros agradecimentos ao CAPSi Nise da Silveira (Unit) e também ao CAPSi Martin-Baró (CESMAC) por me convidarem para espaços coletivos de construção a respeito do assunto.

Agradecimentos à Flávia Bascuñán Timm, Ana Cristina Pereira de Alencar e Gleicimar Cunha, mestras que souberam orientar minhas aspirações durante e após a graduação.

Agradeço aos companheiros do Projeto “Prisões Livres de Tuberculose!”, Igor, Silas e Adriano, pelos ricos momentos, agradecimento que se estende à então Coordenação Nacional do referido Projeto, nas companheiras do Rio Grande do Sul, Daiane Costenaro e Daniela Kühleis.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Educação em Prisões (GPEP), nas pessoas de suas coordenadoras: Elaine Pimentel e Conceição Valença. Bem como a

Fernando Rodrigues, do Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economia das Simbolizações (GruPPAES), pelas pertinentes provocações ao longo do percurso.

Agradeço enormemente ao corpo docente de Sociologia de toda a rede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal), pelas contribuições na investigação.

Agradeço ao Projeto de Atenção Integral à Saúde Prisional e Sistema Socioeducativo (PAISPIS) da Universidade Estadual das Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal), com especial carinho às companheiras preceptoras: Kaline Kelly, Wanessa, Alyne Kelly, Alisson, Deborah, Claudia e Jéssica Michelle.

Agradeço à Rosângela Cerqueira, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) desenvolvido no Ifal, pela confiança e energia transmitida no processo.

Meus mais sinceros agradecimentos às organizações que de alguma forma contribuíram para o que penso a respeito do sistema penal: Coletivo ArtSam, Família Hip Hop, NoizQFaiz, dentre vários outros atores e outras atrizes do Hip Hop e da literatura marginal.

À Associação de Familiares de Internos e Internas do Distrito Federal e Entorno (AFISP) e todas as outras organizações que visam promover Direitos Humanos nos rincões do sistema prisional.

Agradeço aos mestres, Dante Moura (UFRN e IFRN) e Elionaldo Fernandes Julião (UFF).

Agradeço aos “afavor”: Junin (Vieira), Gelo, Perna (*in memoriam*), Leyvinho (BrownL), Isaque Félix (Dublê), Julie, Thayran, Chinês (*in memoriam*), Gelado, Bugado, Vicente Blood, Henrique QI, Kalango QI, Alonzo, Emerson e Nego Love, dentre vários outros que me ajudam a compreender um pouco mais sobre a vida.

Lembrai-vos dos encarcerados, como se estivésseis aprisionados com eles; e todos aqueles que sofrem maus tratos como se vós pessoalmente estivésseis sendo maltratados (Hebreus 13:3).
(Autor desconhecido, 70 d.C.)

RESUMO

Essa pesquisa, desenvolvida no contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal), tem por objetivo principal identificar o tratamento do debate sobre sistema prisional nos livros didáticos e nas salas de aula de Sociologia do Instituto Federal de Alagoas, em específico no Campus Maceió, e propor material paradidático para o Ensino Técnico Integrado, ligado diretamente ao conteúdo programático do referido componente curricular. Relacionado a este objetivo, visa-se ampliar o conhecimento sobre o sistema prisional e as formas de trabalho na sociedade contemporânea por meio do reconhecimento do trabalho prisional. A partir disso, qualificar esta discussão mediante a construção de Caderno Reflexivo, ao tempo que se propõe colaborar para a superação de estigmas e preconceitos que incidem sobre a naturalização de desigualdades constituídas historicamente e vivenciadas pela população privada de liberdade. Para tanto, usou-se a abordagem metodológica qualitativa, do tipo Investigación-Acción-Participante de Fals Borda, o princípio do artesanato intelectual de Wright Mills e a formação humana integral como condutora de todo o processo. Em princípio, realizamos revisão bibliográfica prévia e na etapa diagnóstica, aplicamos questionários com o corpo docente de Sociologia de diferentes campi do Ifal, realizamos entrevistas com cinco desses e aplicamos questionários em estudantes do curso de Estradas do Campus Maceió. A partir desses dados, construímos a versão prévia do Caderno Reflexivo. Esse material foi validado por quatro pesquisadoras/es da temática abordada e por dez professoras/es de Sociologia do Instituto Federal de Alagoas. Avaliamos que esse Caderno pode qualificar a discussão sobre o sistema prisional e possibilitar espaços reflexivos em sala de aula que representam um esforço na superação de desigualdades sociais.

Palavras-Chave: Sistema prisional. Trabalho prisional. Sociologia. Educação Integrada.

ABSTRACT

This research, carried out in the context of the Technological and Professional Education Postgraduate Program (ProfEPT/Ifal), aims mainly to identify the treatment in the debate about prison system on instructional materials and in Sociology classes in the Instituto Federal de Alagoas (Ifal), specifically on the Maceió Campus, and to propose supplementary educational materials for the Integrated Technical Teaching, directly linked to the programmatic content of the referred curricular component. Related to that goal, this work intends to amplify the knowledge about the prison system and the forms of workforce in contemporary society by acknowledging the penal labor. Thereafter, to qualify this discussion by means of the construction of Reflexive Notebook, at the same time as it proposes to collaborate in order to overcome stigmas and prejudices that fall upon the naturalization of inequalities historically constituted and experienced by the population deprived of liberty. For such, this study has made use of the qualitative method approach, the Investigación- Acción- Participante type, by Fals Borda, the principle of Intellectual Craftmanship by Wright Mills, and the integral human development as a common thread throughout the whole process. At first, we have performed previous literature review and, in the diagnostic stage, we have applied questionnaires to ten professors of Sociology from different Ifal campuses, we have interviewed five professors of Sociology from the Maceió Campus and we have applied questionnaires to twelve students of the Estradas course from the Maceió Campus. With these data, we have elaborated the previous version of the Reflexive Notebook. This material has been validated by four researchers of the topic covered and by ten professors of Sociology from the Ifal. We evaluate that this Notebook may qualify the discussion on the prison system and enable reflexive spaces in the classroom, which represent an effort in overcoming social inequalities.

Keywords: Prison System. Penal Labor. Sociology. Integrated Education

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Corpo docente - sistema prisional como problema contemporâneo.....	48
Gráfico 2. Corpo docente – crime e sistema prisional em sala de aula.....	48
Gráfico 3. Corpo docente – problemas sociais ligados ao sistema prisional	49
Gráfico 4. Corpo docente – o crime e a questão prisional nos livros didáticos.....	50
Gráfico 5. Corpo docente – trabalho prisional na sociedade contemporânea	51
Gráfico 6. Corpo docente – discutir trabalho prisional em sala de aula.....	51
Gráfico 7. Corpo docente - conhecimento sobre funcionamento do trabalho prisional	52
<i>Gráfico 8.</i> Corpo docente – trabalho prisional no conteúdo programático de Sociologia	53
Gráfico 9. Corpo docente – percepção do corpo docente sobre sistema prisional brasileiro	55
Gráfico 10. Corpo docente - percepção do corpo docente sobre sistema prisional brasileiro	55
Gráfico 11. Corpo docente – percepção da sociedade sobre sistema prisional brasileiro	56
Gráfico 12. Corpo docente – conhecimento sobre trabalho prisional	67
Gráfico 13. Corpo docente – relevância da compreensão sobre trabalho prisional	68
Gráfico 14. Corpo docente – presença do tema “trabalho prisional” nas disciplinas	69
Gráfico 15. Corpo docente – tema “trabalho prisional” no livro didático	69
Gráfico 16. Corpo docente – problemáticas ligadas ao sistema prisional	71
Gráfico 17. Corpo docente – sentido do trabalho nas prisões	71
Gráfico 18. Corpo docente – diminuição da pena por trabalho.....	72
Gráfico 19. Corpo docente – opinião sobre auxílio reclusão	73
Gráfico 20. Corpo docente – opinião sobre o trabalho sem remuneração de pessoas privadas de liberdade.....	74
Gráfico 21. Corpo docente – o mercado de trabalho para egressos dos sistema prisional	75
Gráfico 22. Corpo docente – justiça e aplicação das leis no Brasil.....	76
Gráfico 23. Corpo docente – pessoas privadas de liberdade e acesso à saúde, educação e trabalho	77
Gráfico 24. Corpo docente – recrudescimento penal	77
Gráfico 25. Corpo docente – responsabilidade de autoria pelo crime.....	78
Gráfico 26. Pesquisadoras/es - adequação da linguagem do PE.....	89
Gráfico 27. Pesquisadoras/es - avaliação das ilustrações do PE.....	90
Gráfico 28. Pesquisadoras/es - avaliação da diagramação do PE	90
Gráfico 29. Pesquisadoras/es - relevância e pertinência das discussões contidas no PE	91
Gráfico 30. Professoras/es - adequação da linguagem do PE.....	93
Gráfico 31. Professoras/es - pertinência das ilustrações do PE.....	95
Gráfico 32. Professoras/es - adequação da diagramação do PE.....	96
Gráfico 33. Professoras/es - diálogo do conteúdo programático com PE.....	98
Gráfico 34. Professoras/es - possibilidade de utilização do PE em sala de aula.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorização da análise de dados

58

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Capa do PE "Crime, sistema prisional e trabalho prisional"	84
Figura 2 Sumário do Produto Educacional "Crime, sistema prisional e trabalho prisional"	85
Figura 3 Mosaico de vozes presente no PE "Crime, sistema prisional e trabalho prisional"	86
Figura 4 Seção "Para além desse Produto Educacional" constante no PE "Crime, e sistema prisional e trabalho prisional"	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas EPT –

Educação Profissional e Tecnológica

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública IAP –

Investigación-acción-participativa

Ifal – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas IPEA -

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias DEPEN –

Departamento Penitenciário Nacional

MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública NRC –

Núcleo Ressocializador da Capital

PE – Produto Educacional

PPL – Pessoa Privada de Liberdade PPP –

Projeto Político Pedagógico PFSL –

Presídio Feminino Santa Luzia

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica SERIS –

Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Dos objetivos e do método da pesquisa.....	18
1.2 Das seções da dissertação.....	27
2. FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, TRABALHO PRISIONAL E SISTEMA PRISIONAL: APORTES TEÓRICOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM PRODUTO EDUCACIONAL.....	29
2.1 Trabalho na contemporaneidade.....	29
2.2 Formação Humana Integral no contexto da EPT.....	33
2.3 Sistema prisional e trabalho prisional: o Estado, sua agenda e sua manifestação histórica e localizada no Brasil e em Alagoas.....	37
2.4 Materiais didáticos e concepções de ensino-aprendizagem.....	44
3. DA ETAPA DIAGNÓSTICA À CONSTRUÇÃO DA VERSÃO PRELIMINAR DO PE: RECONHECENDO CENÁRIOS E CONCEPÇÕES	47
3.1 A perspectiva docente	47
3.2 A perspectiva discente.....	66
4. DA AVALIAÇÃO À (RE)CONSTRUÇÃO DO PE: UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA 79	
4.1 Considerações sobre práticas educativas e materiais paradidáticos	80
4.2 A versão preliminar do Produto Educacional.....	84
4.3 Avaliação do Produto Educacional por docentes e pesquisadoras/es.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
APÊNDICE A – Produto Educacional – Caderno Reflexivo	112
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Estudantes	159
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –Professores.	163
APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Responsáveis dos Estudantes	167
APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Reeducandos Trabalhadores.....	170
APÊNDICE F - Carta de Apresentação à Instituição – SERIS.....	174
APÊNDICE G - Questionário Virtual – Diagnóstico com Professores/as de Sociologia	175

APÊNDICE H - Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Professores/as de Sociologia	178
APÊNDICE I - Questionário – Diagnóstico com Estudantes	179
APÊNDICE J - Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Reeducandos Trabalhadores	183
APÊNDICE K - Questionário Virtual – Avaliação com Pesquisadores/as.....	184
APÊNDICE L - Questionário Virtual – Avaliação com Professoras/es.....	186
ANEXO A – Aprovação do Projeto na Plataforma Brasil.....	190
ANEXO B – Matriz Curricular de Sociologia no Plano Pedagógico do Curso Integrado ao Ensino Médio – Estradas.....	196

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela investigação contida nestas páginas inicia-se há mais de dez anos, quando participei de evento científico ocorrido na capital federal em 2011, intitulado “Subjetividade e Criminologia no Brasil: Um diálogo entre Criminologia Crítica e Psicologia Jurídica” com exposições da psicóloga Flávia Timm e da socióloga Ludmila Gaudad. Ali, as primeiras inquietações ocorreram.

Citamos também como ocorrência importante, e a título de análise de implicação, em 2013, a minha apreensão provisória por seis horas na 5ª Delegacia de Polícia Civil. Na ocasião, para atender aos ditames da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), o governo federal (“de esquerda”) reagiu aos protestos populares ocorridos à época com extrema truculência. À época, a sociedade civil organizada denunciou os excessos e abusos ocorridos naquele evento desportivo. Isso culminou numa onda de manifestações espalhadas por todo o Brasil, intitulada “Jornadas de Junho de 2013”. Centenas de manifestantes foram detidos em seguida. Embora a situação não se compare a uma pena “na direta” (em regime fechado) ou semiaberto, avalio que para fins de análise de implicação tal acontecimento merece memória por enriquecer as leituras e possibilidades de interpretação do objeto investigado (MILLS, 1982). No ano de 2015, estagiei e desenvolvi pesquisa na Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP-DF), além de ter realizado projeto interventivo na Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP) no Complexo Penitenciário do Distrito Federal.

A este evento, acrescento minha participação na condição de um dos fundadores da Associação de Familiares de Internos e Internas do Distrito Federal e Entorno (AFISP-DFE), ocorrida em 2014, juntamente com Julie Lima, Preto Beto (membro do grupo de rap Sobreviventes de Rua), Renatinha, Darliana (*in memoriam*) e Alessandra. Desde então, algumas investigações foram realizadas, como análise das representações sociais de liberdade na perspectiva de pessoas com histórico de privação de liberdade (FÉLIX, 2016), até mesmo a produção de sentidos frente a diários de campo com experiências interventivas (FÉLIX; MELO, 2018) e questões que costumam ser ignoradas

quando se reflete sobre o encarceramento, a exemplo do sentido de liberdade para pessoas privadas de liberdade e egressos (FÉLIX, 2018).

Neste texto, optamos, de forma invariável, politicamente pela utilização da terceira pessoa do plural por entendermos metodologicamente que este escrito pode ser compreendido como um trabalho de *artesanato intelectual* e também uma produção coletiva, já que se sustentou nos princípios da *investigación-acción-participativa*.

Cada uma dessas inquietações, reflexões e práticas me acompanhou em momentos distintos de escrita e pensamentos, para que hoje chegasse ao texto que ora se apresenta. O objeto foi escolhido em conjunto com a orientadora e inicialmente enfrentou resistência por parte de diversos atores. Todavia, por entendermos ser este um relevante problema sociológico brasileiro, insistimos na discussão sobre sistema prisional e trabalho prisional no intuito de qualificar o debate no contexto da Rede Federal de Ensino, como também para contribuir para a compreensão do trabalho a partir de um objeto que entendemos ser uma forma de sua realização na sociedade atual.

Os diversos episódios de morticínios e massacres que o Brasil enfrenta, a título daquele ocorrido no Presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, em 2017; no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em 2019, no Amazonas, em 2019 e no Presídio de Altamira, no Pará, também nesse mesmo ano são exemplos de que o estado penal é o fio condutor da desumanidade promovida, incentivada e permitida no sistema prisional brasileiro. Além, obviamente, daquele que é lembrado como um dos marcos da onda homicida na prisão: o Massacre do Carandiru (1992), cujos números oficiais registram em 111 detentos executados, ocasião esta que o Estado forneceu a plataforma política para que os apenados se organizassem, dando origem ao crime organizado na região de São Paulo (LIMA; VIANA; CARNEIRO, 2018).

A investigação a seguir contempla e correlaciona duas das maiores crises brasileiras: a do sistema prisional e a do mundo do trabalho. O sistema prisional, aqui lido como um aparato do estado penal e o mundo do trabalho, regulado pelas relações de caráter neoliberal, refletem a manutenção do capitalismo transnacional em um país subdesenvolvido (OLIVEIRA, 2003). Na

medida em que amplia a própria noção de trabalho e qualifica um importante dilema social, esta pesquisa enseja apresentar-se como um possível instrumento de cidadania, na medida em que contribui para o debate crítico acerca do sistema prisional e do trabalho prisional, corroborando a efetivação da educação integral no âmbito do Ensino Médio Integrado.

Diante de toda a situação narrada, entendemos não restar dúvidas da pertinência de se apresentar a discussão de forma qualificada aos/às estudantes. No ano de 2018, ao ingressar no ProfEPT/Ifal, vislumbrei a oportunidade de poder contribuir nesta discussão, tão pertinente para a compreensão da realidade brasileira. Diante disso, fiz questão de que pudesse ser apreciada de maneira crítica aos/às estudantes, tendo em vista a necessidade de elaborar um Produto Educacional (PE).

Inicialmente, por meio da experiência da orientadora na condição de docente do componente curricular Sociologia, refletimos se o debate sobre o sistema prisional estava presente nos livros didáticos do referido componente. Nossa hipótese inicial era de que esse debate era insuficiente nos materiais trabalhados em sala de aula. Nossa segunda reflexão foi: “de que forma poderíamos apresentar os dados estatísticos, as explicações sociológicas, os conteúdos artísticos e os fatores políticos referentes ao sistema penitenciário, de modo a promover uma discussão qualificada ao corpo discente?”. Motivados por essa discussão, iniciamos nossos esforços investigativos, considerando que a população privada de liberdade – em sua maioria, jovem, negra e proveniente de regiões atingidas pela desigualdade social – carrega estigmas e preconceitos que muito interessam à Sociologia e também a uma matriz curricular crítica.

1.1 Dos objetivos e do método da pesquisa

Vinculada à linha de pesquisa *Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)* e correspondente ao macroprojeto 3 - *Práticas Educativas no currículo integrado*, o texto que segue concebe na educação possibilidades de constituir um caráter cidadão e um pensamento

crítico a seus/suas estudantes, superando desigualdades constituídas historicamente. Partindo desse compromisso, o objetivo primário da pesquisa é identificar a representatividade do debate sobre sistema prisional nos livros didáticos de Sociologia utilizados no Ifal, em específico no Campus Maceió; e propor material paradidático para o Ensino Técnico Integrado, vinculado diretamente ao conteúdo programático do componente curricular citado, que possibilite ampliar o conhecimento sobre o sistema prisional e as formas de trabalho na sociedade contemporânea através do reconhecimento do trabalho no sistema prisional, na medida em que as discussões que são transversais ao universo das pessoas privadas de liberdade.

Adicionalmente, objetiva (I) identificar de que maneira discentes e docentes de Sociologia do Ensino Técnico Integrado concebem a temática do sistema prisional; (II) contribuir para a superação de estigmas e preconceitos que incidem sobre a naturalização de desigualdades constituídas historicamente vivenciadas pela população encarcerada; (III) garantir a presença da narrativa de pessoas privadas de liberdades na investigação para reconhecer e ilustrar o material paradidático e (IV) elaborar Caderno Reflexivo como PE.

Nos parágrafos que seguem, apresentamos os princípios teórico- metodológicos que guiaram nossa pesquisa, a abordagem adotada, os instrumentos para realização da coleta de dados, a descrição dos participantes da pesquisa, bem como as respectivas técnicas utilizadas para que fossem feitas as interpretações das informações coletadas e a consecução dos objetivos anunciados anteriormente.

Desde o início, o que nos motivou a confeccionar um material paradidático foi a hipótese de que a discussão sobre o sistema prisional existia de forma insuficiente nos livros didáticos, ainda que estivesse bastante presente no debate público na contemporaneidade, sobremaneira suscitado pelo pensamento político conservador. A hipótese foi confirmada pelos dados coletados no diagnóstico, como demonstraremos adiante.

Entendemos que os instrumentos teóricos e metodológicos da pesquisa qualitativa nos forneceriam o instrumental necessário para a coleta dos dados. Sobre isto, ressalte-se que a pesquisa qualitativa enxerga no ambiente sua fonte direta de dados e o investigador como seu principal instrumento, sempre situados no local em que surgem, de maneira complexa e contextualizada (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Em movimento oposto ao que ocorre com dados quantitativos, “as exigências consideradas são diferentes daquelas que são comumente aceitas de acordo com o padrão convencional de observação, no qual há total separação entre observador e observados [...]” (THIOLLENT, 2003, p.22). Portanto, a ênfase desta pesquisa recaiu na análise de dados produzidos em campo.

Na primeira redação desta dissertação, adotamos metodologicamente a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2003). Insta frisar que foram necessárias reconfigurações metodológicas, já que se identificou que o método mais adequado para esta pesquisa seria a investigação participante de cunho qualitativo, que preservava o intercâmbio com as/os colaboradoras/es do estudo, ainda que o pesquisador não estivesse diretamente inserido no contexto educativo. Esta readequação expõe o dinamismo das investigações participativas, de modo que migramos da pesquisa-ação para a *investigación- acción-participativa* (IAP) (FALS BORDA; BRANDÃO, 1987).

O percurso de investigação apresenta a IAP (FALS BORDA; BRANDÃO, 1987) como principal metodologia em cooperação com outras ferramentas metodológicas que contribuíram para a confecção e reflexão sobre o PE. A investigação-ação de cunho participante ou IAP, como tem sido conhecida na América Espanhola (BRANDÃO; STRECK, 2006), é um “instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada, de conhecimento social e, também, um múltiplo e importante momento da própria ação popular” (BRANDÃO, 2006, p.28). Refere-se a um método de coleta de dados que se contrapõe à tradição científica tradicional, revendo o compromisso ético-político da produção em ciência. Mostra-se distinto daquele tipo de ciência exportado da Europa e da América do Norte, revestido de neutralidade, que acaba por contribuir na manutenção do *status quo*, ao ser colocado como imparcial. A

abordagem adotada apresenta aproximações com teorias pós-coloniais e decoloniais, colaborando com a chamada “pedagogia decolonial”. Sendo assim, a respeito de Fals Borda, pesquisador colombiano, idealizar deste método: “*lo que más le preocupaba era sobre todo esa ausencia de compromiso que tenía la investigación*” (MARÍN, 2013, p.77-78).

Brandão (2006) destaca ainda que:

A consequência desse ponto de partida da *pesquisa participante* é o de que a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento, mas na contribuição de sua prática na procura coletiva de conhecimento que tornem o ser humano não apenas mais instruído e mais sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, criativo, participativo, corresponsável e solidário” (BRANDÃO, 2006, p.21, grifo do autor)

Alinhado a este método, adotamos também o princípio do artesanato intelectual (MILLS, 1982). Cumpre citar que esta abordagem também rompe com a tradição em ciências sociais ao definir, dentro do horizonte de pesquisa, que a experiência pessoal do investigador colabora permanentemente com o decurso da pesquisa, sem que isso comprometa seu rigor metodológico. Significa dizer que:

[...] o estudante está pessoalmente envolvido em todo o produto intelectual que se ocupe. Dizer que pode “ter experiências” significa que seu passado influi e afeta o presente, e que define a sua capacidade de experiência futura (MILLS, 1982, p.212).

Outro elemento que se apresenta pertinente dentro dessa abordagem é a apreensão estrutural dos objetos de estudo. Na medida em que se debruça sobre o trabalho prisional, como ferramenta capaz de ampliar a noção do que é trabalho e dar contornos ainda mais críticos ao campo de estudo da EPT, “a ‘realidade’ de qualquer camada é, em grande parte, suas relações com o resto” (MILLS, 1982, p.217). Como a proposta é discutir o cenário e as relações sociais existentes, propõe-se o entendimento deste contexto frente ao restante da tessitura social.

Dito isso, julgamos oportuno anunciar que embora o pesquisador não dispunha de experiência docente em espaços formais, teve experiências de

atuação em espaços de educação não-formais. Entre os anos de 2012 e 2017, compus um coletivo de juventude e *Hip Hop* do Distrito Federal, seu nome era Coletivo ArtSam (Arte Solidária, Autônoma e Militante). Nesse intervalo, por ocasião das articulações junto ao movimento social, realizei o Curso de Formação de Educadores Populares (CFEP), em que me aproximei da pedagogia freireana e desenvolvi uma intervenção na Região Administrativa XII do Distrito Federal, Samambaia, onde residia. Além de outras atividades educativas em unidades de internação socioeducativa. Em 2015, também participei de uma aula do Curso de Realidade Brasileira, promovido na Ufal, vinculado à Faculdade de Medicina (Famed), também com a perspectiva da educação libertadora.

Ainda, entre os anos de 2018 e 2019, participei do projeto “Prisões Livres de TB!”, como mobilizador social em Alagoas, atuando em diversos presídios do estado, com toda a comunidade prisional (pessoas privadas de liberdade, familiares, agentes, equipe técnica, diretores de presídios, gestores, sociedade civil organizada etc.). Avaliamos que esta iniciativa, calcada na educação em saúde, figura como um espaço de educação não formal. Portanto, todo esse trajeto influi no manejo dos dados e interpretação deles.

Conforme já anunciado, a experiência pessoal do/a pesquisador/a não é renunciada, mas pode contribuir permanentemente nos objetivos da pesquisa. Neste lugar, o pesquisador assume o lugar de *agente assessor*, pois servirá seu saber à emancipação e superação de contradições sociais que promovem injustiça e desigualdade social. Assumimos então a prerrogativa de que “essa modalidade de pesquisa apresenta dois atributos básicos: relação de reciprocidade entre sujeito e objeto e relação dialética entre teoria e prática” (SILVA, 2006, p.127). Destaque-se, portanto o compromisso político de incidência na realidade.

No que tange às técnicas adotadas, em princípio procedemos com a revisão de literatura sobre sistema prisional, trabalho prisional, educação integrada, currículo integrado e metodologias qualitativas. Para tal, foi realizada consulta na Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações (BDTD) além de outras bases indexadas como Google Acadêmico, Portal da Capes e Scielo.

Retomamos também obras de referência nas temáticas apresentadas e a legislação que rege a atividade laboral nas prisões brasileiras.

Os instrumentos utilizados foram questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas. Em relação à aplicação dos questionários, as alternativas de respostas foram categorizadas a partir das indicações da Tabela Likert de Cinco Pontos (LUCIAN; DORNELAS, 2015), que nos permitiu medir o nível de concordância/discordância a respeito das questões indicadas e possibilidade de mensurar a intensidade da atitude e o sentido (Ver Apêndices G, H e I). Aplicados os questionários, foram construídos gráficos para melhor reconhecimento da expressão de seus resultados.

Quanto às entrevistas, estas foram gravadas com autorização dos interlocutores e transcritas integralmente da modalidade literal. Com estes registros, tabulamos e analisamos o material à luz dos princípios da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). A Análise de Conteúdo constitui-se em uma abordagem de investigação psicossociológica, que se vale de um conjunto de técnicas de análise das comunicações, utilizando-se do conteúdo destas mesmas mensagens. É pertinente afirmar que “essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além da leitura comum” (MOURA, 1999, p.8).

Dentro dos fins aos quais se destinam esta pesquisa, a análise categorial foi o dispositivo escolhido para a interpretação do presente estudo (BARDIN, 2011), pois, por meio dela, as narrativas poderiam ser dispostas num campo analítico que certamente contribuiria para as etapas da IAP. A categorização geralmente é associada à contagem frequencial. Podemos dizer que ela diz respeito à “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p.147).

Esta técnica permite penetrar em significados que escapam às leituras superficiais das mensagens dos participantes da pesquisa, para que não apenas descreva os dados, mas que tenha condições de realçar aquele sentido

identificado no segundo plano. Nesse sentido, após a análise dos dados, foram elencadas três categorias: (I) Processos educativos; (II) Processos sociais; e (III) Contexto de Ensino-Aprendizagem, que serão abordadas adiante, quando da descrição dos resultados.

Nas investigações de tradição participante, a voz dos sujeitos compõe a metodologia da investigação (FRANCO, 2005), de modo que mesmo com um *corpus* reduzido, elementos importantes foram identificados. A partir deste pressuposto, o roteiro de entrevista com docentes (Ver Apêndice G) foi pensado para identificar interlocuções com o conteúdo programático do componente curricular Sociologia e sua relação com os objetos de estudo.

Apresentados os princípios metodológicos e as ferramentas, seguiremos com a explanação do diagnóstico e a descrição das/dos participantes, com os respectivos critérios de inclusão e exclusão. Após a revisão de literatura inicial, no primeiro momento da etapa diagnóstica, investigamos a maneira que o corpo discente e o corpo docente do componente curricular Sociologia compreendiam o sistema prisional, a pertinência dessa discussão na sala de aula e a existência de conteúdos sobre sistema prisional brasileiro nos livros didáticos do componente curricular no Ensino Médio Integrado do Ifal, além de questões específicas sobre o trabalho prisional e a receptividade a um material paradidático que auxiliasse o corpo docente neste sentido.

Em princípio, no primeiro momento da etapa diagnóstica, utilizamos questionários estruturados de forma presencial com doze (12) estudantes matriculados/as na 3ª série do Curso Médio Integrado de Estradas do Campus Maceió, no ano letivo 2019, no Campus do Ifal em Maceió. Do total de estudantes, onze (11) são do sexo feminino e um (1) do sexo masculino. Respeitando a faixa etária dos/das participantes, foram realizadas adequações para que as afirmativas fossem compreendidas. O questionário pode ser acessado no Apêndice I. O objetivo foi diagnosticar como eles/as concebiam o sistema prisional e o trabalho prisional, além de investigar se houve contato com o debate durante as aulas e/ou nos livros didáticos; foram acrescentadas também afirmativas um pouco mais práticas, com exposição de situações concretas, também utilizando a Escala Likert para medição do nível de

concordância. Consideramos ser esta série o momento mais pertinente para realização da investigação por avaliarmos que o debate dialoga mais diretamente com o conteúdo programático, além do que, devido à delicadeza do tema, os discentes precisariam de algumas noções prévias de Sociologia para realizarem uma apreciação crítica do PE. Nessa amostra, o critério de inclusão foi estar matriculado de forma regular no curso e ano letivo citados.

Em seguida, na fase seguinte do diagnóstico, encaminhamos e-mail a todos os *campi* do Ifal, no qual obtivemos respostas de 10 professoras/es, vinculados a seis (6) dos dezesseis (16) *campi* da instituição que ofertam cursos na modalidade EMI. Devido às medidas de isolamento social, estabelecidos em razão da COVID-19, foram aplicados questionários estruturados utilizando-se a plataforma virtual *Google Forms*, cujas questões levantadas podem ser acessadas no Apêndice G. Deste grupo inicial, quatro (4) docentes pertenciam ao Campus Maceió, dois (2) ao Campus Marechal Deodoro, e um (1) docente para cada um dos campi a seguir: Murici, Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa. Nessa mesma etapa, realizamos entrevistas semiestruturadas com cinco (5) professoras/es de Sociologia do Campus Maceió. O roteiro desse procedimento pode ser visualizado no Apêndice H. Já para esse grupo, tanto no diagnóstico quanto na avaliação, foram incluídas/os professoras/es do componente curricular Sociologia, que atuam no Ensino Médio Integrado, lotados em um dos 16 *campi* do Instituto Federal de Alagoas, sob o regime jurídico efetivo ou substituto, há no mínimo seis (6) meses.

Como forma de garantir a participação das pessoas privadas de liberdade, realizamos entrevistas semiestruturadas com cinco (5) dessas pessoas que trabalhavam durante o cumprimento de sua pena, para que suas narrativas compusessem o material paradigmático. Como forma de garantir a narrativa da população privada de liberdade no seio do PE, os critérios de inclusão foram: pertencer ao sexo masculino, cumprir pena em regime fechado no NCR e estar realizando trabalho interno há pelo menos um mês. Foram excluídos da amostra pessoas privadas de liberdade que estivessem há menos de seis meses do término do cumprimento da pena, pois pode ser difícil localizá-los para uma devolutiva da pesquisa, que será feita pelo chefe da

unidade prisional. Caso eles preenchessem os requisitos e o chefe da unidade não recomendasse a realização de entrevista, pelo motivo que se apresentar, esta avaliação teria valor de critério de exclusão, para preservar a integridade física da equipe de pesquisa e a rotina administrativa do estabelecimento prisional.

Os resultados coletados no diagnóstico direcionaram para o aprofundamento do estudo da temática, o que permitiu qualificar teoricamente o debate sobre o trabalho prisional. Portanto, a aplicação dos instrumentos de pesquisa no diagnóstico deu-se em dois momentos distintos, envolvendo diversos atores da pesquisa: professoras/es e estudantes.

Em posse desse material, confeccionamos a primeira versão do Produto, que passou pela avaliação de quatro (4) pesquisadoras/es especialistas na temática do sistema de justiça (também vinculados à Sociologia) e por dez (10) professoras/es de Sociologia do Instituto Federal. Dentre esses 10 (dez), 5 (cinco) participaram da fase diagnóstica. Esta avaliação consistiu na aplicação de questionários diagnósticos por meio da plataforma *Google Forms*, em razão das medidas de isolamento social por ocasião do contexto pandêmico da COVID-19, declarada pandemia em março de 2020, orientando mudanças e aprimoramentos ao caderno reflexivo em sua versão final. No que tange às/aos pesquisadoras/es que avaliaram a pesquisa, foram consultadas coordenações de grupos de pesquisas que tratavam da temática prisional, todas elas vinculados à Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Dos quatro (4) pesquisadores/as, dois eram vinculados à Universidade Federal de Alagoas (Ufal), uma vinculada à Pontifícia Universidade Católica de Campos (PUC- Campinas/SP) e o outro não apresentava instituição de vínculo principal; reunindo, portanto, condições de realizar uma leitura contextual e diversa das informações apresentadas. Registre-se que devido às restrições pandêmicas, restou inviável a avaliação do produto junto às/aos estudantes que participaram do diagnóstico.

Esta pesquisa foi aprovada na Plataforma Brasil, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 12850819.0.0000.5012. Cumpre citar que, portanto, ela respeita todas as orientações que regem a pesquisa

com seres humanos no Brasil. Cita-se que a aprovação do Comitê de Ética ocorreu em 30/07/2019 mediante o Parecer nº 3.475.861, em sua segunda versão.

Ademais, citamos que para elencar os vocábulos selecionados como as palavras-chave do resumo foram utilizados dois instrumentos de vocabulário controlado, que reúnem termos e conceitos extraídos de documentos analisados das bases de dados correspondentes, a saber: Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o WebThes, vinculado ao banco de dados de pesquisa do Senado Federal.

Apresentados os princípios que balizaram os objetivos, o método e a operacionalização da investigação, segue a organização dos escritos que culminaram na confecção do PE.

1.2 Das seções da dissertação

A apresentação da investigação e seus resultados foram organizados por meio da divisão em três seções que se seguem a este. Na segunda seção, nomeado *“Formação Humana Integral, Trabalho Prisional e Sistema Prisional: aportes teóricos para fundamentar a construção de um Produto Educacional”*, procedemos com a revisão bibliográfica, no objetivo de situar os contextos sociais dos debates referentes à pesquisa. Assim, realizamos revisão de literatura de conceitos importantes na EPT, sobretudo no que tange ao *2.1 – Trabalho na contemporaneidade e o debate da formação humana integral* vinculada a uma proposta de educação integrada, desvinculando a educação dos ditames do sistema capitalista neoliberal. Concebemos assim, a educação como possibilidade de superação das contradições do sistema societário vigente.

Em seguida, no segundo subtópico, apresentamos a situação dos cárceres brasileiros e do trabalho prisional, expondo também dados do Estado de Alagoas. Na continuação, tecemos considerações sobre materiais didáticos e concepções de ensino-aprendizagem, seção na qual reiteramos nosso

posicionamento a favor de uma educação libertária.

Já na terceira seção apresentamos o processo de construção do PE, iniciando com a etapa diagnóstica, com a análise da perspectiva docente e discente, para então se desdobrar na quarta e última seção, em que consta a avaliação do Caderno Reflexivo e a reconstrução desse a partir das contribuições das/os avaliadoras/es. Neste último, através das considerações tecidas pelos/as avaliadores/as, pudemos identificar as potencialidades e limitações do Caderno Reflexivo elaborado. Os conteúdos coletados foram organizados em tabelas e gráficos.

A quinta e última seção, por sua vez, apresenta as considerações finais, concluindo a investigação participante a qual a/o leitor tem acesso neste momento.

2. FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, TRABALHO PRISIONAL E SISTEMA PRISIONAL: APORTES TEÓRICOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM PRODUTO EDUCACIONAL

Na seção que segue, teceremos leituras críticas a respeito da configuração do trabalho nos tempos hodiernos, bem como sobre o modo como o tema é tratado na EPT, mediante a perspectiva integrada entre educação e trabalho. Apresentadas essas noções, procederemos com a reflexão sobre o sistema prisional e o trabalho prisional mediante teóricos/as críticos/as; também nos valem de estatísticas e dados sociodemográficos da população privada de liberdade. Para tanto, exporemos tanto os números do Brasil quanto os do Estado de Alagoas. De forma conclusiva, realizamos considerações teóricas sobre os materiais didáticos e as concepções de ensino-aprendizagem que balizam a investigação em tela.

2.1 Trabalho na contemporaneidade

Na presente investigação, assume-se uma leitura neomarxiana de sociedade, a saber, aquela que entende que o avanço do capitalismo transnacional (HARVEY, 1992) e do modo produtivo toyotista dão contornos outros à luta de classes proposta por Marx (2013). Compreender esta configuração nos moldes apresentados possibilitará elementos para pensar a EPT e o trabalho prisional.

Inicialmente, pontuamos que “[...] o fenômeno da informalidade na economia dos países em desenvolvimento, como o Brasil, é uma das questões mais sérias e decisivas quando se pensa o mundo do trabalho” (JULIÃO, 2011, p.195). A informalidade, nesta condição, apresenta duas vias: o descumprimento de normas legais e o índice de pessoas à margem da linha de pobreza (JULIÃO, 2011). Entender que as relações de trabalho hoje são atravessadas pela desregulamentação se revela como um esforço inicial e imprescindível para situar o objeto de pesquisa.

Em princípio, situamos o trabalho no decurso da história. De acordo com Sloniak (2015), o vocábulo

[...] é originário do latim *tripalium*, que designa instrumento de tortura. Por extensão, significa aquilo que fatiga ou provoca dor. Na etimologia da palavra trabalho, ou *tripalium*, do latim, um instrumento romano de tortura, espécie de tripé formado por três estacas cravadas no chão, onde eram supliciados os escravos *tri* (três) e *palus* (pau) – literalmente, três paus (SLONIAK, 2015, p.19).

Por trabalho, entendemos o processo pelo qual o ser humano, mediante sua própria ação, impulsiona, regula e controla o seu próprio intercâmbio material com a natureza, ao mesmo tempo em que também modifica sua própria natureza, numa relação dialética (MARX, 2013).

Ou seja, entre o século XII e o século XV, o vocábulo trabalho se referia a uma experiência dolorosa, sofrendo mudança de sentido apenas a partir do século XVIII, sintonizando-o ao ritmo da máquina. Cumpre citar também aquela distinção marxista clássica entre trabalho simples e trabalho complexo (MARX, 2013; NEVES; PRONKO, 2008), pois este primeiro fica relegado a classes historicamente oprimidas, como os camponeses, os jovens subproletarizados e também aquela clientela do sistema penal, e o segundo, que se define exatamente por ser de natureza especializada, o que requer maior dispêndio de tempo de formação daquele trabalhador que o realizará e, portanto, sendo orientado às classes dominantes. Entendemos que esse arranjo produtivo interfere nas políticas educacionais e concordamos com a centralidade da interface dessa relação nas mudanças de base produtiva e organizacional do trabalho e nos processos de escolarização. Esta divisão, tal como é concebida na atualidade, como cisão entre o *fazer* e o *pensar*, numa direção anti emancipatória, acaba por impedir a emergência de sentidos e a superação das contradições de classe, pois cinde o trabalho concebido como categoria ontológica.

Quando nos debruçamos sobre a evolução das formas de produção ao longo da história da humanidade, observamos que após o feudalismo, o advento do capitalismo e a constituição da produção a nível industrial, o mundo do trabalho se reinventa. Os princípios fragmentários do Taylorismo, com sua Administração Científica, perpassam todas as formas de conceber o labor, ao tempo que relega ao esquecimento a inteligência prática do trabalhador

(BARATO, 2008). Para esta perspectiva, de forte viés funcionalista norte- americano, o que importa era o trabalhador adequado no lugar adequado.

Em princípio, destaca-se que o fordismo prioriza a racionalização da produção e do trabalho (GRAMSCI, 2001), entretanto Henry Ford reconheceu um estilo de vida existente por trás da produção em massa e foi precisamente isso que o distinguiu do cientificismo presente na doutrina taylorista (HARVEY, 1992). Em outras palavras, significa referir que somente racionalizar o trabalho não é o suficiente na tarefa de manter o trabalhador engajado. Nesses termos, para o pensador italiano Gramsci, o método Ford se declara

[...] combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país na produção (GRAMSCI, 2001, p.247).

A partir do fordismo, nomeado também regime de acumulação rígida ou sistemas de produção de massa, o trabalhador se debruça e se especializa em uma única atividade, que desempenha durante todo o turno de trabalho. O toyotismo, por seu turno, apresenta uma nova configuração, especialmente no que se refere à análise do trabalho da pessoa privada de liberdade. Ele se define pelas rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual e flexibilização das condições de trabalho, gerando a reboque desregulamentação econômica (HARVEY, 1992). O elemento subjetivo se implica de uma maneira diferente na produção do capital, já que no taylorismo e no fordismo eram mais formais do que práticos (ANTUNES; ALVES, 2004). No toyotismo, esta captura não é um plano programático, a subjetividade operária é tomada de maneira integral, pelas ainda mais precárias condições de trabalho assalariado.

Kuenzer e Grabowsk (2016) reiteram destacam que, diferente do fordismo, não existe mais a necessidade de que os trabalhadores sejam especializados, mas precisam ser polivalentes e multifuncionais, exercendo uma gama de atividades do interesse da organização. Nessa direção, grande

parte da mão de obra que não se adequou às novas exigências da acumulação flexível acaba por compor um grande excedente de desempregados que busca requalificação e recolocação no sistema produtivo.

Se o fordismo trabalhava com incentivos trabalhistas, o exército de desempregados em busca de vagas permite aos empregadores estimular postos de trabalhos instáveis através da manutenção precária destes, frutos do perverso processo de flexibilização. A gestão das relações de trabalho tem no grande empresariado, nas organizações *transnacionais* e nos acionistas toda a tônica de seu funcionamento. Todo este arranjo representa a decadência do emprego estável (ARAÚJO; MORAIS, 2017).

Outros dois importantes traços dessa nova forma do capital funcionar são evidenciados por Harvey (1992) ao declarar que no regime de acumulação flexível existe a acentuação da superexploração e a ascensão do ecletismo nas práticas de trabalho. No Brasil, este processo refere-se às consequências da expansão do mercado capitalista (OLIVEIRA, 2003) e seu processo de industrialização, que ocorreu pós-anos 1930. É salutar retomar o histórico nacional para situar o regime de acumulação no país.

Em se tratando de Brasil, o que se observa é o fomento de instituições formativas específicas se adaptando ao sistema-escola. A pertinência da divisão entre trabalho simples e trabalho complexo se reafirma, pois ela representou a ampliação da escolarização mínima para o trabalho simples e a ampliação do trabalho complexo, para formação de intelectuais (NEVES; PRONKO, 2008). Portanto, o ensino profissionalizante surge objetivando dar resposta à ampliação urbano-industrial vivenciada pelo país.

Durante o século XX, especificamente nos anos 90, com os governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o Brasil se aproxima de grandes órgãos internacionais, através de uma sociabilidade da burguesia mundial. Na prática, isso significa que a educação, inclusive a profissional, é pensada e organizada no objetivo de atender aos ditames liberais das referidas organizações (NEVES; PRONKO, 2008). Em 2002, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (PT), é possível falar em um ensino médio integrado à educação profissional, pois havia uma postura crítica das políticas públicas educacionais

desenhadas até aquele período. A título de exemplo, citamos o Decreto nº 5.154/2004, que institui a possibilidade de oferta do próprio ensino médio integrado.

No texto em tela, não se pretende realizar um exaustivo estudo da história da educação no Brasil. Objetivamos destacar que, em que pese propostas que coadunaram com a reprodução histórica de desigualdades sociais, no seio da própria EPT, propostas emancipatórias também ganhavam corpo e dão sentido ao presente investimento científico.

Com a apresentação desta contextualização do trabalho na sociedade contemporânea, através de leitura histórica e da EPT na realidade brasileira, o objetivo é expor a educação como um campo de disputa de narrativas vinculadas a projetos de sociedade e dentro da concepção da EPT. Mostra-se pertinente expor debates críticos com vistas a um projeto de sociedade que considere a emancipação e a superação de desigualdades históricas, conforme exposto a seguir.

2.2 Formação Humana Integral no contexto da EPT

Situamos o mundo do trabalho por entendê-lo como uma unidade dialética que se manifesta na vida humana relacionada diretamente com a educação. Há também desdobramentos do sistema produtivo na privação de liberdade e no trabalho prisional; essa discussão será apresentada mais adiante.

Nesta pesquisa, assumimos a perspectiva de trabalho como princípio educativo e como categoria ontológica (SAVIANI, 1989, 2007). Considera-se que o ser humano é o único ser que educa e trabalha, portanto, essas facetas, aqui consideradas como próprias do *ente*, não são consideradas cindidas e o trabalho não deve ser operado de modo que reproduza as históricas desigualdades de classe. Nas palavras do próprio autor, "todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana, enquanto constituída pelo trabalho" (SAVIANI, 1989, p.15).

A leitura marxiana de trabalho nos é importante, pois, se por um lado o trabalho está subordinado ao propósito de reproduzir e expandir os bens materiais e políticos da classe capitalista, ele é também e antes de tudo, expressão da vida humana, que medeia a relação entre o ser humano e a natureza, sendo a “essência” do ser humano. É como nos convida a pensar o filósofo alemão, para quem, no processo de produção da vida material, o homem também produz a si mesmo, sua subjetividade e seu ser (MARX, 2013).

Frente à escolha que alguns políticos eleitos assumiram no Brasil, de instrumentalizar a educação a favor do grande capital, é importante situar que compreendemos que a reflexão sobre papel da educação é salutar, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas que possam incidir nas condições materiais de reprodução de contradições históricas quanto para promover automudança consciente dos indivíduos que colaborarão criando uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZAROS, 2005).

Deste prisma, em contraponto com esta cisão entre o fazer e o pensar, Marx propõe, e posteriormente Gramsci desenvolverá melhor, a noção de omnilateralidade, formação integral e para alguns se usa até mesmo o *construto* formação politécnica (MARX, 2013). A ideia da formação humana integral visa retomar trabalho e educação como uma unidade dialética historicamente constituída. Gramsci (1998) destaca que a chamada educação politécnica integra ciência, cultura e trabalho como dimensões humanas indissociáveis.

A noção de formação humana integral, omnilateralidade ou formação omnilateral (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015) é considerada nesta investigação como base para a construção e reflexão do PE. Segundo estes mesmos autores, esta formação, de inspiração marxista, também nomeada como politecnicidade ou educação politécnica, intenta possibilitar uma educação ampla que contemple: *educação mental* (intelectual), *educação física* e *instrução tecnológica*, ou seja, diz-se de integralidade. Portanto, a ênfase não é criar trabalhadores polivalentes, mas sim fornecer-lhes condições para refletir sobre sua própria condição de trabalho, como ser que dialeticamente se

modifica, é modificado e que modifica o ambiente que o circunda (ANTUNES; ALVES, 2004).

O semiólogo soviético de orientação marxista, Vygotsky (2003), que também pensa processos educacionais, destaca que a instrução é de importância ímpar, pois a partir dela é possível apreender conceitos socialmente adquiridos de experiências anteriores (cultura), dando condições para que a sociedade seja trabalhada de forma consciente. Ele destaca também que a transformação social pode alterar o funcionamento cognitivo, com probabilidade de incidir sobre o preconceito e outros conflitos sociais existentes, reduzindo as desigualdades sociais. Para ele, os processos psicológicos inerentes aos processos educativos possuem raízes intrinsecamente sociais e por esta razão, devem ser avaliados e operacionalizados de acordo com os fatores sociológicos que compõem o mundo e suas relações.

Tais pressupostos se aproximam também da educação crítica do pernambucano Paulo Freire, já que para ele os processos educativos devem colaborar para a problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 2012). Este pensador se situa nas ditas “pedagogias de conscientização”, por conceber a educação como uma prática democrática de liberdade, e o fazer docente e discente como momento de reflexão acerca da elaboração do real (BERTRAND, 2001). Ademais, a formação do espírito crítico e o propósito da intervenção social nos é significativa para esta concepção de educação.

Ainda na EPT, durante todo o percurso teórico metodológico, priorizamos uma perspectiva educativa que contemplasse as discussões contemporâneas sobre identidade e diferença, por entendê-las centrais na educação. Fomos motivados por indagações como a proposta por Silva (2014):

Como se configuraria uma pedagogia e um currículo que estivessem centrados não na diversidade, mas na diferença, concebida como processo, uma pedagogia e um currículo que não se limitassem a celebrar a identidade e a diferença, mas que buscassem problematizá-las? (SILVA, 2014, p.74)

Reconhecer e problematizar o multiculturalismo significa assumir o

desafio estabelecido pela globalização, com o intercâmbio entre os povos, as culturas, as tradições e, sobretudo, os discursos. Esta afirmação faz todo o sentido no percurso de construção do PE e será retomada por diversas vezes nesta dissertação. Entendemos que ela é relevante uma vez que os sujeitos que executam o trabalho prisional são destituídos de sua condição humana. Uma perspectiva crítica de educação, que humanize pessoas e processos, pode contribuir na superação de preconceitos e estigmas aos quais essas pessoas são submetidas.

A educação integral pressupõe também um currículo crítico e integrado, que comporte propostas educacionais que visem à superação das desigualdades históricas anunciadas. Currículo advém de “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos estudantes” (MOREIRA, 2007, p.18). Significa associá-lo a um conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.

O currículo é atravessado por diversas ideologias, por interesses nem sempre manifestos por aqueles que os pensam, portanto, um primeiro movimento é entendê-lo como campo de disputa. A Teoria Crítica do Currículo postulada por Michael Young traz consigo proposições que reconhecem esta complexidade e orientam uma organização crítica e contextualizada do currículo (YOUNG, 2014). Entendemos que o PE proposto se insere dentro do que é exposto, implicando-se. Registramos este comentário, pois o próprio pensador destaca isso em seus escritos.

Após contextualizar a respeito do mundo do trabalho e da concepção de educação profissional aqui assumida, podemos apresentar o tema do PE e será apresentado de maneira transversal aos princípios elencados.

2.3 Sistema prisional e trabalho prisional: o Estado, sua agenda e sua manifestação histórica e localizada no Brasil e em Alagoas

Neste tópico, discutiremos o sistema prisional e o trabalho prisional, isto requer pensar o Estado e seu aparelho repressivo, através de um olhar atento sobre o poder judiciário, que nas teorias foucaultianas, é apresentado como uma invenção burguesa, e elencado como um aparelho de estado que tem como função histórica reduzir, dominar e sufocar manifestações populares (FOUCAULT, 2013).

No prisma adotado aqui, ao tempo que nos aproximamos em alguns pontos, nos afastamos de um aspecto da leitura proposta por Wacquant (2007), já que para o sociólogo francês, a relação linear entre sistema prisional e modo produtivo seria o que ele nomeia como “mito militante do complexo industrial”. Distanciamos-nos, pois identificamos que todos os países emergentes apresentam altas taxas de encarceramento em massa, o que sugere que a ascensão ou emergência no cenário do capitalismo transnacional (HARVEY; 1992; MÉSZÁROS, 2011) cria a necessidade da manutenção da pobreza, num processo de gentrificação e higienização social. Entretanto, o mesmo autor concorda que a nova classe trabalhadora ou o subproletariado é alvo prioritário e clientela principal das políticas do estado penal (WACQUANT, 2011).

Wacquant (2007) refere que o estado opera uma transformação transnacional no campo do poder, tendo a criminalização da pobreza e a gestão da miséria como ferramentas de controle. Sendo assim, o estado exerce um novo papel. Ressalta-se que adotamos a visão neomarxiana de que a luta de classes acontece em outros moldes diante da subproletarização e desregulamentação do trabalho.

Na sociedade contemporânea, o sistema prisional é considerado um importante marcador social já que

[...] a prisão simboliza divisões materiais, materializa relações de poder simbólico; reúne desigualdade e identidade, funde dominação e significação e conecta as paixões e os interesses que perpassam e agitam a sociedade (WACQUANT, 2007, p.16).

É por esse motivo que devemos considerar a realidade brasileira, para

então buscar entender de que forma seu estudo pode contribuir no entendimento das relações de trabalho e na promoção de discussões qualificadas, que objetivem superar desigualdades sociais e propor uma postura crítica aos estudantes.

Nesse sentido, é importante destacar que o Brasil adota uma política encarceradora, sendo no mundo um dos Estado-nações que mais prendem pessoas, num processo de *recrudescimento penal* que vai de encontro às tendências contemporâneas de desencarceramento e as recentes discussões sobre alternativas penais. No que se refere a isso, destaca a militante antiprisional Angela Davis que “na realidade, o padrão mais óbvio foi que populações carcerárias maiores não levaram a comunidades mais seguras, mas a populações carcerárias ainda maiores” (DAVIS, 2018, p.10). De afirmativas dessa natureza, advém a necessidade de conceber as prisões como um “sistema racializado de controle social” (ALEXANDER, 2018).

Situaremos, em números e dados socioeconômicos, a constituição da população carcerária brasileira, para que tenhamos dimensão da problemática. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), com dados de junho de 2019, a massa carcerária representa o contingente de 773 mil pessoas com restrição de liberdade, espalhados em presídios estaduais, delegacias, “manicômios judiciários” e presídios federais (INFOPEN, 2020). O que faz com que o Brasil permaneça com a terceira maior população carcerária do planeta, atrás apenas da China e dos Estados Unidos. Os dados apresentados indicam que o “país da impunidade” é o que mais encarcerou pessoas nos últimos dez anos.

No que tange ao perfil desses apenados, verifica-se que 55% possuem até 29 anos, portanto são jovens; 64% desta população é composta por pessoas da raça/etnia negra e 51% possuem o ensino fundamental incompleto, somados aos 4% de analfabetos (INFOPEN, 2017a). O que endossa a análise de que a rede policial, judiciária e penitenciária e suas estratégias “empurram jovens do sexo masculino da classe baixa para os setores ilegais da economia de rua” (WACQUANT, 2007, p.16), forçando-o a desvios ilegais. A violência deve ser lida aqui como um fenômeno que também enxerga na juventude

negra e pobre seu principal alvo. O Atlas da Violência 2018 (IPEA e FBSP, 2018) indica dados nos quais expressam que em Alagoas a diferença da taxa de homicídio de um negro e um não negro é de 60,1 e 5,3 homicídios para cada 100 mil habitantes, respectivamente. Ou seja, fala-se também de uma estrutura de violência racial, que merece atenção. Adiciona-se que o Infopen (2017a) destaca a predominância étnico-racial no estado, pois é sabido que a nível nacional 80% do público prisional é composto por pessoas negras, considerando a margem de erros dos que se autodeclaram *pardos* (SINHORETTO, 2018). Os relatórios subsequentes, a exemplo do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, reitera as desigualdades já observadas. Em 2005, 58,4% e 39,8% da população prisional eram, respectivamente, negros e brancos; no ano de 2019, tem-se que 66,7% dos encarcerados são negros e 32,3% são brancos, isso representa um crescimento de 14% no aumento de pessoas negras encarceradas e uma diminuição de 19% da detenção de pessoas brancas (FBSP; IPEA, 2020), evidenciando-se a racialização do sistema judiciário. Numa análise histórica, desde o Brasil Império, é pertinente que

Não esqueçamos a produção de uma série de leis e códigos que criaram estratégias bastante eficazes de criminalização das pessoas negras desde o Império, especialmente na República, até que chegamos à contemporaneidade sem que a determinação racial “dos criminosos” esteja explicitada na letra da lei (CRUZ, 2021, p.532).

Portanto, o país dispõe de um ordenamento jurídico que escamoteia um projeto racial em que a população negra é o principal alvo; aqui faz muito sentido a ideia de seletividade penal para situar que a malha judiciária privilegia determinados grupos como alvo (BARATTA, 1999). Por exemplo, no período pós-abolição, embora a população negra e escravizada fosse formalmente “liberta”, era considerada inapta para o trabalho, razão pela qual comumente eram punidos pelo crime de vadiagem. Relacionado esta informação com os dados atualizados, é previsível que, de acordo com o relatório citado, apenas 18% da população prisional brasileira, ou seja, 139 mil pessoas privadas de liberdade, exercem atividades laborais no cumprimento de sua pena (INFOPEN, 2020), perpetrando a dificuldade de acesso a trabalho na situação

intramuros. Outra informação que merece atenção é a prevalência dos crimes contra o patrimônio, em especial o roubo e o furto, o que sugere que o aparelho de estado opera na defesa do patrimônio, um valor social determinante no sistema produtivo vigente.

Dessa forma, antes de ingressar no cárcere, os sujeitos experimentam diversas outras situações que agravam a condição de exclusão, sendo a prisão o nível final em que desemboca a desigualdade social, ou um “atestado de exclusão com firma reconhecida” (TAVARES; MENANDRO, 2004). Embora não seja o enfoque desta investigação, destacamos que, para além do fracasso que representa o sistema prisional masculino, a privação de liberdade feminina também revela cifras preocupantes e constatações que requerem atenção. É o que chama atenção Borges (2018), ao se referir que “a situação das mulheres no cárcere sofre uma dupla invisibilidade, aprofundando a precarização destas vidas” (BORGES, 2018, p.169).

O Infopen Mulheres (2017b) destaca bem o fenômeno do encarceramento em massa de mulheres, sobretudo as negras:

Em junho de 2016, a população prisional feminina atingiu a marca de 42 mil mulheres privadas de liberdade, o que representa um aumento de **656%** em relação ao total registrado no início dos anos 2000, quando menos de 6 mil mulheres se encontravam no sistema prisional (INFOPEN Mulheres, 2017, p.14, grifo nosso).

Muitas autoras também realizam reflexões críticas sobre o encarceramento feminino através de um diálogo com uma perspectiva de criminologia que contemple as discussões de gênero, chamando a atenção para a especificidade deste contexto, uma forma própria de vivência do cárcere (RITA, 2007; PIMENTEL, 2008; 2013).

Diante da análise dos dados estatísticos, é possível constatar o chamado “punitivismo à brasileira” (CRUZ, 2021), aquele que é assentado em 400 anos de escravização de pessoas negras e em acordos das elites historicamente constituídas no Brasil. Segundo a mesma militante antiprisional, este punitivismo encontra no sistema de justiça, sem dúvida, sua principal manifestação.

Podemos transpor essa mesma perspectiva para o estado de Alagoas, em que os dados e seus significados se desdobram. No Infopen (2020), consta que em junho de 2019 Alagoas contava com 9.120 pessoas privadas de liberdade. Destaca-se que a unidade federativa também não tinha unidades adequadas para cumprimento em regime semiaberto, o que interfere negativamente no acesso ao trabalho por parte das pessoas privadas de liberdade. Em acesso ao Mapa Carcerário presente no *site* da Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (SERIS), com dados de 19/02/2021 a 22/02/2021, a população prisional alagoana era de 9.529, nos mais variados regimes e contabilizando aqueles municípios do estado que cumprem pena em Penitenciárias Federais; esse número indica que houve aumento de cerca de quatrocentas pessoas privada de liberdade. O mesmo documento pontua que 64,85% do público masculino estão em provisoriade já entre a população feminina, este número se encontra em 52,73% para o mesmo período. Nos presídios masculinos, seguindo a tendência nacional, há um excedente de 1000 pessoas privadas de liberdade ou 26,9% (SERIS, 2021). Ao considerar o fator gênero, verifica-se que há 221 mulheres privadas de liberdade, as quais cumprem pena no Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia (EPFSL).

Reiteramos que é possível realizar uma correlação entre sistema de produção e sistema de justiça. Por isso, reafirmaremos novamente uma leitura neomarxiana de sociedade, a saber, aquela em que o avanço do capitalismo transnacional e do modo produtivo toyotista dão contornos à forma como as instituições são operadas por seus agentes, aqui incluso o sistema judiciário. Compreender esta configuração nos moldes que serão apresentados dará elementos para pensar a EPT na perspectiva desta investigação.

Para isso, iniciaremos registrando que a educação profissional no Brasil tem em seu cerne a clássica divisão entre trabalho simples e trabalho complexo (NEVES e PRONKO, 2008), divisão que se inicia de maneira incipiente desde a cultura clássica greco-romana (JULIÃO, 2011). Para Marx (2013), o trabalho simples se define pela sua natureza indiferenciada, própria a todo homem comum, sem nenhum tipo de educação especial. Diferente do

trabalho complexo, que se define exatamente por ser de natureza especializada, o que requer maior dispêndio de tempo de formação daquele trabalhador que o realizará. Nos chama a atenção a predominância de que o trabalho no cárcere necessariamente tenha que ser um *trabalho simples*.

A literatura que trata a respeito do trabalho prisional nos convida a pensar que ele migrou de um *tipo de pena* para um *ideal da pena*, o que por si deve chamar a atenção. Atualmente, tem-se o consenso de que o trabalho figura como uma possibilidade de reforma moral através da disciplinação do corpo (WACQUANT, 2007; RITA, 2007; THOMPSON, 2002; LEMOS, MAZZILLI, KLERING, 1998; FOUCAULT, 2012; MACHADO; SLONIAK, 2015; SLONIAK, 2015). Destaca-se também que a associação entre crime e falta de trabalho se assentava pelo interesse de criação de instituições voltadas à correção dos delinquentes através do trabalho; estas incipientes instituições penais do século XVI e XVII são chamadas de *workhouses* (casas de trabalho) ou de *house of corrections* (casas de correção) (SLONIAK, 2015).

Segundo Lemos, Mazzili e Klering (1998), o trabalho prisional sob o ideal punitivista surge no século XVIII, dois séculos após a invenção da privação de liberdade, com a queda do suplício como forma punitiva (FOUCAULT, 2012). No Brasil, trata-se de uma pena e controle que predominou desde a época do império até 1937, momento em que passou a haver preocupação por parte de penitenciárias e juristas em instituir uma legislação específica para a execução das penas (LEMOS, MAZZILI e KLERING, 1998).

Esses mesmos estudiosos pontuam que houve tentativas de se redigir códigos penais, até que desembocasse na Lei nº 7.210, que institui a Lei de Execução Penal (LEP) assentada na prevenção especial positiva, o que significa dizer que ela se ampara ora pela transformação da subjetividade do apenado, ora pela possibilidade de reintegração social como meta da pena (MACHADO; SLONIAK, 2015).

Na atual LEP, vigente desde 1984, que rege o trabalho prisional e outros dispositivos, em parte alguma se identifica menções aos vocábulos ressocialização ou reabilitação social, mas tão somente à *integração social* (BRASIL, 1984). É complicado discutir ressocialização, pois não existe a

possibilidade de identificar qual foi o contexto específico em que o indivíduo foi socializado, sobretudo considerando que o princípio constitucional da individualização da pena (BRASIL, 1988) não é respeitado. Alguns autores chamam a atenção também para a noção de utilitarismo que acompanhou o ideal de ressocialização, assentando toda a proposta de culpa e reforma moral e dando contornos inclusive perversos ao tratamento penal. A isso, acrescentamos reflexões de Sloniak (2015) ao referir que a reintegração social não ocorre em função da pena, mas pode acontecer *apesar* da pena.

Ainda em termos legais, a LEP prevê no seu capítulo III – “Do Trabalho”, Seções I (Disposições Gerais), II (Do Trabalho Interno) e III (Do Trabalho Externo) o trabalho como “dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva” (BRASIL, 1984), conforme o Artigo 28. Além disso, traz o Artigo 32 que “na atribuição do trabalho deverão ser levados em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras da pessoa privada de liberdade, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado”. Então, é possível observar que umas das grandes complexidades do trabalho da pessoa privada de liberdade é que ele não é sujeito à origem da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e sim a uma lei penal redigida ainda no período ditatorial. Esta previsão legal se apresenta como relevante para identificar as peculiaridades do trabalho nas prisões já que os direitos trabalhistas são previstos de uma maneira diferenciada para esta população.

Entretanto, mesmo com esta previsão positivada, o quadro brasileiro confirma que 85% da População Privada de Liberdade (PPL) não dispõe do acesso a este direito. Mais adiante, em várias seções sobre assistência penitenciária, como no Art. 83, registra que “todo estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva”. Julião (2011) cita que nas políticas de reinserção social no sistema penitenciário, a educação e trabalho sempre constam de maneira cindida.

Toda esta situação é agravada quando se destaca que o Brasil é signatário das Regras de Mandela ou Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (BRASIL, 2016a) e também das Regras de Bangkok

(BRASIL, 2016b), que assenta sua ênfase na garantia de direitos durante o decurso da privação de liberdade feminina. Estes documentos são taxativos sobre a manutenção de condições dignas de cumprimento de pena, bem como sobre a importância do trabalho com sua função reintegrativa. Merece especial destaque trecho das Regras de Mandela que ressaltam que quando possível, o trabalho da pessoa privada de liberdade estará de acordo com seus interesses e aspirações (BRASIL, 2016a).

Em posse destes pressupostos teóricos, podemos tratar do local onde a pesquisa foi desenvolvida. O Núcleo Ressocializador da Capital (NRC) refere-se a uma unidade em que o trabalho prisional efetivamente compõe o projeto político e as diretrizes. O NRC é um estabelecimento prisional inaugurado em agosto de 2011 e localizado em Maceió, capital de Alagoas. De acordo com informações disponibilizadas no site oficial da SERIS, a unidade apresenta uma gestão prisional apoiada nos princípios do sistema prisional espanhol chamado de Módulos de Respeito (SERIS, 2021). Seu objetivo principal é criar oportunidades para promover a redução dos fatores de risco do reeducando através da laborterapia, da educação e do lazer.

Em minhas incursões pelo sistema prisional alagoano, consegui identificar a reprodução histórica das desigualdades sociais. As pessoas geralmente são jovens, pertencentes à população negra, sem sentença definida. Suas trajetórias de vida atestam que tiveram pouco ou quase nenhum acesso a garantias mínimas, tais como educação, esporte, cultura, lazer, trabalho, dentre outros direitos, sumariamente negados. É diante dessa complexidade do objeto pesquisa que propomos uma apreciação sobre os materiais didáticos e o que se entende pelos processos educativos.

2.4 Materiais didáticos e concepções de ensino-aprendizagem

Retomando um dos objetivos anunciados nesta investigação, o PE confeccionado por nós é um recurso paradidático que visa complementar o livro didático. Diante do exposto, faz-se adequado retomar as noções de livro didático e também do que se entende por um material paradidático.

Para pesquisadores como o professor Clécio Bunzen, o livro didático é

situado como um gênero do discurso (BUNZEN, 2005). Inspirador nas contribuições de Bakhtin (1986), apreendemos o conceito de gênero do discurso mediante base sócio-histórica e discursiva, atravessando a concepção própria de linguagem e de sujeito que o fundamenta, implicando processos de produção, circulação e recepção, conferindo assim, existência, *status* e efetiva atuação a essa atividade peculiar de linguagem. Portanto, o livro didático não ocupa apenas o lugar de material de suporte de aula, dada, sobretudo a importância dos espaços pelos quais ele circula, como a sala de aula.

A partir desta concepção, o material didático configura-se como determinante na produção de realidades, razão pela qual diversas leis têm sido aprovadas para garantir conteúdos que promovam e considerem a diversidade, a exemplo da Lei nº 10.639/2003, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira dentro dos componentes curriculares que já compõem os conteúdos ministrados nos ensinos fundamental e médio.

Na compreensão da escola como espaço de educação por excelência se faz pertinente pensar que tipo de identidade é construída por meio dos projetos políticos pedagógicos nas instituições educacionais onde o currículo circula:

Como o tratamento preconceituoso e discriminatório do outro é um desvio de conduta, a pedagogia e o currículo deveriam proporcionar atividades, exercícios e processos de conscientização que permitissem que as estudantes e os estudantes mudassem suas *atitudes* (SILVA, 2014, p.98, grifo do autor)

Diante dessas considerações teóricas, do livro didático, inserido como um gênero do discurso, que produz realidades a partir de um respectivo currículo (atravessado por ideologias e interesses), numa determinada realidade, se fez pertinente nos posicionarmos politicamente a que tipo de projeto estaria vinculado ao material paradidático proposto.

Epistemologicamente, a educação se vincula a uma teoria social, ou seja, trata-se de um campo científico que detalha a instrumentalização do corpo docente com ferramentas afetivas, intelectuais, psicomotoras e imaginativas (BERTRAND, 2001), para que estes possam incidir e transformar efetivamente a realidade do cotidiano, de forma cidadã, ativa e democrática.

Neste prisma, a educação, na perspectiva popular e crítica, diz respeito

ao processo constante de construção de conhecimento e de busca da transformação, acompanhado da reinvenção da realidade pela ação e pela reflexão humana – nesta ordem (FREIRE, 2011). Em consonância com a educação libertadora e na direção oposta à educação bancária, conforme já anunciado, não pretendemos apenas descrever a realidade e incentivar o professor a depositar o conhecimento no/na estudante, que passivamente o recebe. Mas sim, propõe-se que o método de ação-reflexão possibilite a transformação da realidade e que a interação entre professor-estudantes e estudante-estudante culmine em transformação social; ou, ao menos, numa identidade de estudantes mais críticos. Desse modo, a dialogicidade, *práxis* pela qual os indivíduos podem se expressar livremente, assumindo o lugar de protagonistas de seu próprio processo educativo, o/a professor/a figura como um provocador de tal processo (BERTRAND, 2001).

É também com base nessa compreensão emancipatória que o trabalho é considerado, já que é um importante marcador social e definidor das relações em sociedade. Portanto, avançar quanto às compreensões do trabalho na contemporaneidade diz respeito a superar contradições históricas do sistema produtivo vigente. Adiciona-se a estas concepções que desvelar e criticar os vieses do estado penal é assumir um daqueles objetivos expressos das pedagogias institucionais, a saber: “mostrar como o Estado, a economia, a luta de classes, determinam as instituições” (BERTRAND, 2001, p.152), na medida em que se crítica a sua lógica de funcionamento e a subserviência pela qual submete o subproletariado.

Na perspectiva proposta, entendemos que o percurso metodológico deveria, desde início, estar marcado por uma perspectiva crítica e o compromisso social assumido pelos investigadores. Portanto, podemos explorar a seção seguinte, que aborda a etapa diagnóstico do percurso da IAP.

3. DA ETAPA DIAGNÓSTICA À CONSTRUÇÃO DA VERSÃO PRELIMINAR DO PE: RECONHECENDO CENÁRIOS E CONCEPÇÕES

Nesta seção, discutiremos o processo de elaboração do PE intitulado “Crime, sistema prisional e trabalho prisional”, um caderno reflexivo que se propõe a possibilitar um espaço de discussão sobre o sistema de justiça brasileiro, estabelecendo interlocuções entre as realidades intra e extramuros, oportunizando a apreciação crítica dessas questões.

Inicialmente, examinamos as narrativas dos professores quanto à temática e sua introdução na sala de aula. Segue-se a apreciação de questionário contendo a percepção dos/das estudantes. Esse momento do diagnóstico nos forneceu subsídios para pensar a versão preliminar do Produto, já que a IAP tem como orientação um compromisso ético para superar desigualdades históricas, portanto investir em entender os atores foi um passo crucial.

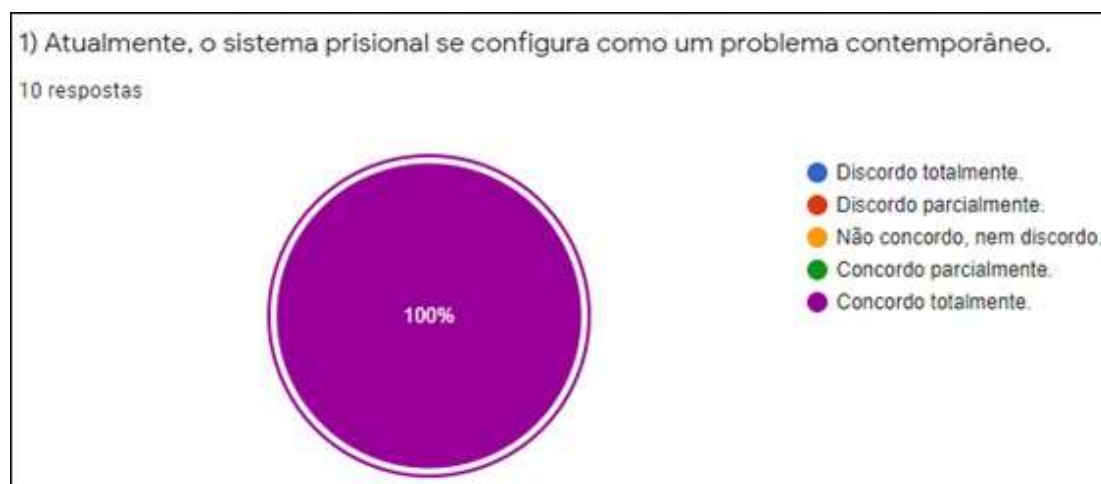
3.1 A perspectiva docente

Nosso objetivo neste diagnóstico inicial foi identificar como o corpo docente percebia a temática do sistema prisional: se o identificava como um problema contemporâneo; se sua discussão em sala de aula era pertinente; se os livros didáticos tratam da questão do crime e prisões de forma suficiente; se o trabalho prisional seria uma forma de realização do trabalho na sociedade que elucidaria questões sobre a forma de realização do trabalho. Além disso, buscamos entender o quanto as/os docentes compreendiam o trabalho prisional, e se o tema apresentava intersecções com outros debates do conteúdo programático de Sociologia. Concluímos o questionário inquirindo se percebiam-se em condições de discutir o tema em sala de aula sem apoio de um material didático sistematizado, bem como a pertinência de material paradidático nesse sentido.

Cumprir citar que todo o corpo docente participante entende o sistema prisional como um problema contemporâneo, bem como reconhecem a

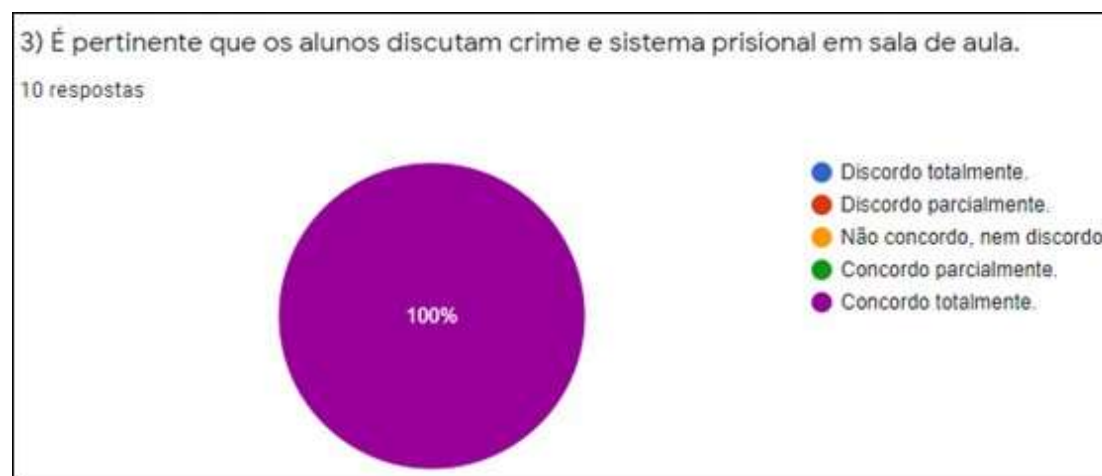
pertinência desta discussão em sala de aula, conforme apresentado nos gráficos que seguem:

Gráfico 1. Corpo docente - sistema prisional como problema contemporâneo



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Gráfico 2. Corpo docente – crime e sistema prisional em sala de aula



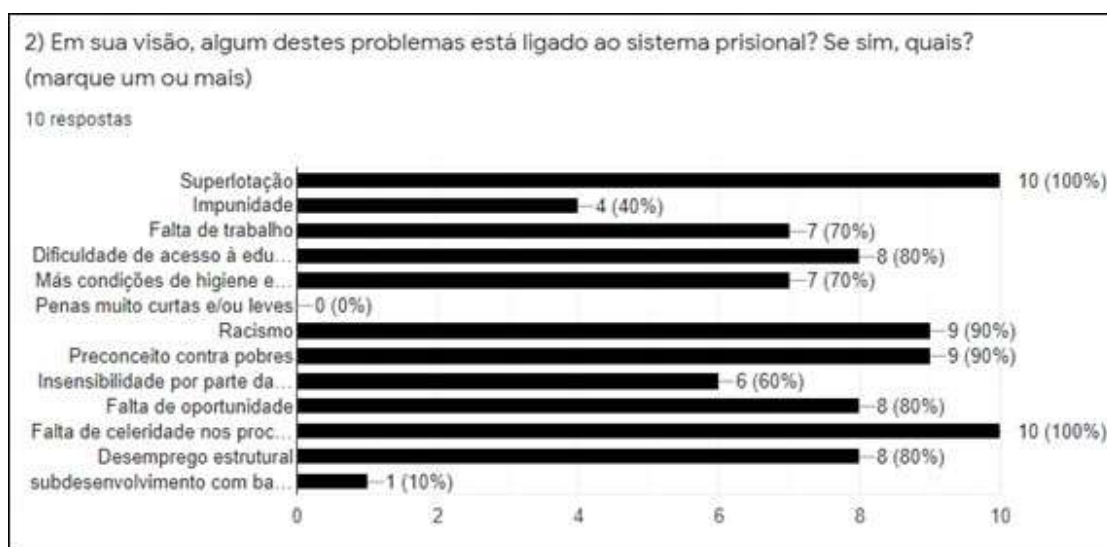
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Outro ponto de convergência entre os sujeitos que respondem diz respeito à pertinência de que um material de apoio didático complementar sobre trabalho prisional poderia contribuir para o entendimento de questões sociais relevantes. Toda a amostra concordou totalmente com a afirmativa. Dessa maneira, os primeiros dados indicam que o corpo docente compreende a relevância da discussão e se mostra receptivo à possibilidade de que um material paradidático colabore com a discussão dessa e outras temáticas

relevantes.

Na sequência, investigamos a forma que concebem o sistema prisional e o trabalho prisional e observamos que as/os professoras/es apresentavam uma noção mínima da condição do sistema carcerário brasileiro:

Gráfico 3. Corpo docente – problemas sociais ligados ao sistema prisional¹



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

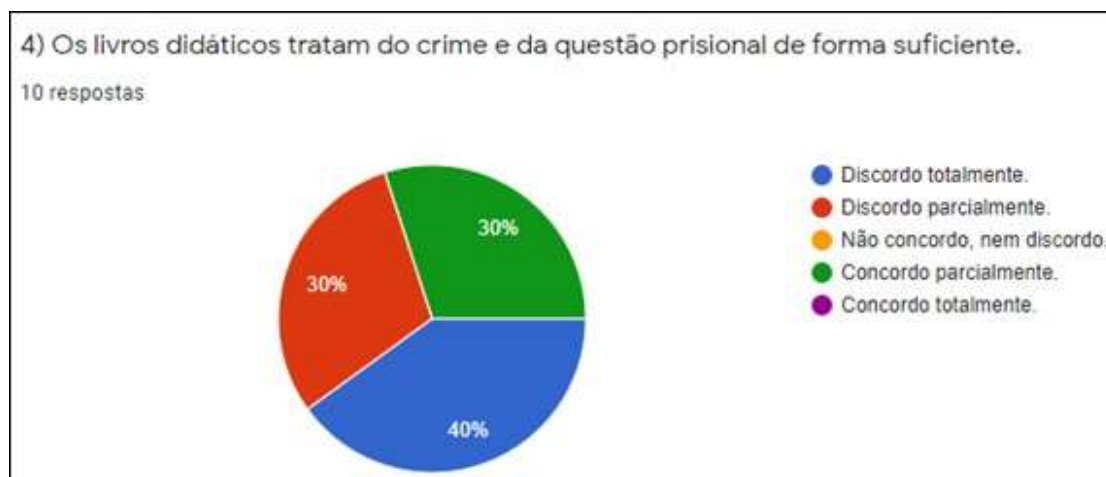
Por meio da análise do Gráfico 3, representando uma questão de múltipla escolha, observamos que questões como superlotação, racismo, preconceito contra pobres e falta de oportunidade figuram como problemas vinculados ao sistema penitenciário. Contudo chama a atenção que 4 professoras/es (40%) compreendem que a impunidade está arrolada na condição de um problema do sistema prisional. Seja por um viés punitivista ou pela seletividade penal, esta interpretação fica prejudicada, pois maiores comparações só poderiam ser feitas caso os/as participantes comentassem a respeito.

Aproximando mais as perguntas do objetivo da pesquisa, de incidência prática na realidade educacional, embora se apresente como heterogêneo,

¹Como o gráfico foi retirado diretamente da plataforma *Google Forms*, alguns itens tiveram algumas palavras suprimidas, devido ao *layout*. Os itens em que isso ocorreu são apontados a seguir, na ordem em que aparecem no gráfico: Dificuldades de acesso à educação dentro do sistema prisional, más condições de higiene e insalubridade, insensibilidade por parte da sociedade, falta de celeridade nos processos judiciais e subdesenvolvimento com base em capitalismo de raiz colonial, crise estrutural do capital.

confirma-se que nos livros didáticos a questão prisional não é contemplada adequadamente, haja vista que 40% discordam totalmente, 30% discordam parcialmente e 30% concordam apenas parcialmente com a afirmativa de que os livros didáticos tratam do crime e da questão prisional de forma suficiente. Destaque-se também que ninguém concordou totalmente.

Gráfico 4. Corpo docente – o crime e a questão prisional nos livros didáticos



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A diversidade dos gráficos seguintes evidencia a pluralidade de concepções acerca do objeto da investigação. Conforme pode ser visto a seguir, o Gráfico 5 indica que: 1) 40% do corpo docente concordam totalmente que o trabalho prisional deve ser entendido como uma forma de realização do trabalho na sociedade contemporânea; 2) a outra metade possivelmente apresenta dúvidas, em resposta que denotam incerteza: 30% concordam parcialmente, 20% não concordam nem discordam e 10% concordam parcialmente com esta afirmativa, o que pode indicar uma concordância com ressalvas.

Gráfico 5. Corpo docente – trabalho prisional na sociedade contemporânea

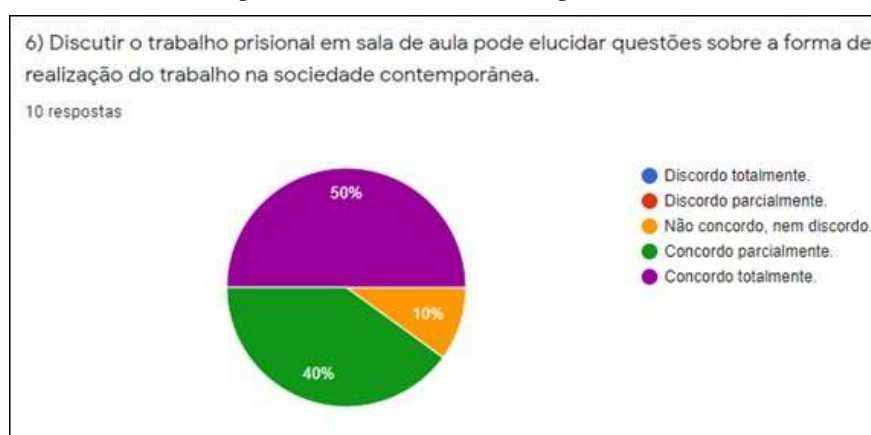


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A diversidade de pontuações para esta afirmativa pode coadunar com a dificuldade de entender o trabalho prisional: seria uma punição? Seria um elemento de ressocialização? Se, conforme aponta literatura científica, ele transitou de *tipo de pena* para *ideal de pena* (SLONIAK, 2015), em que parte do processo ele se encontra? Ele influencia no sistema produtivo ou desempenha algum papel na sociedade? As respostas seguintes do questionário foram imprescindíveis para identificar como o grupo de professoras/es concebe o objetivo e, assim, confeccionar um PE que considere essas incertezas.

Outro resultado importante diz respeito à discussão do trabalho prisional em sala de aula e suas contribuições:

Gráfico 6. Corpo docente – discutir trabalho prisional em sala de aula

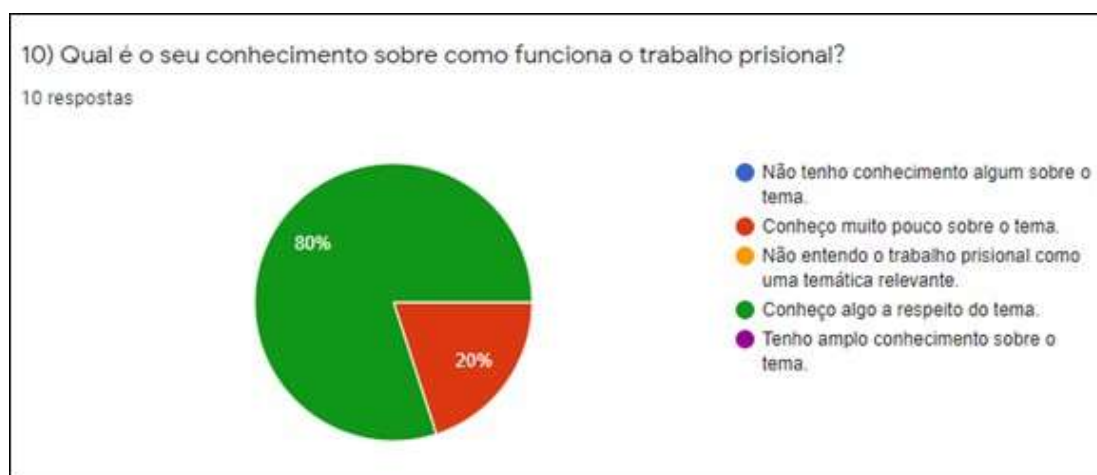


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Considerando que não houve consenso a respeito do trabalho prisional ser ou não uma forma de realização do trabalho na sociedade contemporânea, faz sentido que haja níveis distintos de concordâncias a respeito desta afirmativa. Significa destacar que o PE precisa trazer elementos que impactem na perspectiva do corpo docente a respeito do tema.

O Gráfico 10, exposto a seguir, que representa a afirmativa de número 10 indica que o corpo docente reconhece que dispõe de informações imprecisas a respeito do funcionamento do sistema prisional, ainda que considerem ser um debate relevante dentro da Sociologia:

Gráfico 7 Corpo docente - conhecimento sobre funcionamento do trabalho prisional



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Registre-se que na medida em que a grande maioria (80%) sabe de algo a respeito, os outros 20% admite conhecer muito pouco sobre o tema. Verifica-se que muito possivelmente as/os professoras/es não teriam condições de promover um debate qualificado sobre o tema em sala de aula. É justamente isso que é observado na questão 12, uma vez que sete (70%) concordam parcialmente e somente dois participantes (20%) concordam totalmente que teriam condições de fazê-los em suporte didático. Por outro lado, 10% discordam parcialmente que teriam condições de discutir o tema sem o apoio de um livro didático.

Identificadas as dificuldades de concepção, o item 11 confirma, na ótica

dos/as participantes, a intersecção desta discussão com o conteúdo programático do componente curricular Sociologia.

Gráfico 8. Corpo docente – trabalho prisional no conteúdo programático de Sociologia²



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

É possível observar que houve pontuações absolutas, a exemplo dos conteúdos “Classe e instituições sociais”, “Poder, política e Estado”, “Marginalidade social”, “Desigualdade, exclusão e inclusão social” e outras pontuações expressivas, com 9 concordâncias sobre as discussões de “Trabalho e sociedade moderna capitalista” e “A questão do trabalho no Brasil”. 8 docentes destacaram que os conteúdos “O processo de socialização” e “O neoliberalismo” também dialoga em alguma medida com o debate do trabalho prisional. Dentre os 10, 7 avaliaram que o conteúdo “Do fordismo à produção flexível”, debate importante dentro da EPT, também se vincula ao tema.

Acrescentamos que, como o questionário prevê o acréscimo de alternativas adicionais, duas pessoas propuseram as seguintes: “Sociologia urbana e questões relativas à segregação socioespacial” e “Sistema prisional e religiões neopentecostais”, que serão analisadas separadamente. Sobre o

² Como o gráfico foi retirado diretamente da plataforma *Google Forms*, alguns itens tiveram algumas palavras suprimidas, devido ao *layout*. Os itens em que isso ocorreu são apontados a seguir, na ordem em que aparecem no gráfico: Desigualdade, exclusão e inclusão social; Trabalho e sociedade moderna capitalista; Etnicidade, gênero, violência e minorias no Brasil; Sociologia urbana e questões relativas à segregação socioespacial e Sistema prisional e religiões neopentecostais.

primeiro ponto citado, é interessante notar, por exemplo, o Massacre de Altamira (2019), ocorrido no Pará, em que 62 pessoas privadas de liberdade foram executadas, identificamos que há pertinência na medida em que a dinâmica territorial influencia nas tensões existentes no cárcere. A Irmã Petra Silva, integrante coordenadora nacional da Pastoral Carcerária, reflete que os conflitos agrários são grandes responsáveis pelos altíssimos índices de vulnerabilidade do segundo município mais violento do Brasil, de acordo com o Atlas da Violência 2019 (FBSP; IPEA, 2019). O índice de violência cresceu desde a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, próximo à região teve como consequência o aumento desordenado da população e crescimento de índices de desemprego após a construção da obra. Além disso, atividades tradicionais como a pesca acabaram entre os povos ribeirinhos, pois o gosto dos peixes mudou, devido ao esgoto despejado no rio. Portanto, conclui-se que a desterritorialização tensionou as relações sociais na comunidade Altamira, o que produziu efeitos em todos os municípios, inclusive naqueles que estão privados de liberdade.

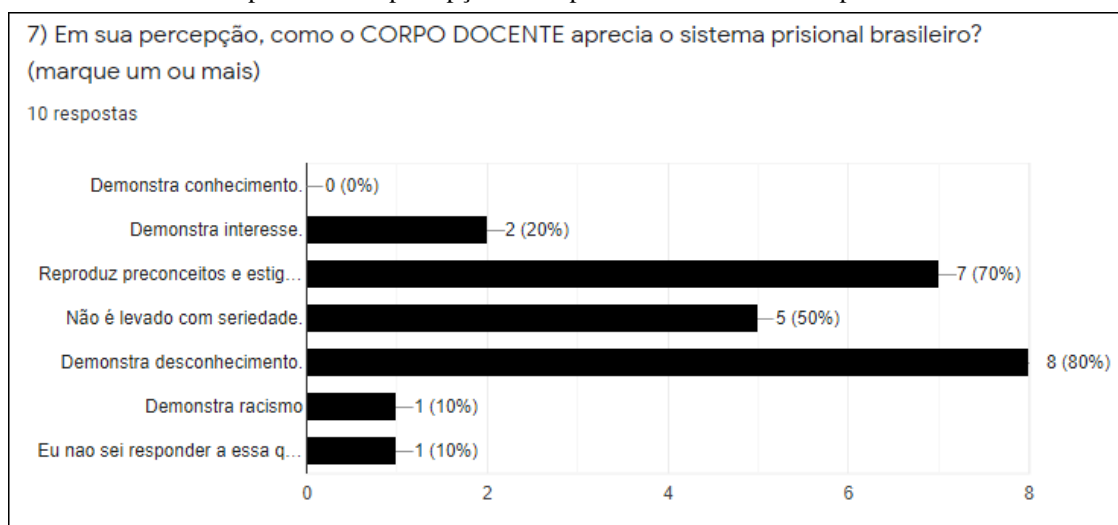
O segundo ponto, por seu turno, poderia ser abordado sob dois olhares:

(I) a presença religiosa dentro das dependências das unidades prisionais, com atividades de capelania, “catequização” e evangelização”, a saber, a assistência religiosa como direito legal (BRASIL, 1984), mesmo com seus atravessamentos, como a pouca participação de religiões de matriz africana neste contexto; ou (II) sob o que a mídia tem chamado de “narcopentecostalismo” (CUNHA, 2014), que representaria a aceitação de traficantes e criminosos dentro dos grupos evangélicos neopentecostais, sendo que estes se organizam em grupos organizados e possuem chancela moral por parte dos adeptos da religião. Existem debates sobre essa teia de relações (TEIXEIRA, 2015). A implicação de grupos religiosos conservadores no sistema de justiça foi contemplada no PE a partir das observações feitas pelos/as docentes.

Os itens 7, 8 e 9 consultam os/as professores sobre como eles/elas, discentes e a sociedade concebem a temática do sistema prisional brasileiro também apresenta elementos relevantes para a pesquisa. Os Gráficos 9,10 e

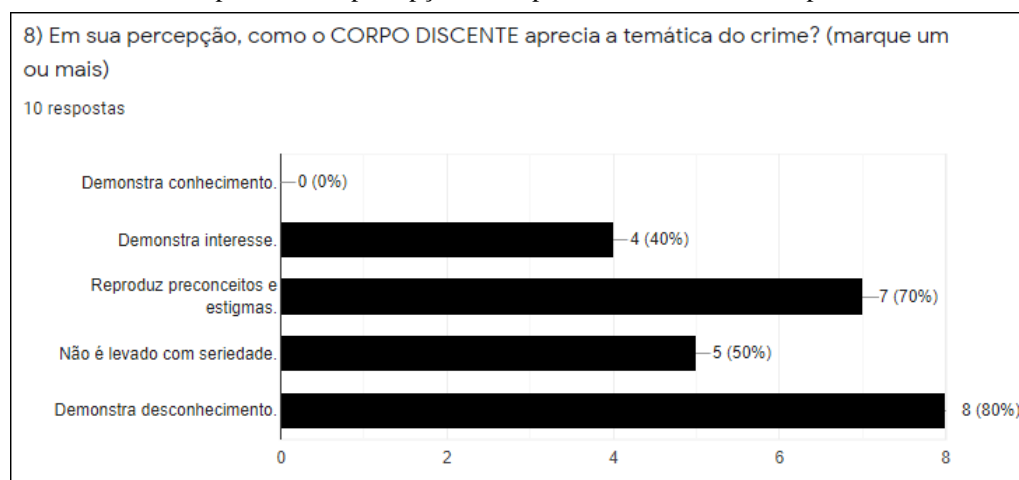
11 podem ser observados a seguir:

Gráfico 9. Corpo docente – percepção do corpo docente sobre sistema prisional brasileiro³



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

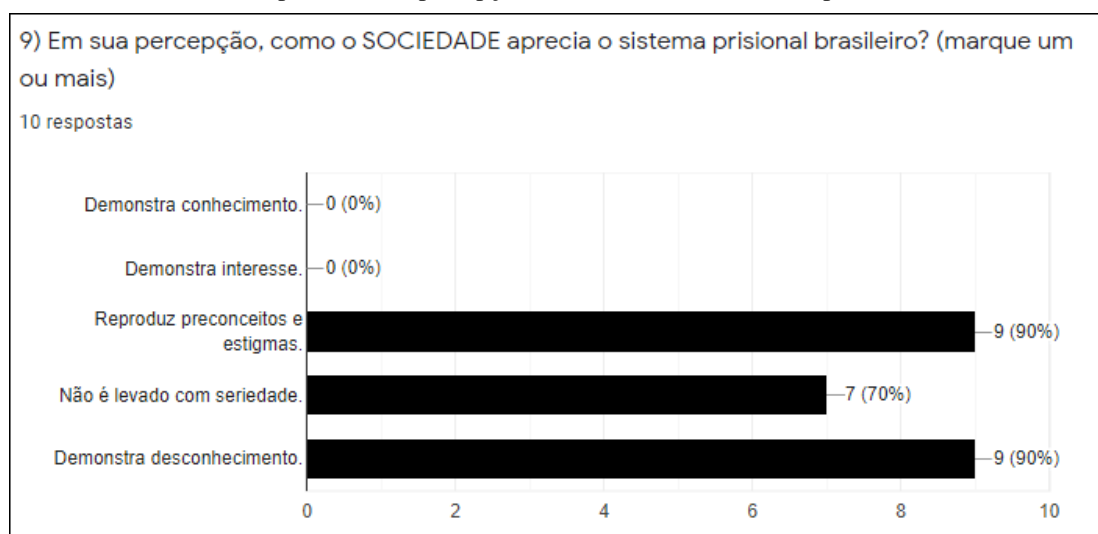
Gráfico 10. Corpo docente - percepção do corpo discente sobre sistema prisional brasileiro



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

³ Como o gráfico foi retirado diretamente da plataforma *Google Forms*, alguns itens tiveram algumas palavras suprimidas, devido ao *layout*. Os itens em que isso ocorreu são apontados a seguir, na ordem em que aparecem no gráfico: Reproduz preconceitos e estigmas e “Eu não sei responder a essa questão”.

Gráfico 11. Corpo docente – percepção da sociedade sobre sistema prisional brasileiro



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O dado que mais apresenta convergência é que na perspectiva docente todos os grupos (corpo docente, discente e sociedade) demonstram desconhecimento sobre o sistema prisional brasileiro. Os docentes, ao se autoavaliarem, alegam que demonstram desconhecimento (80%), reproduzem preconceitos e estigmas (70%), além de que a metade dos professores considera que o tema não é levado com seriedade (50%). Uma das explicações para estas respostas pode ser a falta de profundidade nos conhecimentos a respeito dos temas, conforme apontamos anteriormente no texto desta seção do diagnóstico. Este dado apresenta-se ainda mais preocupante quando alguns dos professores referem condições de trabalhar a temática de sala de aula. Destaque para a resposta de um/a das/os professoras/es que referiu que as/os docentes “demonstra racismo”, o que é um indicativo de que o PE precisa contemplar discussões antirracistas através da apresentação das questões de raça, em conjunto com outras variáveis como gênero e classe.

Por fim, a ampla maioria dos/das professores/as respondeu que os/as discentes demonstram desconhecimento (80%), reproduzem preconceitos e estigmas (70%) e assim como os/as docentes, não consideram o tema com a seriedade necessária (50%). O que pode ser uma reprodução dos processos educativos ocorridos em sala de aula, além de influências externas como as

mídias corporativas e as *fake news* veiculadas em redes sociais.

Como forma de qualificar o diagnóstico, seguimos com o questionário aplicado aos estudantes, que serão mais bem abordadas no tópico seguinte.

Apresentaremos os dados coletados mediante entrevistas semiestruturadas com cinco (5) docentes do componente curricular Sociologia. Todo o corpo docente era vinculado ao Ifal – Campus Maceió.

Foram elencadas as seguintes categorias centrais da investigação: (I) Processos educativos; (II) Processos sociais; e (III) Contexto de ensino- aprendizagem, além dos desdobramentos em outras subcategorias de análise, conforme Tabela 1:

Tabela 1 Categoria e subcategoria das entrevistas com corpo docente

Categorias	Subcategorias
<i>I. Processos educativos</i>	(1) Educação integral/integrada (2) Currículo escolar (3) Trabalho como princípio educativo
<i>II. Processos sociais</i>	(1) Contexto político (2) Criminalidade como processo social (3) Precarização do trabalho
<i>III. Contexto de ensino-aprendizagem</i>	(1) Dificuldades no processo ensino-aprendizagem (2) Possibilidades e limitações do livro didático (3) Processos avaliativos (4) Redes sociais

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De acordo com Bardin (2011), no momento da transcrição das entrevistas, os investigadores já devem proceder a uma análise flutuante dos dados coletados. Registramos novamente que as transcrições foram feitas na modalidade literal, preservando o sentido da forma falada.

As categorias foram pensadas dessa forma e concebidas em termos de processos e contexto, pois consideram a trama educativa por meio de uma

perspectiva dinâmica. As categorias e as subcategorias serão detalhadas separadamente a seguir, mas para nós, pareceu pertinente apresentá-las de forma interrelacionada, não fragmentada.

Na categoria (I) “Processos educativos”, as narrativas dos/as docentes apontam para as práticas de ensino. Na subcategoria (1) “Educação integral/integrada”, organizamos as colocações que coadunam com as perspectivas teóricas aqui adotadas. Já em (2) “Currículo escolar”, problematizamos os relatos que discutem a matriz curricular e na última subcategoria dessa categoria central, o (3) “Trabalho como princípio educativo”, discutimos esse princípio na EPT a partir daquilo que foi abordado pelos professores/as.

Na categoria intitulada (II) “Processos sociais”, averiguamos o quanto o contexto social interfere nos processos educativos. Sobre as subcategorias, em (1) “Contexto político”, as/os professoras/es trazem o quanto o cenário conservador e de instabilidade política afetam as aulas. Já na subcategoria (2) “Criminalidade como processo social”, contemplam-se debates sobre a concepção adotada por eles/as. Por fim, a categoria (3) “Precarização do trabalho” também apresenta relações com debates críticos na EPT.

Por seu turno, na categoria nominada (III) “Contexto de ensino- aprendizagem”, apresentamos questões específicas que vão desde (1) “Dificuldades no processo ensino-aprendizagem”, (2) “Possibilidades e limitações do livro didático – esse debate, possivelmente, o mais pertinente para os objetivos da investigação. (3) “Processos avaliativos”, no qual discutimos sobre a maneira de avaliar o corpo discente; e por fim (4) “Redes sociais”, discussão apontada por todos/as as/os docentes e com forte influência no contexto de ensino-aprendizagem. Apresentadas as categorias e subcategorias, iniciaremos a análise das entrevistas.

Em princípio, foi possível observar que há grande convergência entre as/os professoras/es. Do *corpus* de cinco professores entrevistados, 100% deles trouxeram a subcategoria “contexto político” brasileiro como um fator de dificuldade no processo de ensino-aprendizagem, sendo inseridos na categoria mais ampla de “processos sociais” com impactos diretos nos sentidos da

categoria “processos educativos”, no que se refere à subcategoria “dificuldades para o ensino-aprendizagem”. Tal constatação pode ser observada nas narrativas a seguir e nos sugere que isso interfere na forma como eles manejarão o PE e em como têm concebido esses processos. Referem os/as professores:

Eu acho que a gente tem vivido uma época... Por isso eu defini como barbárie. A gente tem vivido uma época que entrar na sala de aula tem sido desestimulante a partir do próprio contexto. Então, são ataques, não só à educação de uma maneira geral, mas tem uns ataques à figura do professor. [...] Então é algo muito por força da própria crise social. Desde a presidência à questão econômica mesmo, das mazelas que a gente vê cotidianamente. Mas, em sala de aula, os desafios mais específicos... é que assim, essa crise que tá atingindo o professor, o docente, também atinge o aluno, né. (Professor B)

O pessoal no Brasil não sabe o que é Sociologia, o que é que ela estuda, qual a importância de estudar Sociologia, ainda mais no contexto atual que a gente vive, de descrédito das ciências humanas. (Professor D)

Pra muitos, hoje em dia, com essa discussão política que tá ocorrendo hoje em dia, com a propaganda que fizeram muito contra a Sociologia, contra a História, contra as Ciências Humanas, muito aluno tá achando que o que a gente faz não é ciência, é a nossa opinião. (Professor E)

Conforme anunciado na introdução, o país vivencia um contexto desfavorável às ciências que apresentam viés mais crítico, como a Sociologia, o que gera descrédito desses campos do conhecimento e desestímulo por parte dos/das docentes. Ainda na categoria, “processos sociais”, um marco de desvalorização de componentes curriculares como Sociologia e Filosofia, a Reforma do Ensino Médio, possivelmente contribuiu para a percepção apresentada pelos professores. Há também outras propostas como a “Escola sem Partido” (FRIGOTTO, 2017), que defende uma “desideologização” das discussões em sala de aula, em detrimento da autonomia docente. Esses movimentos políticos, notadamente ideológicos, desqualificam as discussões em sala de aula e vão de encontro à noção de currículo crítico assumida aqui, proposta pela Teoria Crítica do Currículo (YOUNG, 2014).

Os professores referem-se, notadamente, aos processos eleitorais de 2018, em que a polarização e o tensionamento político tiveram como marcadores a violência e o crescimento do pensamento conservador,

manifestado na nomeação de um chefe do executivo pouco afeito a valores democráticos, como é o caso de Jair Messias Bolsonaro. Tais discussões, rica fonte de debates para a Sociologia, acabam por mostrarem-se desqualificadas pela indisponibilidade ao aprendizado, como relatam alguns professores na categoria “Contexto de ensino-Aprendizagem” em específico na subcategoria “dificuldades de ensino aprendizagem”:

A maior dificuldade que eu tenho hoje na sala de aula é... É a não aceitação do aluno com o conteúdo de Sociologia, de História, de Filosofia; dos conteúdos de ciências humanas. Muitas vezes os alunos já tem tido outro tipo de formação paralela com relação à aquisição de conhecimento. [...] Você vai explicar as raízes, as origens da cultura brasileira, a entender o Brasil hoje. O aluno não aceita. O aluno acredita no youtuber, que não tem nenhuma formação. (Professor A)

Na fala, o que se observa é a introdução da subcategoria “redes sociais” como um tema contemporâneo. Aqui é notório observar que a figura do/a professor/a tem sido substituída por outros produtores de conteúdo, menos qualificados academicamente e fora do contexto da educação formal. Este último achado não é um problema *per se*, mas indica que os/as discentes têm lançado mão principalmente de fontes sem credenciais acadêmicas.

Na subcategoria “limitações e possibilidades do livro didático”, existe convergência a respeito da percepção de que o livro didático é razoável para introduzir assuntos, mas insuficiente para promover aprofundamento, justificando assim a existência de materiais paradidáticos, como o Caderno Reflexivo aqui proposto. A esse respeito, os Professores A e B destacam ausências que interferem na implementação do currículo escolar:

Assim, ele é suficiente pra introduzir o aluno naquele determinado assunto. Ele é suficiente, mas ele é insuficiente para que o aluno se aprofunde mais na discussão. Até o próprio aluno, ele percebe isso. [...] Então, assim, para introduzir o aluno no assunto, eu acho suficiente. Para dar uma pincelada, para o aluno entrar em contato com determinado assunto. (Professor A)

Todos os outros materiais eu faço em casa, com outros textos que eu considero mais qualificados e menos fragmentados porque eu acho o livro didático muito fragmentado. Ele pincela, sabe como é que é? Ao invés de aprofundar, por exemplo, no meu caso, em específico. (Professor B)

O Professor B qualifica o livro como “fragmentado”. O Professor D (a seguir) aponta a linguagem como inadequada para o público-alvo e o Professor

C (a seguir) critica a inexistência de referências regionais para se trabalhar as temáticas, o que promoveria distanciamento:

[O livro é] Os dois, muito resumido e muito distante. Porque, veja, eu posso trabalhar com Gabriel Pensador, mas eu posso trabalhar com NSC também que é da nossa região, que ele fala de um problema que acontece no sul, no sudeste, no nordeste, mas quando se pega NSC os alunos vão se identificar porque alguns são da comunidade, porém, eu não descarto Gabriel Pensador. Mas antes de trabalhar Gabriel Pensador eu uso NSC. E o livro não traz isso. (Professor C)

O Professor E também reitera a dificuldade com a desregionalização do livro didático: “Os livros didáticos não está mostrando realmente como é a realidade, livro didático, por exemplo, não tem muito histórico de Alagoas.” Nessas narrativas, alocadas na subcategoria “dificuldades para o ensino aprendizagem”, os professores fazem menção a um importante fator do currículo integrado, que é a contextualização (YOUNG, 2014). Concluimos que é recomendável que quaisquer materiais paradidáticos considerem a linguagem e o contexto no qual está inserido o público-alvo, como a menção ao grupo NsC⁴. Ainda nesse sentido, a aprendizagem precisa ser significativa:

A escola bota ele dentro de uma sala de aula fechada, então ele acaba não vendo o seu próprio bairro, é o grande desafio que eu tenho tido com meus alunos, de mostrar essa realidade pra esses alunos. Como é que eu vou ligar aqui o conteúdo à própria realidade que ele trabalha? (Professor E)

Por aprendizagem significativa, referimos aquela em que o um novo conhecimento é adquirido, atribuído, construído através da interação com um saber prévio existente na estrutura cognitiva daquele/a que aprende (MASINI; MOREIRA, 2008). A partir desta narrativa, entende-se a criminalidade como processo social, como parte constituinte das relações, que afetam a organização de espaços urbanos, as espacialidades, a forma como as relações sociais são estabelecidas. Se tais discussões fazem parte do cotidiano, então são adequadas para o universo educativo.

Retomando a categoria “processos sociais” tratada até então, identifica-se que: (I) o contexto brasileiro, de polarização política e de legitimação de discursos de intolerância desfavorece discussões sensíveis no campo da

⁴ Neurônios SubConsciente, grupo de *rap* alagoano composto pelo vocalista Alex.

Sociologia; já na subcategoria “limitações do livro didático” identificou-se que (II) o livro didático se trata de um material insuficiente para se aprofundar em discussões; e por fim, (III) o livro didático não considera peculiaridades regionais e não dispõe de referências para discutir tais diferenças. Essas colocações também são transversais à subcategoria “currículo escolar”, uma vez que assumimos a posição teórica que no currículo questionamos diferenças, na medida em que isso promove uma identidade crítica aos discentes (SILVA, 2014).

Adentrando os apontamentos sobre a categoria “processos educativos,” o Professor E apresenta consonância com a proposta da educação integrada e do trabalho como princípio educativo:

É esse desafio de fazer com que esse aluno encontre a educação como o caminho tanto de reflexão de vida, mas também como mercado de trabalho. A gente ligar as duas coisas. Não só ligar pra passar no vestibular, passar no vestibular, mas também ter uma visão crítica como cidadão, como sociedade. Discutir essas questões, envolver esse aluno nas questões da sociedade. Como é que você vai discutir, por exemplo, a questão racial, a questão dos presídios, mostrar que faz parte da vida dele. (Professor E)

Em outras palavras, o ensino e a formação profissional tem condições de prepará-lo para incidir sobre a materialidade da vida social. Já no que tange à subcategoria “processos avaliativos” sob um prisma emancipador, o Professor B faz uma reflexão muito pertinente, situando o lugar da avaliação no processo de educar. Refere ele que:

Pra mim o processo de avaliação, é um processo de aprendizagem. Tipo, eu não avalio pensando em avaliar o conteúdo que ele aprendeu, não. Eu avalio a partir do momento que ele fez todo um processo de pesquisa, que aprendeu no processo. (Professor B)

Essa ponderação reitera o que foi identificado mais adiante, no sentido de que a avaliação não pode se restringir à "medição" dos conteúdos. É pertinente que a ênfase recaia sobre o processo existente desde a aplicação do produto até as mudanças posteriores aos atos didáticos. Dentro da subcategoria “dificuldade de ensino aprendizagem”, alguns dos professores apresentaram problemáticas sobre a infraestrutura do Campus, que também interfere no método de ensino:

Mas devido à infraestrutura aqui do Campus, a gente tem dificuldade, a gente tem poucos datashow. A gente não tem caixa de som, então

se torna muito difícil você utilizar o audiovisual aqui no Campus. (Professor A)

Então, o desafio é esse, como em uma estrutura ainda precária de escola pública, você conseguir que os alunos ainda tenham esse interesse. [...] O instituto ainda melhorou bastante, mas ainda tem ainda... a gente tem corte de verba prejudicando mais ainda, né. (Professor E)

Optamos por situar essas falas na subcategoria “precarização do trabalho”, em específico à atividade docente, que enfrenta desafios quanto à estrutura física das escolas. Esses relatos nos indicam a necessidade de cuidados na confecção do PE, pois este deve considerar as condições reais de aplicação. Portanto, possivelmente é reforçada a ideia de um encarte físico, que os alunos possam manejar livremente e levar pra casa, já que o uso de material digital exigiria a disponibilidade e a obrigatoriedade de outros recursos como *datashows* para reprodução de vídeos, boa conexão de internet, dentre outros.

Ainda na subcategoria “precarização do trabalho”, outro ponto relatado pelos professores como um desafio é o excesso de compromissos pedagógicos e administrativos, que limitam o tempo disponível ao planejamento de aulas e de materiais didáticos:

Então, veja, eu mesma tenho doze turmas e olhe que comparativamente a alguns professores parece que nem é muito, né. Mas doze turmas aqui se você colocar por baixo aí um número médio de alunos, eu peguei quatrocentos alunos, como é que você vai se dar conta das particularidades daqueles alunos? (Professor B)

Portanto, é mister que o PE considere os diversos temas transversais no conteúdo programático, de modo que o/a docente se sinta livre para manuseá-lo, contribuindo com sua programação. É importante citar que inicialmente o Caderno Reflexivo acompanharia uma proposta de sequência didática, entretanto, como no diagnóstico inicial o tempo em sala de aula foi apontado como um fator de dificuldade, escolhemos abrir mão dessa ferramenta, pensando o PE em seções independentes, que poderiam ser trabalhadas em momentos distintos em sala de aula.

Ainda nesse sentido, chama a atenção uma comparação realizada pelo Professor A entre a precarização do trabalho docente com o trabalho executado nos estabelecimentos penais:

Então, eu interpreto o meu trabalho hoje como um trabalho prisional porque realmente eu fico preso aqui de segunda a sexta e talvez de domingo a domingo, quando eu tenho que preparar aula e tenho que corrigir provas e tenho que colocar a nota no sistema. (Professor A)

O Professor C é um pouco mais enfático ao comparar as duas modalidades de trabalho:

Porque se você tá preso, você trabalha três dias, você tem um a menos a cumprir na pena. Então, você vai reduzir sua pena e vai ter liberdade. E você quando tá trabalhando fora dos muros, "ah, eu sou concursado, então eu tô CLT", você vai trabalhar a vida toda e qual é o bônus que você vai ter? (Professor C)

As falas transcritas no trecho mencionado foram respostas à pergunta do questionário: “você consegue relacionar diretamente o trabalho prisional com o mundo do trabalho contemporâneo?”. As comparações realizadas identificavam similaridades na percepção das condições desgastantes e no trabalho desprovido de sentido, o que confirma a hipótese de que o debate sobre o trabalho nas prisões pode ampliar discussões sobre o trabalho nos tempos hodiernos pelo fato de ser também uma modalidade de trabalho.

Na subcategoria “criminalidade como processo social”, o Professor E também reconhece o potencial da discussão do sistema de justiça como um tema guarda-chuva para outras discussões relevantes da Sociologia e do mundo do trabalho:

Agora um entendimento mais aprofundado a gente nem sempre consegue fazer desse tema, que eu acho que poderia começar a trazer, porque se a gente traz a discussão pra cá, a gente pode estar discutindo um monte de coisa ali. Urbanização, racismo, questão de gênero, dá pra trazer muito a partir da discussão de presídios. (Professor E)

O Professor A parece estabelecer uma confluência entre “trabalho contemporâneo” e “trabalho prisional”, ressaltando o fenômeno da “precarização do trabalho” na atualidade. Como pode ser observado no trecho a seguir, o ele destacou um fenômeno contemporâneo conhecido como a “uberização do trabalho” como uma manifestação geral do trabalho atualmente:

Talvez eu vou dizer um absurdo aqui, mas em alguns momentos ele chega a ser pior do que o trabalho industrial do século XIX. Ou, talvez pior não, talvez seja um exagero, mas se não pior [que o trabalho prisional], igual. Igual porque o trabalhador tem sido obrigado pelo próprio sistema a trabalhar a mesma quantidade de horas que o

trabalhador do século XIX da industrialização. (Professor A)

Ainda nas proposições da aprendizagem significativa, professores destacam as dificuldades dos alunos com a atividade de leitura:

E como eu trabalhei muito com periferia, o meu maior problema é a questão da leitura. Os alunos não têm o conhecimento porque as disciplinas de humanas, elas são relegadas, são excluídas. Então eles só precisam decorar. E hoje você não tem um aluno leitor. (Professor C)

O Professor D reforça essa interpretação: “É, a leitura realmente é um problema sério. Se você não tem o hábito de leitura, você não vai conseguir interpretar um texto sociológico”. Em direção oposta, o Professor A reconhece o problema, mas apresenta algumas possibilidades frente à situação:

É uma aula expositiva. É uma leitura e uma exposição. Inclusive, esse texto ajuda muito porque eles não leem. Eles não leem, eles não estudam. Uma forma que eu criei de incitar a leitura deles, incentivar que eles utilizem a leitura como ferramenta didática é levar o próprio texto e ler com eles. Ler com eles, né. Isso é muito importante, fazer leituras com o aluno, de um artigo. Fazer leituras com o aluno de uma reportagem, isso é muito importante. Essa leitura com o aluno suscita debates. Na verdade, noventa e nove por cento das vezes que eu levo um texto pra sala de aula, eu não consigo ler a metade do texto porque os alunos se empolgam e gera um debate muito bom. (Professor A)

Existem algumas questões aí implícitas: I) uma de ordem histórica, haja vista que, sobretudo, na região Nordeste existe altos índices negativos de escolarização; (II) uma de ordem metodológica: que implicações a existência de estudantes com dificuldades de leitura trazem para a construção do PE?

A dificuldade de concentração, ampliada devido ao uso intenso das redes sociais, é uma problemática que acompanha dificuldades com leitura e que traz consigo fatores que devem ser pensados ao elaborar o Caderno Reflexivo. Razão pela qual se desenhou a subcategoria “Redes sociais”. O relato do Professor E é pertinente: “Mas eles não querem ler, eles estão acostumados muito ao *WhatsApp*, às redes sociais”, pontuando sobre o formato de textos curtos e rápidos adotado em diversas redes sociais. O Professor A destaca os impactos disso no processo de ensino-aprendizagem:

De forma errada, ou seja, o aluno às vezes perde o foco do aprendizado buscando entretenimento. As redes sociais apresentam entretenimento ao aluno e ele fica muito envolvido com isso, então ele não estuda. Na sala de aula, ele também utiliza as redes sociais, vez ou outra. As redes sociais atrapalham o estudo também, a

interpretação da vida. (Professor A)

Por fim, diante da análise de todo o material coletado, observamos que as/os docentes identificam que o livro didático é insuficiente para aprofundamento no objeto investigado, o que chancela a criação de material paradidático que os/as auxiliem a tratar os conteúdos do ementário. Razão pela qual o Professor B refere que enxerga “Como possibilidade, exatamente. Eu acho que toda ideia é muito válida”. Portanto, a hipótese intuída através da experiência dos pesquisadores se confirma.

Os/as docentes também sinalizam pistas para a construção do PE, como a necessidade de uma linguagem contextualizada, regionalizada e que preserve a interação dos alunos em diálogo com o conteúdo programático. Mediante os relatos, concluímos que, na construção do Caderno Reflexivo, devemos considerar a carga horária do componente curricular Sociologia, bem como a identidade dos/as estudantes presentes na Rede Federal de Ensino, mais vinculado às redes sociais, com presença de dificuldades de leitura.

3.2 A perspectiva discente

O segundo passo do diagnóstico foi a aplicação dos questionários com estudantes. Conforme mencionado, foi aplicado questionário estruturado de forma presencial ao total de doze (12) estudantes, matriculados na 3ª série do Curso Médio Integrado de Estradas do Ifal Campus Maceió, no ano letivo 2019. De acordo com a professora, muitos estudantes faltaram à aula no dia, o que justifica a amostra reduzida. Registramos que o objetivo era reaplicar o questionário novamente aos/às estudantes, para observar os impactos de sua utilização, entretanto o estado pandêmico por ocasião da COVID-19 impediu esse procedimento. Diante do quadro, na data de 28 de agosto de 2020 foi publicada pela Reitoria do IFAL a Resolução nº 50/2020 - REIT, na qual foram aprovadas as diretrizes para o Ensino Remoto Emergencial no Ifal.

Explicamos também que os dados coletados com o corpo discente foram coletados de maneira presencial e os gráficos gerados no *software* Microsoft Excel. Por essa razão se apresentam de forma distinta dos gráficos das demais

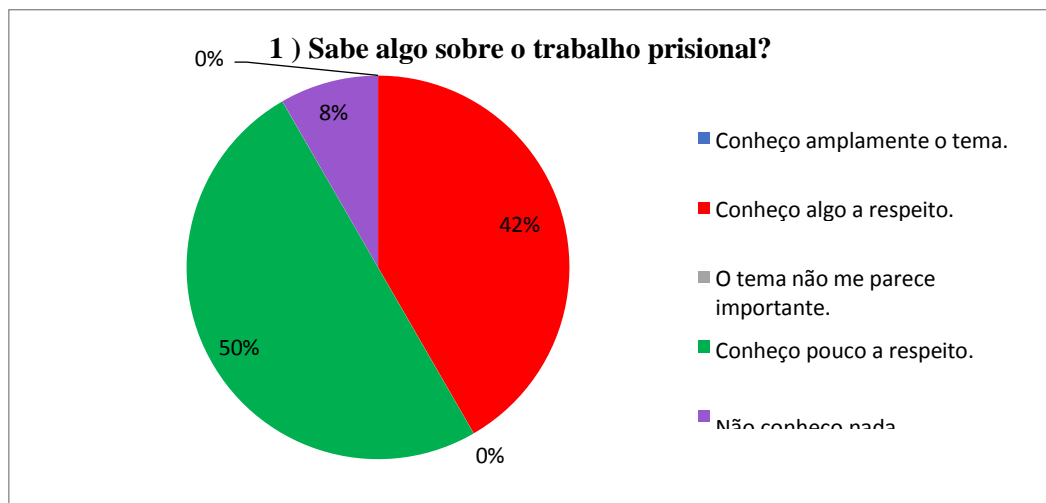
representações, uma vez que aqueles foram coletados na plataforma *Google Forms*. Como forma de proporcionar maior proximidade de apresentação, foram mantidos os gráficos do tipo pizza e o esquema de cores utilizado.

Em princípio, observamos que através da análise dos questionários, diversos pontos de análise foram evocados e chamam a atenção no sentido da coexistência de noções humanistas e punitivistas. Isso sugere incertezas e imprecisões a respeito das concepções envolvendo a temática abordada, o que também reforça a produção do Caderno Reflexivo.

Um dos poucos pontos de convergência dentre os estudantes que participaram da coleta de dados é a respeito da inexistência da discussão sobre o trabalho prisional nos livros didáticos. 100% deles referem nunca terem visto menção à temática. Portanto, possivelmente as principais fontes de informação sobre o debate prisional são as experiências empíricas, com conhecidos, familiares, amigos, noticiários ou o contato com redes sociais.

Reflexo dessa falta de aproximação qualificada com a temática se reflete no gráfico a seguir:

Gráfico 12. Corpo discente – conhecimento sobre trabalho prisional



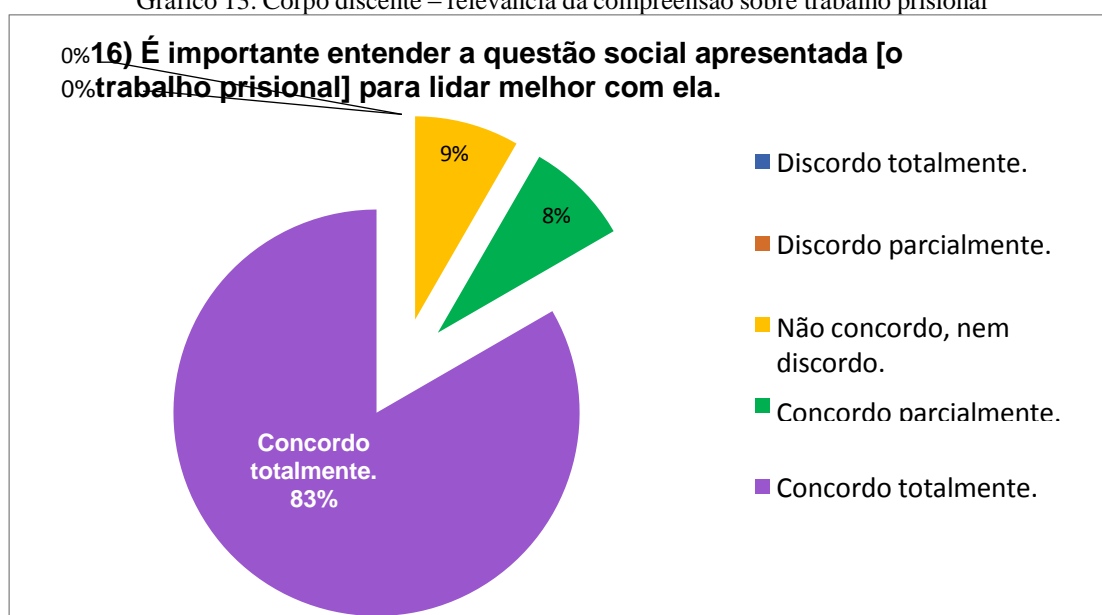
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Ou seja, metade dos respondentes declarou conhecer pouco, em outra direção 42% referem conhecer algo a respeito e 8% não conhecem nada. A questão 8, única questão aberta de todo o questionário, busca saber: “o que você sabe a respeito do trabalho prisional?”, nela, podemos observar que um

estudante responde com “Nada” e outro responde com “Quase nada”. Alguns dão respostas simples, mas que apreendem, de alguma forma, a profundidade da questão, a exemplo de um que refere que “molda o caráter da pessoa privada de liberdade e o ajuda no processo de reestruturação”, evidenciando o poder de reforma moral existente no cumprimento da pena, aí incluso o trabalho. Outro referiu, como ponto negativo, a “exploração, falta de limite”.

O Gráfico 13, representado a seguir, sugere que possa haver desinteresse pela temática por parte de alguns, entretanto, 83% dos/das estudantes sinalizam a relevância de estudá-lo para que se possa haver posicionamento sobre a mesma:

Gráfico 13. Corpo discente – relevância da compreensão sobre trabalho prisional

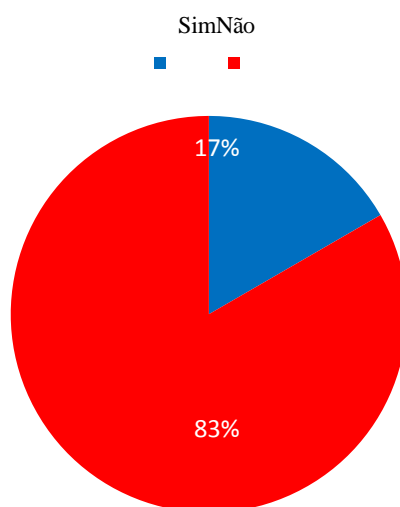


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os Gráficos 3 e 6 expõem o quanto a discussão, relevante para o contexto brasileiro, de aprisionamento em massa, revela-se subrepresentado não apenas nos livros didáticos, mas também nas discussões em sala de aula. Entendemos que esses dados atestam novamente o esforço em empreender o PE.

Gráfico 14. Corpo discente – presença do tema “trabalho prisional” nas disciplinas

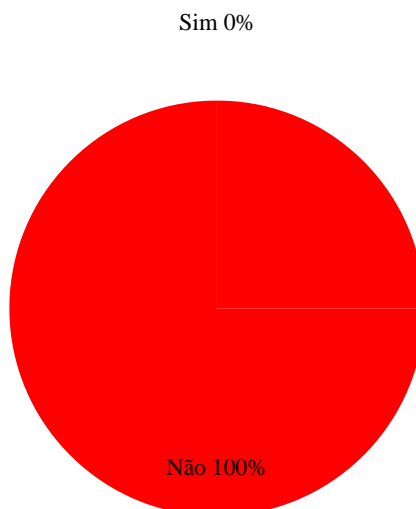
3 – Jfi estudou/discutiu o tema em alguma disciplina durante o curso?



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Gráfico 15. Corpo discente – tema “trabalho prisional” no livro didático

6 - Você jfi viu esse tema sendo tratado em algum livro didático?



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Embora o enunciado possa parecer óbvio, a ideia é que seja reforçado que no componente curricular Sociologia existe um terreno fértil de discussão, que, se bem apropriado por parte do corpo discente, pode produzir grandes avanços em termos de compreensão da realidade do sistema de justiça brasileiro. Ao lançar um olhar atento sobre os problemas que os estudantes

consideram como vinculados ao sistema prisional, observamos que as respostas não são heterogêneas, o que nos leva a pensar que eles reconhecem uma pluralidade de problemas no sistema prisional, sendo que nove (9) estudantes indicaram o item “más condições de higiene” (15%) e oito

(8) indicaram o item superlotação (13%) com as clássicas representações de pessoa privada de liberdade segurando na grade das celas e se queixando da superlotação são as cenas mais comuns – insta frisar que essas cenas são reais, mas são utilizadas de forma apelativa na mídia corporativa. Destaca-se que apenas 5% das respostas consideram a “Falta de trabalho” como um problema, o que sugere que a ausência desse direito não seja reconhecida pelos/as estudantes. Outro dado que trata especificamente de processos sociais e que surge com força nas respostas é o “Racismo” e o “Preconceito contra pobres” que é um problema para oito (8) dos/das estudantes. A impunidade aqui não se revela tão expressiva como em outros gráficos, o que nos leva a acreditar que quando colocado diante de outras problemáticas do sistema carcerário, perspectivas punitivistas perdem vigor. Portanto, o Caderno Reflexivo deve necessariamente convidar os/as estudantes a considerarem uma pluralidade de questões que são transversais ao sistema de justiça.

Gráfico 16. Corpo discente – problemáticas ligadas ao sistema prisional

2 – Em sua visão, algum destes problemas está ligado ao sistema prisional? (marque um ou mais)

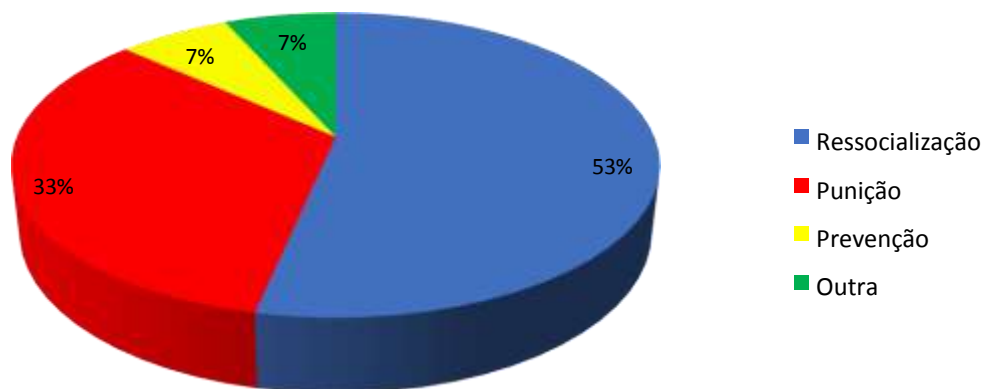


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Temos que o próprio corpo discente, ao apreciar a função da pena, também reconhece o caráter “ressocializador” do trabalho:

Gráfico 17. Corpo discente – sentido do trabalho nas prisões

14 – Em sua avaliação, qual o sentido do trabalho nas prisões? Marque uma ou mais respostas:

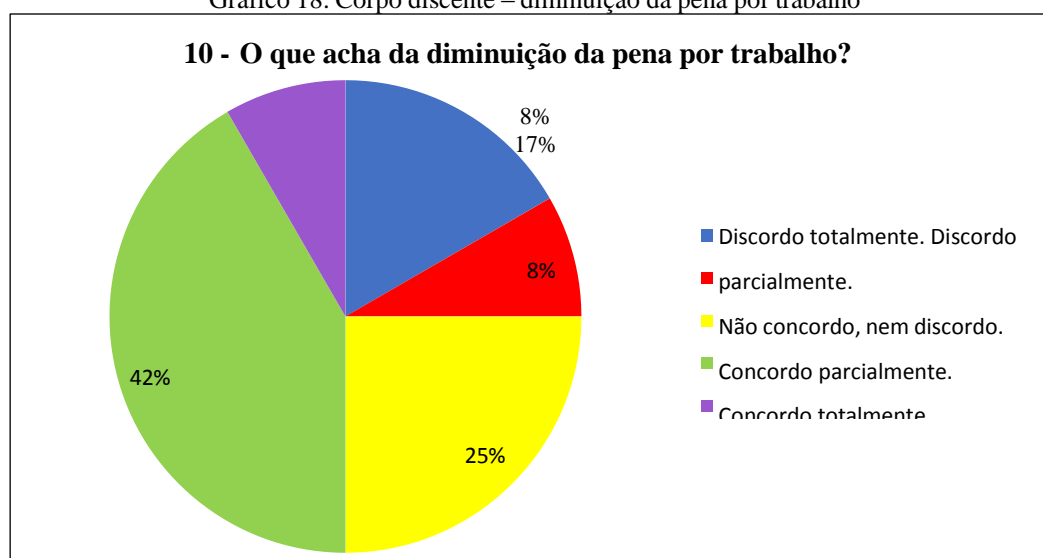


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A punição também é concebida como sentido do trabalho, em consonância com as primeiras lógicas do labor em ambiente de privação de liberdade. A reflexão sobre o sentido do trabalho pode surgir em comparação com o próprio sentido do trabalho nos ambientes extramuros. Ele é emancipatório? Visa nos socializar ou é, de certa forma, uma forma de punição? É importante ressaltar também que a função de prevenção foi pouco evocada (7%) pelos/as estudantes que responderam ao questionário.

Ainda explorando o que sabem a respeito do trabalho prisional, as questões de 10 a 13 revelam não apenas confusão no que diz respeito ao objeto estudado, mas também um misto de sensibilidade sociológica com punitivismo, que acompanha a heterogeneidade de perspectivas. Tomemos por exemplo o Gráfico 18:

Gráfico 18. Corpo discente – diminuição da pena por trabalho



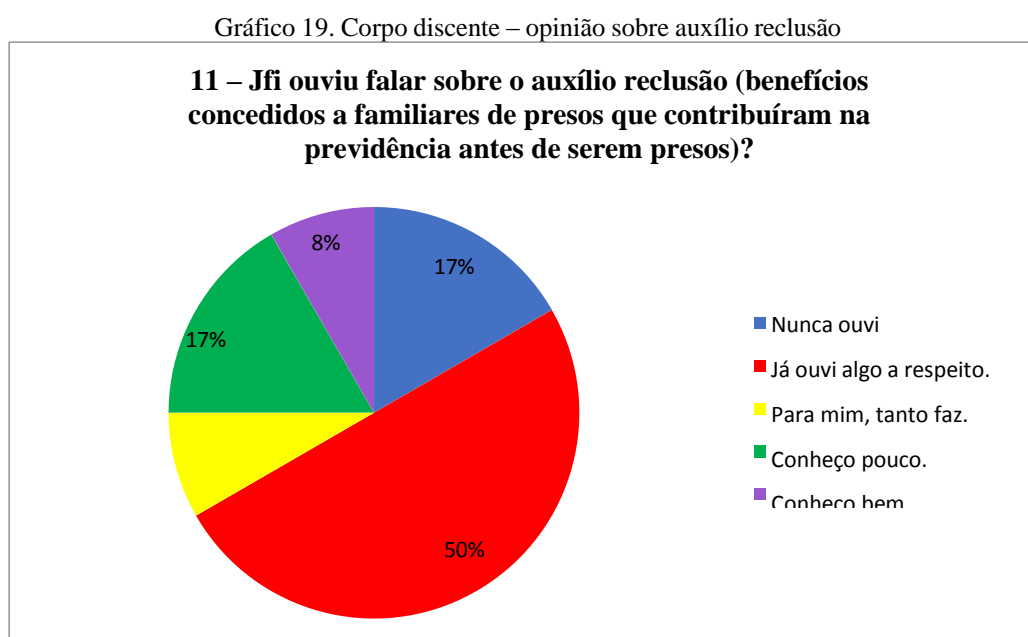
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Em lugar do vocábulo “remição” de difícil alcance, preferimos utilizar a palavra “diminuição”, para que o questionário ficasse mais intuitivo. Nos chama a atenção que 42% dos/das estudantes concordam parcialmente com a remição por trabalho e 8% concordam totalmente, portanto, metade da amostra concorda com a redução da pena pelo trabalho, havendo uma convergência maior para a concordância, quando os outros dados são analisados. Dentre a amostra, 25% não concordam, nem discordam; o restante divide-se entre

discordar parcialmente (8%) e de forma mais expressiva, discordar totalmente (17%). É possível afirmar que as más condições econômicas, com altos índices de desemprego possam realçar o caráter de “benesse” ou até mesmo “privilégio” do trabalho prisional ainda que a legislação o conceba como um direito.

Tem-se metade da amostra em uma condição de não concordar totalmente com a referida política pública. De todo o *corpus*, ¼ optou por apresentar uma opinião neutra (não concordo, nem discordo). A diversidade de perspectivas é confirmada quando 25% das/dos estudantes discordam totalmente e em contraposição, 25% concordam totalmente. Possivelmente, a heterogeneidade observada no Gráfico 18 simboliza a imprecisão de avaliações por parte dos estudantes.

Exibido adiante, o Gráfico 19 explora um debate delicado no universo do objeto investigado:

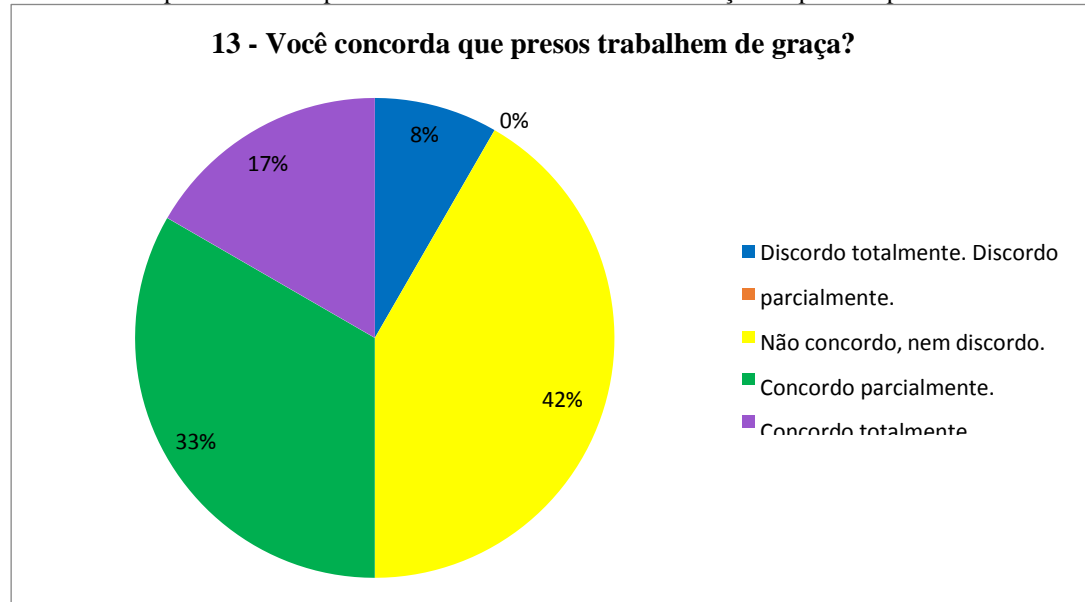


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A averiguação do contato com o auxílio-reclusão é central na discussão de trabalho prisional, pois a matéria foi alvo de muitas notícias falsas, sendo apresentada de forma pejorativa durante os processos eleitorais de 2018. Daqui, destacamos que ao menos 75% dos estudantes respondentes tiveram

algum contato com o tema, número que pode se elevar para 83%, caso os que julgam a discussão irrelevante tenham tido algum contato com o tema até o momento em que responderam ao questionário.

Gráfico 20. Corpo discente – opinião sobre o trabalho sem remuneração de pessoas privadas de liberdade



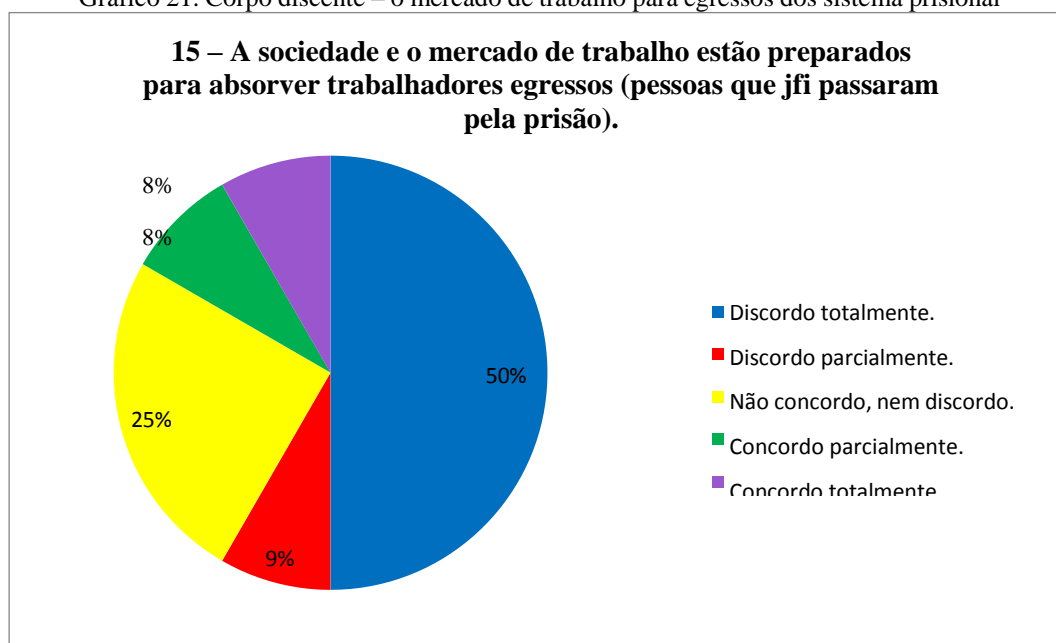
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Assim como na questão que trata da diminuição da pena pelo trabalho, a heterogeneidade se apresenta quando indagados sobre a concordância da pessoa privada de liberdade trabalhar de graça ou não; todavia, o que mais chama a atenção é que 42% de todos os estudantes não concordam, nem discordam, o que sugere que possivelmente este grupo não disponha de uma opinião formada sobre esse debate. É analiticamente relevante que 50% concordem parcial ou totalmente que o trabalho nas prisões não seja remunerado, pois remonta a um desconhecimento da legislação vigente ou a ideia do trabalho como punição. Do *corpus*, 8% dos/das estudantes discordam totalmente da gratuidade desse trabalho. Esses resultados nos convidaram a pensar que a noção de trabalho prisional refere-se a um campo em disputa, repleto de possibilidades.

Os itens 15 e 18 implicam a sociedade e sua forma de lidar com os egressos. Nas respostas apresentadas, os estudantes revelam reconhecer a dificuldade de reintegração à sociedade por parte dessas pessoas, bem como

o papel que o trabalho prisional ocuparia neste processo. No Gráfico 21, mostrado a seguir, tem-se que 50% dos estudantes avaliam que a sociedade e o mercado de trabalho não estão aptos para acolherem os egressos. No entanto, comparando com o Gráfico 20, é expressivo a percentagem daqueles que concordam parcialmente (33%) que apenas trabalhem gratuitamente, o que sugere ceticismo quanto ao potencial reintegrativo desta política penitenciária e por que não, afã punitivista:

Gráfico 21. Corpo discente – o mercado de trabalho para egressos dos sistema prisional



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

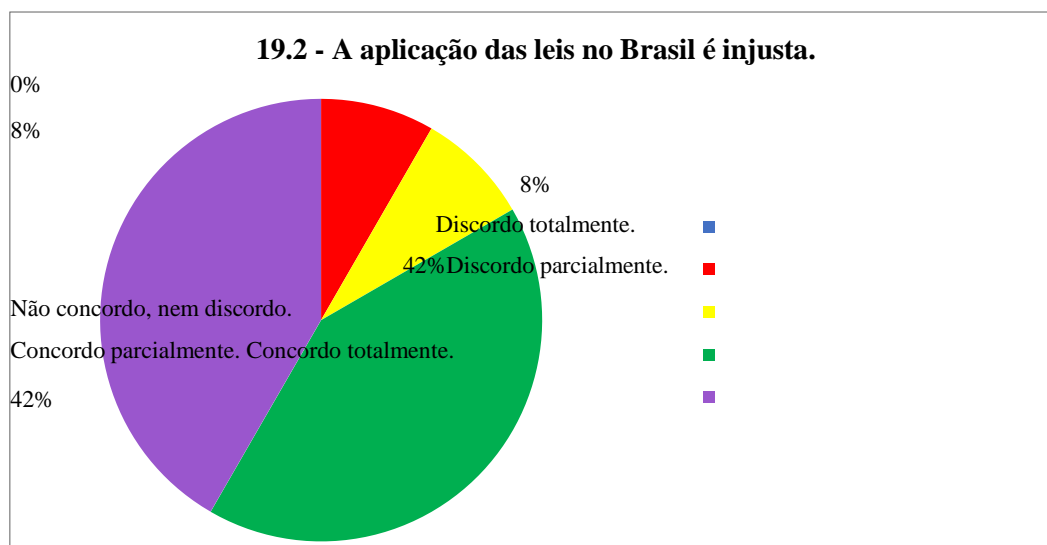
Feitas essas considerações, é possível partir para as afirmativas em que há maior grau de concordância. Foi possível observar também que o único ponto em que há total convergência é a respeito do crime cometido por políticos⁵, o que pode ser um importante ponto de partida para abordar a questão do trabalho prisional e da dinâmica do crime. 100% dos/das estudantes que responderam à pesquisa concordam totalmente que crimes cometidos por figuras políticas são tratados de forma diferenciada. Este dado expõe que, em alguma medida, o princípio da isonomia não é respeitado no sistema de Justiça e existe sim, a dita seletividade penal, que faz com que

⁵ Para aprofundamento nesta discussão, ver o livro: SUTHERLAND, E. H. **Crime de Colarinho Branco: versão sem cortes**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia / Revan, 2015.

certas penas recaiam sobre certos indivíduos quando cometem determinados delitos (BARATTA, 1999). Em comparação com outras respostas, é possível observar que esta noção no corpo discente não está consolidada, mas ela pode ser identificada e merece ser trabalhada com cuidado no Caderno Reflexivo.

Outra representação que dá suporte a essa afirmação e pistas para a compreensão do que as/os estudantes pensam a respeito do sistema de justiça é o Gráfico 22, que pode ser visto a seguir; essa representação gráfica é categórica em demonstrar que 84% concordam em alguma medida que a aplicação das leis no Brasil é injusta, na mesma proporção que nenhum respondente referiu discordar totalmente da afirmativa. Um caminho para entender tal injustiça pode estar na afirmativa “As forças e instituições policiais são racistas e isso se reflete no sistema prisional”, que teve 83% de toda a amostra concordando parcial ou totalmente; outros 17% preferiram não concordar, nem discordar com o enunciado.

Gráfico 22. Corpo discente – justiça e aplicação das leis no Brasil

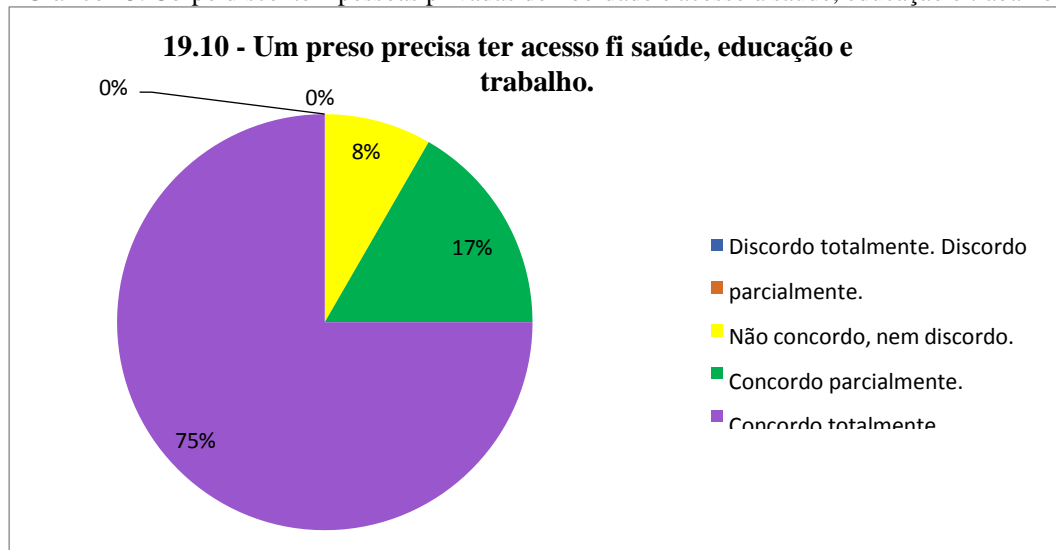


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os posicionamentos conflitantes se acirram na comparação a seguir. Se por um lado, 75% concordam totalmente que a pessoa privada de liberdade precisa ter acesso à educação, trabalho e saúde, pelo outro, 75% concordam parcialmente ou totalmente com a afirmativa de que a lei passa muito a mão na

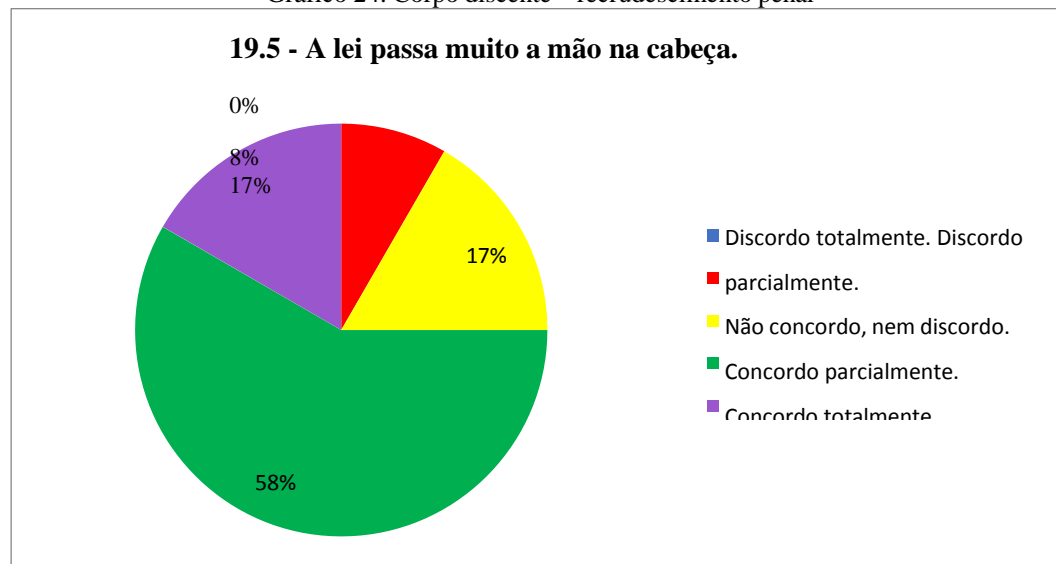
cabeça. A dissonância entre o nível de concordância de algumas afirmativas evidencia o quanto o público que participou do diagnóstico está em pleno processo de aprendizado, acomodando e processando as informações e estímulos aos quais têm acesso, inclusive na sala de aula. Recebemos cada uma das respostas como estímulo à proposta de nosso PE.

Gráfico 23. Corpo discente – pessoas privadas de liberdade e acesso à saúde, educação e trabalho



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Gráfico 24. Corpo discente – recrudescimento penal



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Outro conflito se desenha. No Gráfico 25, ao tempo que 58% das/dos estudantes concordam totalmente que a prisão é uma instituição que merece ser revisada, 37% concordam totalmente que a responsabilidade pelo crime é apenas do autor do crime, outros 27% concordam apenas parcialmente com esta afirmativa, numa direção diferente. Portanto, em que medida a questão da responsabilidade criminal acaba por ser um problema institucional ou apenas uma questão individual? Passamos a imaginar que informações não contempladas pelo questionário faziam os estudantes apresentarem visões conflitantes entre os itens.

Gráfico 25. Corpo discente – responsabilidade de autoria pelo crime



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Ademais, alguns clichês populares como “Bandido bom é bandido morto” e “Tá com pena? Leva ele pra casa!” também tiveram expressivos índices de discordância, ao contrário do que se supunha inicialmente. Ao lançar um olhar para a primeira afirmativa, observamos que 50% dos estudantes discordaram totalmente. Considerando essas alternativas se encontravam ao final do questionário, possivelmente, esse resultado se deva ao processo de reflexão que as outras questões os convidaram e/ou pelo peso identificado de desejar a morte de outra pessoa. Já a segunda expressão (Tá com pena? Leva ele pra casa), que não possui ligação direta com a morte, apresentou aceitação maior, como mostram as pontuações de concordo totalmente (18%), discordo parcialmente (18%) e não concordo, nem discordo (27%).

Dessa forma, o que se observa é que os/as estudantes apresentam perspectivas conflitantes, que divergem, que carecem de maior elaboração, ao mesmo tempo em que apresentam movimentos incipientes no sentido de elaborar compreensões mais críticas.

Portanto, esta etapa diagnóstica indica que seria positivo que o Caderno Reflexivo incida diretamente sobre estas perspectivas imprecisas e conflitantes, trazendo debates qualificados, dados e informações que os aproximem da realidade vivenciada, ao tempo em que dispõem de elementos para se posicionar sobre a matéria. E também que contem com enunciados que visem problematizar a própria condição no mundo do trabalho contemporâneo. O PE precisa estabelecer conexões que exponham as contradições identificadas e de que maneira a revisão bibliográfica apreende os debates que o diagnóstico provocou, incidindo diretamente sobre o que se entende pelas desigualdades sociais.

Em posse dessas informações coletadas na etapa diagnóstica da IAP, procederemos com algumas reflexões, para apresentar a modalidade do PE e expor o processo de validação dele, que contou com a participação de pesquisadores e professores/as.

4 DA AVALIAÇÃO À (RE)CONSTRUÇÃO DO PE: UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA

Como forma de assegurar a avaliação do PE, organizamos considerações teóricas sobre práticas educativas através, principalmente, do pensador italiano Antoni Zabala (ZABALA, 1998). Ele traz dimensões dos processos educativos que nos possibilitam compreender os variados campos do material paradidático. Em seguida, organizado em forma de gráficos, exporemos a avaliação do Produto realizada por docentes e pesquisadoras/es da temática abordada.

4.1 Considerações sobre práticas educativas e materiais paradidáticos

Após analisarmos as informações coletadas no diagnóstico, cuja principal conclusão é a de que o debate sobre sistema de justiça se encontra subrepresentado nos livros didáticos, concluímos que o PE deveria tratar-se de um material paradidático. Abordaremos algumas considerações sobre práticas educativas e na sequência descreveremos a modalidade de PE adotada, para então apresentar sua avaliação, que contou com a participação de pesquisadores e professores/as. Segue-se com conclusões a partir disso.

O PE proposto insere-se naquilo que o teórico italiano Antoni Zabala nomeia como “práticas educativas” (ZABALA, 1998). Para ele, diz respeito a uma série de ações didáticas divididas em movimentos sequenciais. A este todo organizado, nomeamos de sequência didática. Esta abordagem nos fornece elementos que orientem as práticas educativas que balizarão a utilização do material paradidático proposto.

Em princípio, cumpre citar que, em consonância com a linha teórica assumida, priorizamos o enfoque globalizador, pois nos interessa propor tais conteúdos de modo a criar relações entre as áreas de conhecimento, promovendo o protagonismo dos estudantes (ZABALA, 1998). Portanto, essas proposições atravessam a função social do ensino, já que “a determinação das finalidades ou objetivos da educação, sejam explícitos ou não, é o ponto de partida de qualquer análise da prática” (ZABALA, 1998, p.29).

Já expomos que esta pesquisa se propôs a criar um PE que tivesse incidência práticas no contexto educacional e que promovesse espaço reflexivo sobre preconceitos e estigmas que se dirigem à população prisional, por avaliarmos positivamente os impactos disso na medida em que promove uma identidade cidadã, de reconhecimento e questionamento da desigualdade e da diferença através de uma leitura crítica qualificada do sistema de justiça.

O material paradidático que atendeu aos objetivos da pesquisa foi o Caderno Reflexivo, um material escrito, complementar ao livro didático do componente curricular Sociologia, que tem por objetivo propor reflexões críticas sobre o sistema de justiça, o sistema prisional e o trabalho prisional.

Os materiais didáticos podem ser entendidos como mediadores importantes no processo de construção do conhecimento, na medida em que são facilitadores da apreensão de conteúdos (BITTENCOURT, 2008). Reiteramos também ainda a importância dos suportes paradidáticos:

O paradidático tem um papel importante no processo de ensino e aprendizagem, pois se constitui em um instrumento através do qual é possível verticalizar temas que precisam ser melhor trabalhados, explorar espaços e contextos específicos que o livro didático muitas vezes não consegue alcançar por conta de limitações que são próprias deste material e até mesmo reparar ausências ou problemas conceituais existentes no livro didático (RIBEIRO, 2020, p.71).

Munakata (1997) acrescenta que o material paradidático pode ser empregado como complemento e até mesmo como substituto dos livros didáticos. Pode ser utilizado ainda como material de consulta do professor ou material de pesquisa de apoio educativo às atividades do educando.

Destaque-se que o material escrito deve comunicar a ideia de maneira objetiva, para assegurar o seu entendimento e evitar mal-entendidos que possam ocasionar em conceitos e ações que se contrapõem aos objetivos anunciados (MOREIRA; NÓBREGA; SILVA, 2003). Importante destacar que assim como as cartilhas, os cadernos reflexivos preveem a possibilidade de promoção de resultados expressivos para os participantes das atividades educativas (ECHER, 2005).

Zabala indica algumas categorias de análise para análise da prática educativa, que utilizaremos como guia para apreciação do PE, uma das quais é o *objetivo educacional*, que descreve a *função social* da prática educativa (ZABALA, 1999). O objetivo educacional do caderno é a sensibilização a respeito de um problema sociológico, ao tempo em que amplia a noção de trabalho por parte dos/as estudantes, na medida em que este público tem contato com uma forma particular e específica de realização do trabalho na sociedade contemporânea.

Existem ainda outras categorias de análise referentes aos *conteúdos de aprendizagem*, já que para ele a distinção de forma disciplinar desintegra os saberes. Por isso, ele promove a divisão dos conteúdos de aprendizagem em:

(I) factuais; (II) conceitos e princípios; (III) procedimentais e (IV) atitudinais. A respeito de *conteúdos factuais*, criamos espaços no PE para que os conhecimentos prévios que os/as discentes possuem sobre crime, sistema prisional, violência social e questões correlatas, dialoguem com outras informações tais como trabalho, crime, violência, sistema prisional, trabalho prisional, privação de liberdade, desigualdades socioeconômicas; para isso, nos valem de dados estatísticos disponibilizados em relatórios oficiais e suas respectivas leituras conjunturais. Em relação aos *conceitos e princípios*, constarão as representações práticas de princípios como justiça, igualdade, equidade mediante a apresentação dos conhecimentos prévios e reflexões apresentadas, junto ao conteúdo programático. Por seu turno, os *conteúdos procedimentais* estão vinculados à execução de determinado trabalho, são, sobretudo de ordem técnica e pode ser caracterizado como um conjunto de ações ordenadas (ZABALA, 1999). Nesse grupo, podemos citar o uso do *smartphone* para acessar às músicas, filmes ou documentários, a leitura de algumas das obras indicadas no fim do PE, o próprio ato de confrontar ideias no decorrer da aula, a leitura corrida dos textos ou a visualização atenta das imagens, a reflexão sobre as atividades propostas pela/o docente etc. Os conteúdos atitudinais estão relacionados à apreciação de questões críticas e emissão de juízos, é o que se pretende alcançar através de sua utilização em sala de aula.

As *relações interativas em sala* de sala também figuram como variável importante a ser considerada na prática educativa (ZABALA, 1998). Consideramos necessário que seja estabelecida uma relação horizontal entre docente e discente, para que o Caderno Reflexivo possa ser operado com mais efetividade; tomamos como experiência os Círculos de Cultura, em que o diálogo é anunciado como pronúncia do mundo (FREIRE, 2021).

Apesar de reconhecermos as possibilidades a partir deste material paradidático, entendemos que ele sozinho, sem a mediação dos/as docentes, esvazia-se de sentido. As/os professoras/es possuem a *expertise* necessária para manejá-lo, em consonância com os objetivos educativos dispostos no Projeto Político Pedagógico (PPP). Embora o protagonismo do/a estudante

deva ser incentivado, a escola, na condição de espaço de aprendizado por excelência e mesmo com as problemáticas, como aquela do currículo oculto (YOUNG, 2014), ainda permanece como um espaço potente de trocas, diálogos e aprendizados.

Em relação à *organização dos conteúdos*, eles foram configurados a partir de um problema (sistema prisional e reintegração social através do trabalho). Orientamos que a sensibilização se dê através de diálogos que aproximem os/as discentes da realidade, considerando a reflexão acerca do cotidiano e suas interrelações com a sociedade (FREIRE, 2011).

A *avaliação*, ainda na perspectiva de Zabala, não deve se restringir à medição de saberes. Ela se dá a nível individual (do/a estudantes e do/a docente) e na avaliação do processo grupal da classe (ZABALA, 1999). Ao observar a assimilação de conteúdos factuais e a aplicação de conceitos e princípios apreendidos durante a aplicação do PE, pode-se proporcionar uma avaliação processual. Já o desempenho grupal da classe deve resultar na integração dos posicionamentos colocados, promovendo a ideia de aprendizado e fixação dos conteúdos e atitudes, em um processo que é ao mesmo tempo individual e coletivo.

Nosso cuidado ao apresentar esta seção foi possibilitar o entendimento do recurso paradidático como culminância desta pesquisa. Inicialmente, uma proposta de sequência didática acompanharia o Caderno Reflexivo. Mas como a pandemia estabeleceu de vez as aulas remotas, o desafio de propor sequências nestes moldes exigiria mais tempo e investimento do que o possível. Portanto, o/a professor/a pode utilizá-lo da maneira que achar adequado, dentro de sua proposta, pode utilizar uma seção em específico ou apenas consultar as indicações ao término do PE. Dessa forma, a apresentação do PE se dará, sobretudo, por meio da descrição de seus conteúdos de aprendizagem. No tópico a seguir, abordaremos o seu processo de construção e validação, que respeitou um dos pilares das pesquisas participantes em educação: a participação da comunidade escolar e dos sujeitos da pesquisa.

Reiteramos novamente a compreensão da educação como prática

cidadã, democrática, reflexiva, que culmina na formação humanista. O PE se insere como uma ferramenta vinculada a um projeto de sociedade que tenha a democracia como valor e o combate às desigualdades como prioridade.

4.2 A versão preliminar do Produto Educacional

Em posse dessas informações coletadas na etapa diagnóstica da IAP, e do quadro teórico reconhecido mediante revisão bibliográfica, elaboramos um material paradidático (caderno reflexivo) intitulado “*Crime, sistema prisional e trabalho prisional*”. A capa do material paradidático pode ser vista a seguir na Figura 1:

Figura 1 Capa do PE “*Crime, sistema prisional e trabalho prisional*”



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O PE é composto por uma apresentação escrita pela orientadora desta pesquisa e quatro (4) seções; acompanha também “*Seções complementares*” e as referências utilizadas para sua confecção. Os títulos das seções são: (1) “*O crime como processo social*”, que discute o crime como um fenômeno individual ou coletivo, além de incorporar a discussão sobre a ideia de justiça e o próprio sistema de justiça. Já em (2) “*O sistema prisional no Brasil*” são apresentadas as características desse sistema no Brasil, com dados

estatísticos e o perfil sociodemográfico, no qual se expõem as noções de seletividade penal e encarceramento em massa. Na terceira seção, nomeada (3) “*O preso tem que ser ressocializado?*” apresenta-se o trabalho prisional e sua pluralidade de concepções. No quarta e última seção (4) “*Concluindo*”, constam alternativas frente ao contexto abordado. A apresentação do sumário pode ser vista a seguir, na Figura 2.

Figura 2 Sumário do Produto Educacional “Crime, sistema prisional e trabalho prisional”

The image shows a table of contents for an educational product. At the top, there is a dark grey horizontal bar with a white semi-circle on the left side, containing the word 'Sumário' in white text. Below this bar is a list of sections with their corresponding page numbers, separated by dotted lines. At the bottom of the page, there is a decorative horizontal line composed of a series of small, alternating black and grey squares.

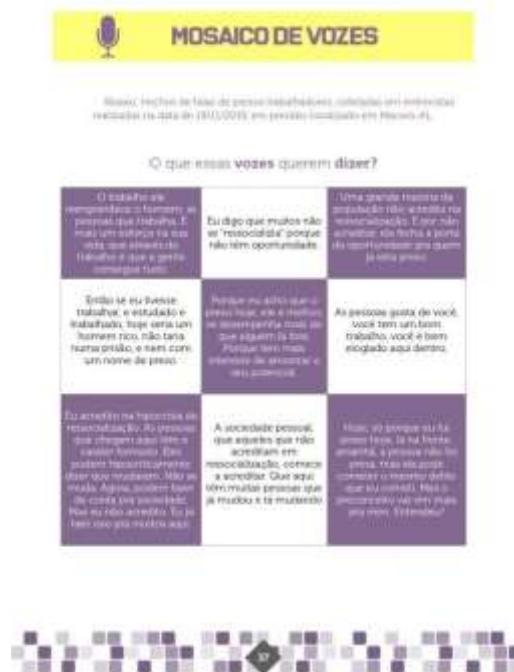
Apresentação	01
Seção 1:	
O crime como processo social	08
Seção 2:	
O sistema prisional no Brasil	17
Seção 3:	
O preso tem que ser ressocializado?	25
Concluindo:	
Há soluções alternativas?	33
Seções Complementares	36
Referências	41

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Nas seções complementares, acrescentamos o “*Mosaico de vozes*” (Figura 3) em que constam falas de pessoas privadas de liberdade que trabalham. Essas narrativas foram coletadas em um presídio localizado em Maceió e refletem muito do que é apresentado nas reflexões teóricas do PE, como a relação entre moralidade e trabalho e o estigma que acompanha as/os

egressas/os dos estabelecimentos prisionais.

Figura 3 Mosaico de vozes presente no PE "Crime, sistema prisional e trabalho prisional"



Outro campo adicional é o “*Para além desse Produto Educacional*”, (Figura 4) no qual constam indicações de livros, músicas, filmes, documentários, séries e um campo com interatividades, todas vinculadas ao sistema carcerário. Várias dessas sugestões vieram das pessoas do corpo docente que avaliaram a versão inicial do PE, que se conclui com as referências utilizadas.

Quanto ao *design* e *layout* do PE, optou-se por um modelo mais limpo, sem sobrecarga de elementos. Inserimos *cartoons*, imagens ilustrativas e o campo “Para refletir” com perguntas gerativas, para possibilitar maior dinamismo ao material paradidático. O projeto gráfico ficou a encargo de Diego dos Santos Alves, também mestre pelo ProfEPT/Ifal. Na oportunidade, trocamos diversas experiências sobre o percurso acadêmico, ao tempo que somamos na trajetória um do outro/a, refletindo a integração entre o corpo discente do Programa.

Figura 4 Seção "Para além desse Produto Educacional" constante no PE "Crime, e sistema prisional e trabalho prisional"



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

As reflexões teóricas da segunda seção desta dissertação em tela e os dados coletados na etapa diagnóstica apontaram pra questões importantes, que nos fizeram chegar ao primeiro modelo do PE. A versão preliminar sofreu algumas alterações que serão apontadas na seção seguinte, referente à avaliação. A versão final pode ser apreciada no Apêndice A, anexo a esta dissertação.

4.3 Avaliação do Produto Educacional por docentes e pesquisadoras/es

Dessa forma, a apresentação do PE se dará, sobretudo através da descrição de seus conteúdos de aprendizagem. No tópico a seguir, abordaremos o seu processo de construção e validação, que respeitou um dos

pilares da pesquisa participante em educação: a participação da comunidade escolar e dos sujeitos da pesquisa.

Seguindo os procedimentos da IAP, a versão primária do PE “Crime, sistema prisional e trabalho prisional” começou a ser construída. À época da qualificação da pesquisa, ocorrida em setembro de 2019, apresentamos um protótipo, ainda muito incipiente, inspirado nos questionários aplicados junto aos docentes. Esta versão contemplava conteúdos factuais e conceituais, além de uma sugestão de sequência didática. À época, o PE nomeava-se “Encarte temático”, foi proposto por um dos membros da banca que a nomenclatura mais adequada seria “Caderno Reflexivo”. Acrescenta-se que na banca havia dois professores da Rede Federal de Ensino.

Após a avaliação com docentes e pesquisadores, o PE passou por diversas modificações de conteúdo, estrutura e formato. Podemos destacar que esta etapa da IAP se refere a uma coleta de evidências que tem por objetivo avaliar a adequação da utilização, a interpretação e os resultados de sua aplicabilidade (RIZZATI; MENDONÇA; MATTOS; RÔÇAS; SILVA; CAVALCANTI; OLIVEIRA; 2020).

A versão preliminar do PE foi avaliada por dois públicos distintos, sendo quatro (4) pesquisadores/as que discutem a temática do sistema prisional e dez (10) professores/as de Sociologia do Ifal, divididos/as entre o Campus Maceió, Marechal Deodoro, Murici, Penedo e Santana do Ipanema.

Citamos que para a primeira versão do PE, entrevistamos cinco (5) pessoas privadas de liberdades que exerciam funções laborais e confeccionamos um “Mosaico de Vozes”, como forma de garantir a participação de trabalhadores que cumprem pena no sistema prisional e possibilitar tal interlocução. Nesse mosaico, constam alguns trechos literais destas entrevistas, que possuem relação com o debate teórico a respeito do sistema de justiça e do trabalho nas prisões. Esta seção permaneceu na versão final do PE.

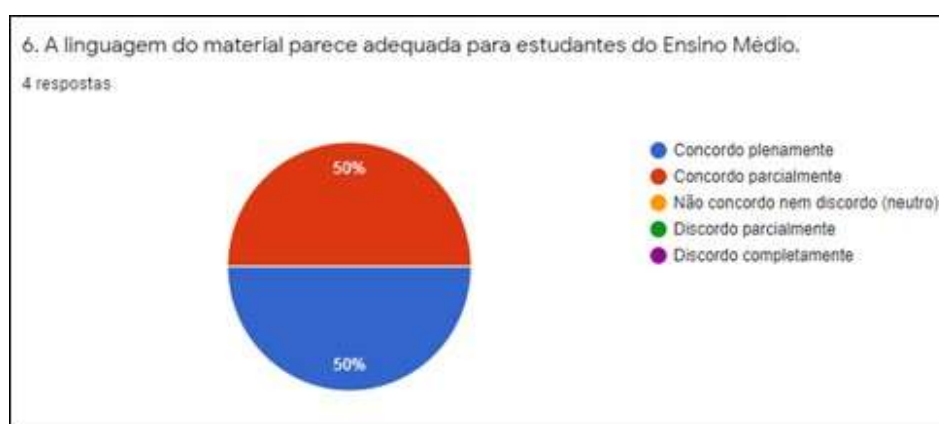
Iniciaremos com a avaliação por parte dos/as pesquisadores/as, que antecedeu a avaliação por parte das/dos docentes. Em outubro de 2020, foi realizado contato prévio via *WhatsApp* com os/as pesquisadores/as, já o

contato com os/as professores/as se deu em dezembro do mesmo ano, tanto por *WhatsApp*, quanto por e-mail, para aqueles/as que eu não dispunha de seu contato pessoal.

Avaliamos ser importante a apreciação de estudiosos/as da temática, cujos saberes colaborariam para a garantia da consistência teórica do Produto.

As questões abordaram aspectos como a adequação da linguagem, diagramação, relação entre ilustrações e os debates apresentados, relevância e pertinência das discussões, além de prever espaço para indicações bibliográficas e outras considerações. Analisaremos cada um dos pontos de avaliação:

Gráfico 26. Pesquisadoras/es - adequação da linguagem do PE



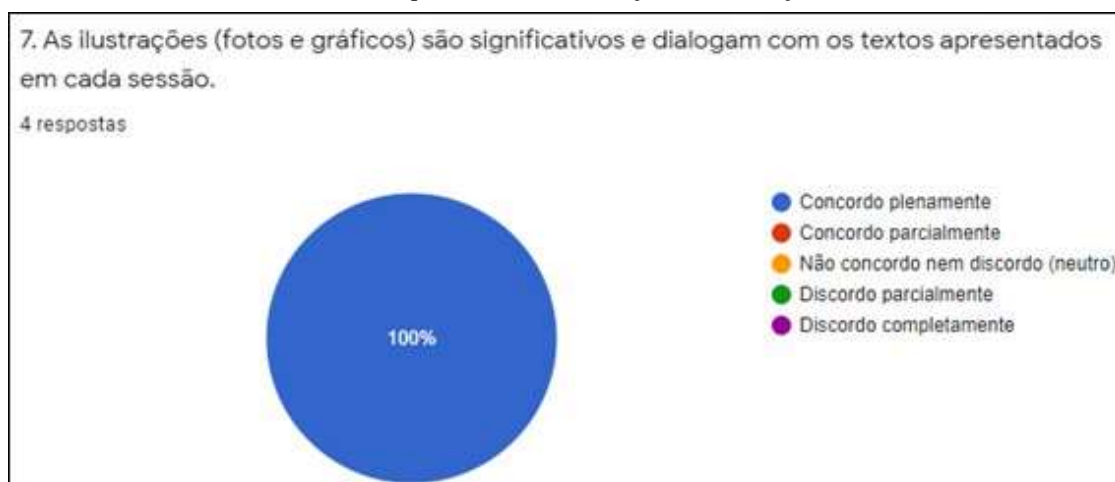
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Mesmo que todos/as os/as pesquisadores/as sejam professores/as universitários, pareceu-nos relevante indagá-los sobre a adequação para estudantes do Ensino Médio. Estes responderam sobre a pertinência da linguagem do material para estudantes deste segmento. 50% concordaram plenamente e 50% concordaram parcialmente com a assertiva. Este item será retomado com mais cuidado na análise dos/as docentes, na medida em que o objetivo primordial desta etapa da avaliação do produto foi a busca da solidez teórica.

Nos Gráficos 27 e 28, observados a seguir, podemos observar dois pontos de convergência entre os/as respondentes. 100% do *corpus* concorda plenamente que as ilustrações (fotos e gráficos) são significativas e dialogam com os textos apresentados em cada sessão e que a diagramação parece

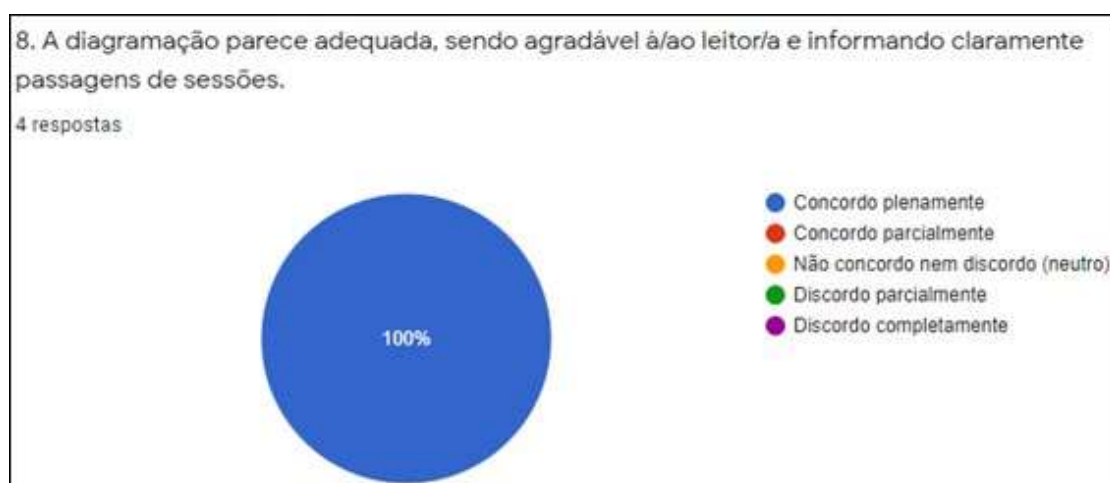
adequada, sendo agradável à/ao leitor/a e informando claramente as passagens das sessões:

Gráfico 27. Pesquisadoras/es - avaliação das ilustrações do PE



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 28. Pesquisadoras/es - avaliação da diagramação do PE

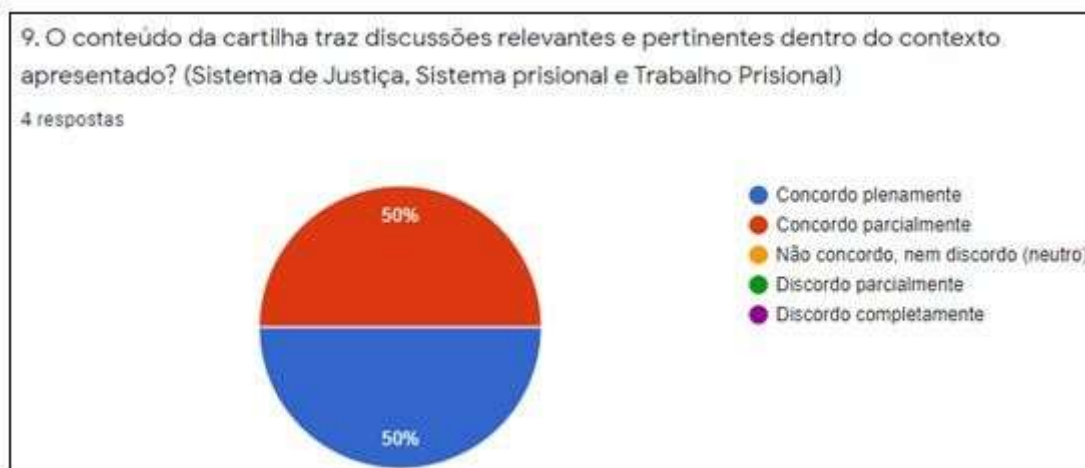


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Esta sempre foi uma preocupação de nossa parte, pois o material ilustrativo precisa dialogar com o público jovem, que se comunica com poucos caracteres, dentre outros recursos gráficos.

Em direção ao debate teórico, o Gráfico 29 apresenta que metade dos/as pesquisadoras/es concorda plenamente sobre a relevância do conteúdo do PE dentro do contexto apresentado e a outra metade concorda parcialmente:

Gráfico 29. Pesquisadoras/es - relevância e pertinência das discussões contidas no PE



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Portanto, entendemos que readequações seriam necessárias no que tange ao conteúdo do material. Conforme anunciado, foi reservado espaço (questão 10) para que fossem indicados debates significativos ausentes no corpo do Produto. Surgiram, então, uma pluralidade de sugestões, orientando as alterações para a versão final. Um pesquisador mencionou que “Não há ausências significativas”. Outro indicou uma série de pontos teóricos, tais como: priorizar a singularidade da situação brasileira; das dinâmicas criminais e criminalização de populações periféricas; melhorar exposição da seletividade penal; revisão da problemática da ausência do Estado contribuindo para o aumento dos índices de criminalidade, já que as teorias contemporâneas dentro da Sociologia compreendem o estado como parte integrante dessas dinâmicas criminais em regimes normativos múltiplos (FELTRAN, 2012).

Na questão 11, por seu turno, todos as/os quatro pesquisadores/as responderam “Sim” quando perguntados se indicariam a leitura e utilização do PE em sala de aula, considerando que ele passaria ainda por revisões a partir dessas avaliações. Na questão 12, indagamos se eles identificaram erros gramaticais ou de formatação no PE, ao passo que 75% identificaram e sinalizaram tais equívocos de forma descritiva no item 13. No mesmo item, alguns aproveitaram para tecer considerações que ensejaram complementações na versão final. As sugestões versaram desde mudanças nos termos utilizados até revisões na organização do conteúdo, incluindo

proposições gramaticais.

Por meio das críticas realizadas, também procedemos a supressões, como a de uma noção de criminalidade trabalhada por Engels. Avaliamos a sugestão como pertinente, pois a noção de crime não foi aprofundada nem por Marx, nem por Engels, o que poderia incorrer em leituras equivocadas por parte dos estudantes. Contudo, utilizamos autores/as que relacionam a criminalidade às questões de classe.

Foram realizadas também a inclusão das contribuições de Serge Moscovici na perspectiva das representações sociais e as proposições eugenistas de Lombroso. Mesmo apontando lacunas, um dos pesquisadores destacou que:

Primeiro, gostaria de agradecer o convite para leitura do trabalho. Julgo o material muito relevante para o uso no Ensino Médio, até mesmo por que os professores da área têm uma dificuldade grande para encontrar materiais de suporte sobre o tema para suas aulas.

Apresentamos o material também aos/às professores/as de Sociologia, e então seguiremos com a análise do questionário respondido por esse grupo, que também avaliou o material. Sob essa análise, nos detivemos com especial atenção, pois os relatos dialogariam diretamente com o cotidiano de sala de aula. O questionário contou com dezesseis (16) itens. Os seis (6) primeiros coletavam informações do perfil do/a respondente e os demais, de múltipla escolha, cada uma das quais contando com um espaço que foi utilizado diversas vezes pelos/as participantes da pesquisa com contribuições que serão apontadas mais adiante.

Sobre o perfil, insta frisar que dos/das 10 professores/as, 50% detinham a titulação de mestre/a e 50% são doutoras/es. A amostra se apresentou bastante heterogênea quanto ao tempo de aula do ensino médio, variando entre 3 a 20 anos de experiência docente nesse segmento.

No item 7, a questão “a linguagem do material parece adequada para estudantes do Ensino Médio”, o próprio formulário *online* gerou o seguinte gráfico:

Gráfico 30. Professoras/es - adequação da linguagem do PE



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Temos que 90% concordam parcialmente ou totalmente com a assertiva que trata sobre a adequação, o que nos parece representativo considerando o *corpus* da investigação. Chamamos atenção para um/a professor/a, que aqui o identificaremos como *outlier* que apresentou uma avaliação crítica do PE, tecendo críticas construtivas nos espaços destinados a isso, como no item a seguir.

No item 7.1, as/os professores poderiam qualificar a resposta anterior. Cumpre destacar que acrescentamos no enunciado que “Pedimos especial esforço de qualificação àqueles/as que discordarem (parcial ou totalmente) da questão colocada”. A grande parte das avaliações aponta no sentido de reconhecer a qualidade da discussão apresentada no PE, como pode ser visto nas colocações que seguem: “É notório que o conteúdo apresentado foi tratado com o devido rigor, sem deixar de buscar ser acessível à capacidade de inteligibilidade dos discentes”; “A linguagem é clara, objetiva, e, principalmente, com repertório acessível aos discentes de nível médio”; “material crítico e bem didático”.

Esses comentários refletem a preocupação dos pesquisadores em produzir um material acessível, com linguagem simplificada. Foi um desafio para nós na medida em que adotamos uma comunicação que alcançasse os/as estudantes, mas que não renunciasse ao rigor científico na apresentação dos debates.

Um/a professor/a avaliou positivamente sobre a linguagem utilizada para

abordar a temática, mas apresentou ressalvas:

A leitura é fluida. Faço apenas um adendo/sugestão: no tópico “sistema de justiça”, a articulação dos conceitos fica mais densa. Penso que vale a pena rever a redação, tornando clara a costura entre os três ângulos propostos. Me parece que o fio condutor é o tema da neutralidade, certo?

Diante da sugestão apresentada pelo/a professor/a, realizamos uma adequação nos tópicos referentes ao sistema de justiça, articulando melhor os conceitos, iniciando o tópico com perguntas geradoras que remetiam à realidade imediata através de situações práticas.

E outras/s professoras/es fizeram sugestões para a qualificação do PE, ao afirmarem que “Depende da série. Se for para alunos do primeiro ano, acredito que a linguagem não é acessível em algumas passagens” ou “Acho que necessitaria maior objetividade e diminuição de texto para se trabalhar tema específico em sala”.

Relembramos que o questionário foi aplicado com estudantes do 3º ano. Justamente por avaliarmos a complexidade da temática, partimos do pressuposto que o/a estudante necessitaria dispor de alguma proximidade com as discussões presentes no componente curricular Sociologia. A isso destacamos a experiência da orientadora da pesquisa, que também é docente de Sociologia e contribuiu com essas avaliações. Quanto ao segundo comentário, ele ensejou em uma revisão geral em todo o corpo do texto, para garantir a objetividade avaliada como positiva pelo/a avaliador/a.

Conforme citado, houve uma avaliação negativa relevante para alterações no PE. Considera um/a das/os professoras/es que:

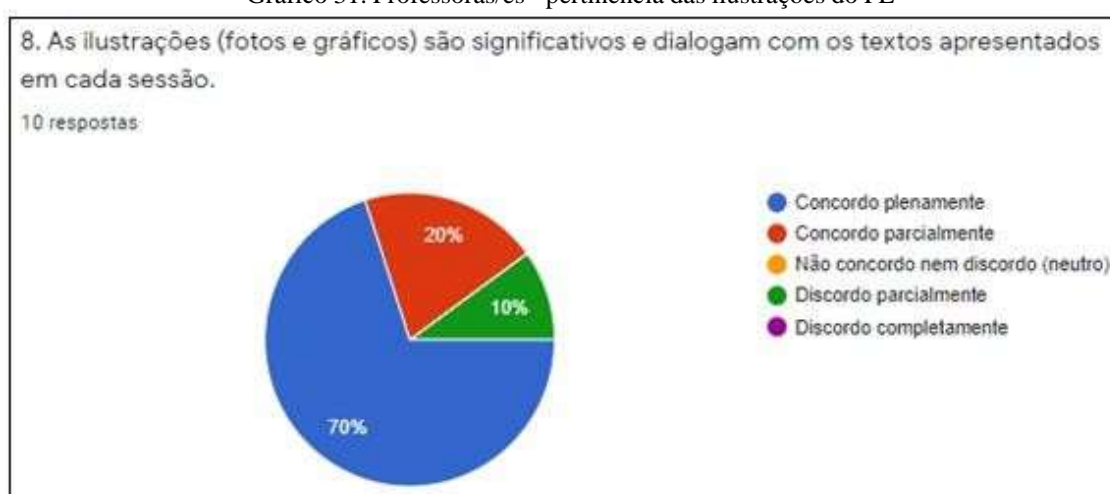
A maioria dos alunos do Ifal, como de escola públicas, são analfabetos funcionais. E os que não são, não possuem hábito de leitura. Além disso, o texto faz uso da história em perspectiva formalista - citando indivíduos e datas -, esquecendo dos sujeitos seres sociais, ou seja, como coletivos e dos eventos históricos. Ainda mais grave, o conteúdo do material reproduz senso comum ao dizer "Ainda que hoje seja tida como uma ideia pouco desenvolvida pelo teórico alemão, em um determinado momento de seus estudos, Engels (2010)", sendo que o autor possui outra obra onde se remete a questão (Sobre a questão da moradia), além de artigos. Isso sem falar do Marx tanto em sua obra madura (O Capital, vide cap. 24) quanto juvenil (Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira).

O comentário expõe algumas das limitações do pesquisador. Embora

com afinidade sobre a temática, não é especialista, o que pode dificultar situar historicamente o debate numa perspectiva não formalista – mas não por isso, menos crítica. Como forma de neutralizar tal contexto, o PE foi avaliado por pessoas de referência no objeto de estudo. Embora a consideração sobre Engels tenha sido retirada de um texto indexado à base de dados do Google Acadêmico, achamos por bem suprimir o trecho que apresentava as considerações do teórico alemão quanto à discussão de criminalidade. Entretanto, reiteramos o posicionamento de artesão intelectual (MILLS, 1982), despido da totalidade do saber. Dessa forma, avaliamos que mesmo com a avaliação negativa, entendemos que o PE pode contribuir com debates relevantes no contexto de sala de aula, já que se trata de uma apreciação isolada e não se refletiu em outras avaliações.

Como pode ser visto no Gráfico 31, boa parte dos/as avaliadores/as concordam plenamente quando à adequação das ilustrações (fotos e gráficos), bem com seu diálogo com os textos.

Gráfico 31. Professoras/es - pertinência das ilustrações do PE



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No subitem 8.1, no espaço destinado a qualificar a resposta ao item, duas docentes deram sugestões que culminaram em acréscimos na versão final: “Ilustraria mais” e “Talvez o uso maior de charges aprimoraria o diálogo com os discentes”. Essas duas sugestões foram incorporadas, bem como as que se seguem, que sugeriram o uso de *hyperlink* através do QRcode,

considerando o uso de aparelhos celulares por parte dos/das estudantes:

A quantidade e disposição estão boas. Sugestão: Se possível, pensar na inserção de QRcode. Dinamiza a leitura, tornando-a mais instigante. Exemplo: quando o texto menciona a música do rapper alagoano, o QR code poderia direcionar o/a leitor/a um sítio onde a música estivesse disponível.

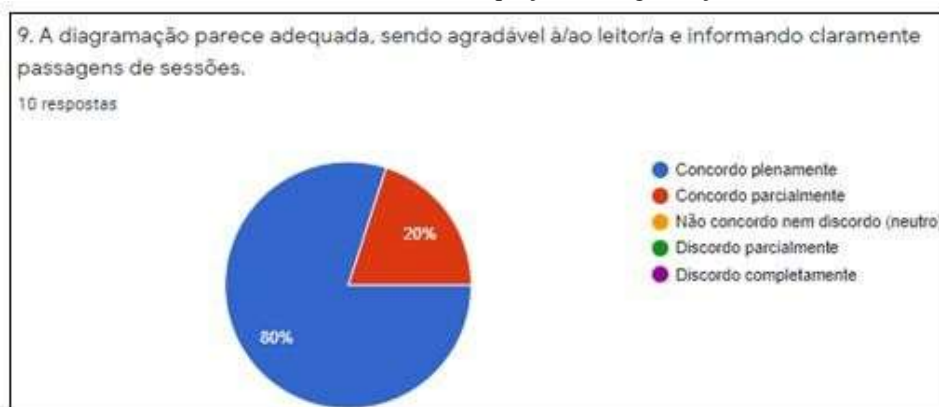
Hoje com as tecnologias em mãos das alunas e alunos, talvez fosse interessante pensar em hiperlinks. Isto é, links no interior do material, inclusive, do próprio texto que remetesse a vídeos no YouTube ou a material correlato ao assunto que esteja na mídia. Deste modo, ficaria mais acessível se remeter a materiais complementares. Lembrando que a maioria dos alunos acessam o material didático por meio de celulares e dispositivos eletrônicos.

Ademais, uma consideração feita por um deles nos ver rever as sentenças gramaticais e construção textual em todo o material, extrapolando a apreciação do projeto gráfico sugerido no próprio item. Segue:

Outro problema: no 1o "Para refletir" põe uma 3a questão relacionando crime religião para "discutir e justificar". Onde houve discussão científico-filosófica sobre isso para que se ponha tal questão? A própria afirmação "discutir e JUSTIFICAR", já deixa claro o nível do senso comum. Uma discussão que capture os problemas pela raiz (objetivamente) não justifica, mas busca explicar (apreender o movimento efetivo da realidade e daí extrair os limites/possibilidades de resolução).

O Gráfico 32 expõe que as/os docentes concordam plena ou parcialmente que a diagramação do material paradidático também é agradável ao leitor e informa claramente passagens de seções:

Gráfico 32. Professoras/es - adequação da diagramação do PE



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Quanto ao item 10, que questionava se o conteúdo da cartilha traz discussões relevantes e pertinentes em relação às questões colocadas (Sistema de Justiça, sistema prisional e trabalho prisional), obtivemos que 90%

concordam plena ou parcialmente com a afirmativa e 10% discordam parcialmente. No subitem 10.1, algumas sugestões puderam ser contempladas, outras avaliamos que poderiam dificultar o entendimento da temática. Como um/a dos/das avaliadoras/es pontua que “acho que poderia explorar um pouco mais a realidade local.”, revisitamos o conteúdo no sentido de contextualizá-lo mais e utilizamos inclusive a obra de um *rapper* local para expor a realidade carcerária alagoana. Uma das sugestões não acatadas foi a de organizar o conteúdo de forma interseccional, sendo a interseccionalidade uma ferramenta teórica advinda do feminismo negro (AKOTIRENE, 2019). Embora tenha realizado leituras de teóricas do feminismo negro e até as tenha utilizado para fundamentar o Caderno Reflexivo, não me senti confortável e seguro de organizar o material a partir dessa abordagem. Essas mesmas leituras me permitiram *racializar* as leituras sobre o sistema de justiça e realizar considerações sobre gênero e classe, chanceladas pelos/as pesquisadores/as que avaliaram o PE, entretanto uma limitação teórica me impediu de avançar nas interlocuções. Pessoalmente, pretendo me aprofundar nessas questões na pesquisa em nível de doutoramento.

A partir do relato de um/a dos avaliadores/as, também inserimos uma charge que versa sobre Direitos Humanos. Entendemos esse debate como sendo relevante, todavia não nos detivemos amplamente neste tópico por avaliar que o objetivo era a incidência no preconceito e estigmas através da aproximação com uma forma de realização no trabalho e não a ampliação da noção de direitos humanos *per se*.

Ainda avaliando a adequação do PE, o Gráfico 33 expõe que a ampla maioria das/dos docentes concorda que o Caderno Reflexivo dialoga com o conteúdo programático do componente curricular Sociologia, conforme pode ser observado:

Gráfico 33. Professoras/es - diálogo do conteúdo programático com PE



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Em termos de aplicabilidade do Caderno Reflexivo, inserimos no enunciado que o/a docente considere a carga horária, o conteúdo programático e a possibilidade de revisão do PE. Seis (6) professores concordam plenamente quanto ao uso em sala, já outros três (3) concordam parcialmente. Apenas um (1) docente discorda parcialmente da assertiva:

Gráfico 34 Professoras/es - possibilidade de utilização do PE em sala de aula



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Na questão 12.1, mesmo com avaliações positivas apresenta alguns desafios que devem ser consideradas quanto à aplicabilidade em sala de aula, sobretudo a respeito da carga horária:

Por ser tema específico e outros conteúdos a serem ministrados, por ter apenas uma hora de aula de Sociologia por semana, pelo fato de ter muito texto talvez fique difícil o uso em sala de aula.

Sem dúvida o Produto Educacional pode ser utilizado nas aulas de Sociologia, ainda que com as restrições decorrentes da restrição de carga horária da disciplina. De todo forma, o material na íntegra ficará disponível para aprofundamento junto a estudantes que tenham maior interesse da temática.

O material é bom e busca aprofundar temas. A aplicação do mesmo, contudo, fica um tanto comprometida devido a condensação dos conteúdos de Sociologia, decorrente da baixa carga horária. Não é um problema, mas um desafio.

Um/a dos/as pesquisadores/as fez uma apreciação crítica do PE:

O tratamento da questão não é apenas descritivista, como ao final cita sem qualquer rigor Angela Davis e Foucault para depois defender de forma cômoda Borges.

Diante da consideração do/a pesquisador/a, o investigador revisitou obras de Foucault e Davis, como inseri-los no texto sem comprometer seus pressupostos, já que ambos consideram a questão prisional de forma distinta.

Conforme aventado, o item 13 expõe que 70% dos/das colaboradores/as avaliam que o tema do PE se aproxima mais do conteúdo programático da terceira ou quarta série do ensino médio integrado. Outros 30% avaliam que ele pode ser trabalhado no segundo ano. Não existem impeditivos de que o Caderno Reflexivo seja utilizado em uma ou outra série, respeitando a autonomia do corpo docente.

O item 14, por sua vez, questiona se as/os professoras/es identificaram debates significativos ausentes no PE. 70% responderam que não e 30% responderam que sim. No subtópico 14.1., os avaliadores realizam sugestões diversas, como maior contemplação do histórico das prisões antes de apresentar diagnósticos contemporâneos sobre seu fracasso, além da discussão sobre capitalismo racial e tópico “prisões” ser contemplado de forma mais expressiva; outro/a avaliador/a sugere que haja maior qualificação no debate sobre Direitos Humanos. Estas sugestões foram acatadas e incorporadas ao PE nas seções correspondentes.

Na questão 15, questionamos se os professores identificaram erros gramaticais e no subitem 15.1 solicitamos que os erros gramaticais fossem

relacionados. Como a versão final do PE passou por uma revisora gramatical, avaliamos que não cabe explorar em pormenores este item.

Alocamos a questão 16, a última do questionário, como um espaço livre para apreciações gerais a respeito do trabalho. Novamente, os avaliadores, como forma de aprimorar a versão final do PE, fazem avaliações, identificam lacunas e propõem recomendações:

Trabalho muito bom, graficamente agradável e com grande potencial para ser utilizado como material didático no ensino médio.

Rafael, parabéns pelo trabalho. Eu gostei bastante e certamente vou utilizar em minhas aulas. No entanto, achei que faltou esclarecer o que era seu produto.

Parabéns pelo trabalho. Só sinto falta de objetividade e de mais ilustrações da realidade.

O trabalho está executado de modo claro e preciso. No entanto, como sugestão, creio que poderia abordar alguns temas relatados na questão 10 e melhorar a "conectividade" dos conteúdos por meio de hiper links.

No primeiro capítulo, poderia acentuar como o imaginário da "cara de bandido" se faz presente e orienta condutas atuais. Uma curiosidade: a cabeça de Lampião foi analisada sob a chancela da medicina legal racista.

Um excelente material de apoio para discutirmos política, cidadania e justiça nas turmas dos segundos anos, pois trabalhamos com a temática geral acerca da política, e a justiça faz parte desse sistema político. Mesmo existindo provas, se não houver convicção, nossa justiça não funciona (?). Parabéns pelo material de ótima qualidade textual e reflexiva.

Estas últimas considerações qualificaram as respostas anteriores e nos permitiram identificar as principais limitações do PE: alguns/algumas docentes avaliaram que o texto do Caderno poderia ser mais objetivo e poderia contar com uma quantidade maior de ilustrações. Após a avaliação, acrescentamos mais figuras ao longo do material paradidático, revisamos as construções textuais e a forma como os temas eram dispostos. Uma contribuição relevante foi uma série de sugestões de filmes, séries e livros propostos pelos/as avaliadores/as.

Assumir a IAP como método de pesquisa implica diversos desafios, o principal deles é manejar a investigação quando os dados coletados surpreendem o pesquisador, exigindo readequações significativas tanto no

percurso, quanto na confecção do material paradidático. Apresentado o percurso da IAP que culminou na confecção do PE, realizamos a seguir algumas considerações finais sobre o trajeto de investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os reiterados ataques sofridos pela Educação no país, entendemos como válido e necessário todo e qualquer esforço de torná-la mais justa, acessível, democrática e emancipatória, vinculada a um projeto de sociedade que reconheça a problemática desigualdade e enalteça a diferença. Dessa maneira, a oferta do PE “Crime, sistema prisional e trabalho prisional” se apresenta como uma possibilidade de realizar discussão qualificada e pouco presente dentro do contexto de sala de aula, sobretudo a partir dos livros didáticos.

Compreendemos que cada uma das etapas da IAP foi cumprida, iniciando com diagnóstico que previu a participação do corpo discente e docente; a confecção do PE que contou com a colaboração desses atores e atrizes e também com o a população privada de liberdade e por fim e a avaliação do Produto, com pesquisadores/as reconhecidos na temática e o corpo discente. Todas as etapas destacaram o dinamismo de uma investigação participante, interferindo diretamente nas rotas adotadas pelos pesquisadores, o que se mostrou ao mesmo tempo um desafio, mas também a convicção do quanto os/as colaboradores/as contribuíram na pesquisa.

Tais etapas foram respeitadas na medida em que o ciclo se iniciou com o diagnóstico em seu primeiro ciclo, seguidos pelo “planejamento de uma solução, sua implementação, seu monitoramento e a avaliação de sua eficácia” (TRIPP, 2005, p.446). Destacamos que devido à pandemia de COVID-19, o PE não pôde ser aplicado na turma de estudantes. Em princípio, era um compromisso apresentar o Caderno Reflexivo para as pessoas privadas de liberdade da unidade prisional em que se realizaram as entrevistas semiestruturados para confecção do mosaico de vozes, mas também havia restrições sanitárias nesse sentido, restando tal etapa prejudicada.

A partir da análise do conjunto de respostas dos questionários, tanto por

parte de pesquisadores/as reconhecidos da temática, quanto das/os professoras/es, podemos concluir que o Caderno Reflexivo “Criminalidade, sistema prisional e trabalho prisional” pode contribuir positivamente para um debate insuficiente nos livros didáticos do componente curricular Sociologia, em específico dentro da matriz curricular e projeto político pedagógico do ensino médio integrado da Rede Federal de Ensino.

Reiteramos a construção coletiva, que contou com a participação de estudantes, professores/as, pesquisadores e pessoas privadas de liberdades, fazendo o trabalho final ser um PE a muitas mãos. Em análise dos objetivos geral e específicos feita, avaliamos que esses foram alcançados e o PE poderá incidir de forma prática em um debate ausente dentro dos livros didáticos de Sociologia, apresentando uma perspectiva crítica que pode, efetivamente, desconstruir preconceitos, estigmas e estereótipos que recaem sobre pessoas privadas de liberdade e àqueles que sobreviveram ao cumprimento da pena (egressos), além de ampliar a noção de trabalho e ser orientada mediante um currículo que problematize a desigualdade social e a diferença como produtora desta. Por isso, registramos que a questão pedagógica e curricular envolve a interação dos/das estudantes em contato com a diferença (SILVA, 2014), matéria de preocupação pedagógica e curricular *per se*, ainda que o currículo seja um campo de disputa ideológico.

Portanto, o PE pode contribuir para o fomento de uma consciência estudantil em que a desigualdade social pode ser apreciada de maneira crítica, fazendo com que a escola tenha possibilidades de que os/as discentes se apresentem como autônomos, críticos e cidadãos; discentes estes que conseguirão realizar um debate engajado e assertivo sobre a situação penitenciária no país, através de fontes seguras e reconhecidas pela ciência e pela comunidade que vivencia aquela realidade, em específico.

O percurso para a conclusão desta dissertação foi árduo e contou com a colaboração de diversos atores e atrizes sem os quais jamais esta produção poderia ter se concretizado. No lugar de artesão intelectual, me sinto grato por ter contado com a colaboração e compreensão de todos/as os/as que me acompanharam neste trajeto. Ser um jovem negro e pesquisar sobre um dos

sistemas que mais vitimiza a população negra também produzem afetações que são oportunamente elaboradas e se transformam também em um saber válido, como esses apresentados nas páginas que compõem esta investigação. Fazemos coro também a todos os movimentos sociais antiprisionais e articulações da sociedade civil, a exemplo das Mães de Maio, que lutam diuturnamente para a garantia de condições adequadas de sobrevivência e cumprimento da pena em condições que respeitem a dignidade da pessoa humana. É necessário ampliar a noção de inclusão social, entendendo-a não apenas como meta em relação aos encarcerados, mas “por um padrão de condutas que os tornam mais feliz, que lhe permitem soluções mais exitosas em sua vida, e, assim, lhe possibilitam gozar de seus plenos direitos de cidadão” (SÁ, 2011, p.288).

Por fim, além da perspectiva educativa crítica assumida, situamos o esforço desta investigação na convicção de que “o ambiente penitenciário pode ser menos doloroso, com condições menos danosas, e invasivas, tornando menos nocivo os efeitos do cárcere” (BARATTA, 1991, p.253). Muitas outras pesquisas precisam ser desenvolvidas neste contexto e elas só podem ser realizadas mediante a sensibilização da opinião pública, através de uma discussão qualificada, como a que o produto se propõe.

Ademais, acreditamos na possibilidade prevista no currículo integrado, em uma matriz curricular que celebre a diferença – e não a exotize -, mas que tenha permanente compromisso com o combate às desigualdades, para que questões historicamente determinadas possam ser determinadas por um movimento crítico de ação-reflexão-ação, como nos propunha Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v.5, n.87, p.335-351, 2004.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314215003>>.

Acesso em: 20/08/2019.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2017, vol. 20, n.1, p.1-13.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. Organizadores: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Brasília: Rio de Janeiro, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

Atlas da Violência 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

Atlas da Violência 2018. / Daniel Cerqueira (coord). Ipea e FBSP: Rio de Janeiro, 2018.

BAKTHIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 3^a. ed. HUCITEC: São Paulo, 1986.

BARBOZA, Stephanie Ingrid Souza; CARVALHO, Diana Lúcia Teixeira de; NETO, João Batista Soares; COSTA, Francisco José da. Variações de Mensuração pela Escala de Verificação: uma análise com escalas de 5, 7 e 11 pontos. **Teoria e Prática em Administração**, v. 5. n.2, 2015. p.99-120.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARATTA, Alessandro. Resocialización o control social: Por un concepto crítico de “reintegración social” del condenado. Em: ARAÚJO JUNIOR, João Marcelo de (Org.). **Sistema Penal para o terceiro milênio**: Atos de colóquio Marc Ancel. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 2. ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. **B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof**,

v.34, n.3, p.4-15, 2008. Disponível em:

<<http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/262>>. Acesso em: 07/04/19.

BERTRAND, Yves. **Teorias contemporâneas da educação**. 2. ed. Instituto Piaget: Instituto Piaget, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BORGES, Juliana. Mulheres negras e a guerra às drogas: a luta emergente contra o cárcere feminino. Em: DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2018: **relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos** / Organização: Daniela Stefano e Maria Luísa Mendonça. – 1. ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2018. p.169-176.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. (organizadores).

Pesquisa participante: o saber da partilha / Carlos Rodrigues Brandão, Danilo R. Streck (organizadores). Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006. Vários autores.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Brasília, DF. jul.1984.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Regras de Mandela: Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos** / Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. Conselho Nacional de Justiça – 1.ed. Conselho Nacional de Justiça, 2016a.

BRASIL. **Regras de Bangkok: Regras da Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras** / Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. Conselho Nacional de Justiça – 1.ed. Conselho Nacional de Justiça, 2016b.

BUNZEN JÚNIOR, Clécio dos Santos. **Livro didático de língua portuguesa: um gênero do discurso**. 2005. 169. P. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269229>>. Acesso em: 12/07/19.

CRUZ, Monique. de C. As particularidades fundantes do punitivismo à brasileira. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 12, n.01, 2021, p.524-547.

CUNHA, Christina Vital da. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos

entre os anos 1980 e 200 nas favelas cariocas. **Relig. Soc.** Rio de Janeiro, v. 34, n.1., p.61-93, junho 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872014000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24.set.2019 on 24 Sept. 2019. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872014000100004>>.

DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **RGO Revista Gestão Organizacional**, vol.6 – Edição Especial 2013.

DANNA, Marilda Fernandes; MATTOS, Maria Amélia. **Aprendendo a observar**. 2. ed. São Paulo: Edicon, 2011.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução: Marina Vargas, 2. Ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

ECHER, Isabel Cristina. The development of handbooks of health care guideline. **Rev. LatinoAm. Enferm.**, v.13, n.5, p.754-757, 2005.

FALS BORDA, Orlando; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Investigación Participativa**. 2. ed. Montevideo: Instituto del Hombre – Edicionares de la Banda Oriental, 1987.

FÉLIX, Rafael. **“O que é liberdade para você?”**: representações sociais de liberdade na perspectiva de pessoas com histórico de privação de liberdade. 2016. 44 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, 2016.

FÉLIX, Rafael. Liberdade e encarceramento: onde falhamos. Em: I Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade, 2018, Maceió. **Anais do I Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade**. Maceió: Serviço de Editoração Eletrônica de Revistas da Ufal, 2018, v.1.

FÉLIX, Rafael; MELO, Beatriz Medeiros de. ENCCEJA, sistema prisional e artesanato intelectual: produção de sentidos. In: VI Semana Internacional de Pedagogia, 2018, Maceió, **Anais da VI Semana Internacional de Pedagogia**, 2018 (no prelo).

FELTRAN, Gabriel. de S. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). **Ver. bras. segur. pública**. São Paulo, v.6, n.2, 232-255 Ago/Set, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína; (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 40. ed. Petrópolis,

RJ: Vozes, 2012.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educ. Pesquisa.**, São Paulo, v.31, n.3, p.483-502, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abril. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa.** São Paulo. Ed: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro. Ed: Nova Fronteira (Saraiva de Bolso), 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 22 (1934): Americanismo e fordismo. Em: **Cadernos do Cárcere.** Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.239-282.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. Em: **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992. p.115-184.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação e trabalho como programas de “reinserção social”. Em: **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas / organizadores: Arlindo da Silva Lourenço, Elenice Maria Camarosano Onofre.** – São Carlos: EdUFSCar, 2011.

LE MOS, Ana Margerete; MAZZILI, Cláudio; KLERING, Luís Roque. Análise do Trabalho Prisional: um Estudo Exploratório. **RAC**, v.2, n.3, Set/Dez, 1998. P.129-149.

Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN
Atualização – junho de 2016 /organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rosa ... [et al.]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017a.

Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Mulheres –
2ª Edição / organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rosa ... [et al.]. – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento penitenciário Nacional, 2017b.

LIMA, Deiler Raphael Souza de; VIANA, Cláudia Liliane; CARNEIRO, Danilo Augusto Gonçalves. O mundo é diferente da ponte pra cá: uma análise da

violência de direitos no sistema carcerário brasileiro. Em: I Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade, 2018, Maceió. **Anais do I Congresso Internacional de Direito Público dos Direitos Humanos e Políticas de Igualdade**. Maceió: Serviço de Editoração Eletrônica de Revistas da Ufal, 2018, v.1.

LUCIAN, Rafael; DORNELAS, Jairo Simião. Mensuração de Atitude: Proposição de um Protocolo de Elaboração de Escalas. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 19, n. spe2, p. 157-177, Aug. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552015000800004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 abr. 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151559>.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Bruno Amaral; SLONIAK, Marcos Aurélio. Disciplina ou ressocialização? Racionalidades punitivas, trabalho prisional e política penitenciária. **Revista Direito GV**, São Paulo 11 (1), jan-jun 2015, p.189-222.

MARÍN, Pilar Cuevas. Capítulo 1 - Memoria colectiva: hacia un proyecto decolonial. Em: **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir – Tomo I. WALSH, C (editora). Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. p.69-104.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I : o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASINI, Elcie Fortes Salzano; MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem significativa**: condições para ocorrência e lacunas que levam a comprometimentos – 1.ed. – São Paulo: Vetor, 2008.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v.22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf)>.pdf. Acesso em: 20 abril. 2021.

MOREIRA, Maria de Fátima; NÓBREGA, Maria Miriam Lima da; SILVA, Maria Iracema Tabosa da. Comunicação escrita: contribuição para a elaboração de material educativo em saúde. **Rev. Bras. Enferm.** [online] 2003, vol.56, n.2, pp.184-188. ISSN 0034-7167. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672003000200015>.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura / [Antônio Flávio Barbosa Moreia, Vera Maria Candau]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, Básica, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

MÉSZARÓS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MILLS, Charles Wright. Do artesanato intelectual. Em: **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>>. Acesso em: 12/12/2018.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. (Tese), PUC-SP, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PIMENTEL, Elaine. O lado oculto das prisões femininas: representações dos sentimentos em torno do crime e da pena. **Latitude**, vol. 7, nº 2, p-51-68, 2013.

PIMENTEL, Elaine. Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. **VI Congresso Português de Sociologia**. Número de série. 708.

RIBEIRO, Suzana Lima. **Relatório de Produção do material paradidático “A Feira Negra: construindo nossas histórias”**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro Artes, Humanidades e Letras, Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Bahia, 2020.

RITA, Rosângela Peixoto Santa. História e caracterização de prisão. Em: **Mães e Crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana**. Brasília: Ministério da Justiça, 2007. p. 29-65.

RIZZATTI, Ivanise Maria; MENDONÇA, Andrea Pereira; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; SILVA, Marcos André B. Vaz da; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de S.; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 28. abr. 2021.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e execução penal**: proposta de um modelo de terceira geração. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, jan/abril. 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. e. Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: uma concepção e uma prática. Em: **Pesquisa participante**: a partilha do saber / Carlos Rodrigues Brandão, Danilo R. Streck (organizadores). Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006. p.123-149.

Mapa carcerário. **Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social de Alagoas (SERIS)**, 2021. Disponível em: <<http://www.seris.al.gov.br/populacao-carceraria>>. Acesso em: 21/04/2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e diferença. Em: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 14. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p.73-102.

SINHORETTO, Jacqueline. O Encarceramento seletivo. Em: DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2018: **relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos** / Organização: Daniela Stefano e Maria Luísa Mendonça. – 1. ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2018. p.177-183.

SLONIAK, Marcos Aurélio. **Trabalho prisional no regime fechado**: entre a lei de execução penal e a realidade vivenciada. Curitiba: Juruá, 2015.

TAVARES Gilead Marchezi; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 2004. 24 (2), p.86-99.

TEIXEIRA, César. “Saindo do crime”: igrejas pentecostais, ONGs e os significados da “ressocialização”. Em: BIRMAN, Patrícia [et al]. (orgs). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

THOMPSON, Augusto. O “Sistema Social da Prisão”. Em: **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002. p.19-96.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, v.6, p. 22-32, 2016.

TRIPP, David. Pesquisa ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3. São Paulo, set./dez. 2005. p. 443-466.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WACQUANT, Löic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos** [A onda punitiva]. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WACQUANT, Löic. **As prisões da miséria**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. YOUNG,

Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n.151, p.190-202 jan/mar. 2014.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZABALA, Antoni. (org). **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

APÊNDICE A – Produto Educacional – Caderno Reflexivo

CADERNO REFLEXIVO

Crime, sistema prisional e trabalho prisional



Rafael Félix Leite


INSTITUTO
FEDERAL
Alagoas


PROFEPT
INSTITUTO FEDERAL
Alagoas

Expediente Técnico

Instituto Federal de Alagoas (Ifal)

Reitor:

Carlos Guedes de Lacerda

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

Eunice Palmeira

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal)

Coordenador:

Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti

Orientação:

Beatriz Medeiros de Melo

Projeto Gráfico:

Diego dos Santos Alves

Produção:

Rafael Félix Leite



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

L533c

Leite, Rafael Félix.

Crise, sistema prisional e trabalho prisional / Rafael Félix Leite. – 2021.

45 f.: il.

1 CD-ROM: il.

ISBN: 978-65-00-33018-2

Produto Educacional da Dissertação Formação humana integral e currículo integrado: o debate crítico sobre o sistema de justiça brasileiro em material paradidático no ensino médio (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2021.

1. Educação Integrada. 2. Sistema Prisional. 3. Trabalho Prisional 4. Sociologia.
I. Título.

CDD: 370

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796



Sumário

Apresentação	03
Seção 1:	
O crime como processo social	08
Seção 2:	
O sistema prisional no Brasil.....	17
Seção 3:	
O preso tem que ser ressocializado?	25
Concluindo:	
Há soluções alternativas?	33
Seções Complementares	36
Referências	41





Apresentação

Apresentação

Caros/as leitores/as,

Este Caderno Reflexivo que ora apresentamos particularmente a docentes do Ensino Médio Integrado, mas que esperamos que ultrapasse os muros da Educação Profissional e Tecnológica, foi elaborado a partir de dois importantes fundamentos. De um lado, a clareza sobre a urgência da efetivação de uma educação integral que caminhe na contra-corrente de uma educação dualista, fragmentada e fragmentária, e amplie a compreensão de nossos estudantes sobre os mecanismos de exploração e produção de desigualdades. De outro, do compromisso com uma educação intercultural que reconheça a realidade multicultural, conceda espaço às diferenças, bem como ao reconhecimento do processo de reprodução da dominação que se desdobrou ao longo da história na esteira do processo de colonização.

Foi produzido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais, um programa organizado em rede nacional, pertencente à área de Ensino, e cujo objetivo último é contribuir para o aperfeiçoamento dos espaços educativos na Educação Profissional e Tecnológica. É produto de investigação de mestrado realizada durante quase 3 anos de forma colaborativa, conduzida através dos princípios da investigação-ação-participativa. Contou com o trabalho de seu autor principal Rafael Félix Leite, sob minha orientação, e com a participação importante de docentes da disciplina de Sociologia e estudantes do Instituto Federal de Alagoas, pesquisadores da temática vinculados à Universidade Federal de Alagoas e pessoas privadas de liberdade no Núcleo Ressocializador da Capital (NCR), em Maceió.

O trabalho recebeu um primeiro impulso das inquietações de Rafael Félix, psicólogo de formação com experiências educativas em espaços não-formais, ativista do movimento Hip Hop e interlocutor de redes entre pessoas em situação de vulnerabilidade e políticas públicas. Rafael inquietava-se com o crescimento do pensamento conservador numa sociedade com políticas de segurança já declaradamente punitivistas, e sob um governo reconhecidamente armamentista. A partir dessa inquietação, perguntamo-nos, num primeiro momento, se o necessário debate crítico sobre o sistema prisional, o sistema de justiça brasileiro e os sentidos e condições do trabalho prisional estariam sendo suficientemente problematizados no Ensino Médio. Reconhecemos diversos esforços e experiências bem sucedidas de docentes vinculados ao componente curricular de Sociologia em levantar esse debate num contexto político tão adverso. Todavia, reconhecemos, também, a ausência de um tratamento mais qualificado sobre a temática nos livros didáticos. E decidimos, legitimados pelos participantes da pesquisa, a construir esse material orientador, que sistematiza reflexões teóricas, apresenta dados para o reconhecimento do tratamento da questão no Brasil e, especificamente em Alagoas, e propõe reflexões para as salas de aula do Ensino Médio, que podem e devem ser apropriadas e ressignificadas em cada novo contexto de debate.

O material está organizado em 3 seções. Na primeira, o crime é apresentado enquanto fenômeno social e são discutidas perspectivas sobre o papel do sistema de justiça nos sistemas republicanos democráticos, destacando-se aí seu caráter seletivo. Na segunda seção, são apresentados e discutidos dados sobre a organização do sistema, apontando para a expressão, representatividade e características das pessoas privadas de liberdade, no Brasil e em Alagoas. Nesse momento, são evidenciados o encarceramento em massa, a ineficácia do sistema, bem como sua racialização e a situação particular das mulheres encarceradas. Na terceira seção, as condições e sentidos do trabalho no sistema prisional são historicizados e atualizados, e então a punição, o controle sobre a força de trabalho e a ressocialização são pautados.

Enquanto Caderno Reflexivo, este produto educacional sistematiza reflexões teóricas e perspectivas analíticas que nos parecem cruciais mas que, evidentemente, não esgotam a riqueza da reflexão teórica, política, e de investigações empíricas, construídas em cenários formais e não-formais de produção desse conhecimento.

Temos a esperança, ainda assim, que ele cumpra a função de ampliar o espaço de debates sobre o tema em diferentes espaços educativos.

Profa. Dra. Beatriz Medeiros de Melo

Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Ifal

Professora Efetiva do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - Ifal

Professora Colaboradora do Mestrado em Sociologia - Ufal



Seção 1:

O crime como processo social

Crime: *fenômeno individual ou coletivo?*

Você já se perguntou o que leva uma pessoa a cometer crimes? O que faz alguém viver na ilegalidade? Preguiça de trabalhar? Obra de um espírito maligno? Tendência herdada geneticamente? Ganância? Necessidade? Desigualdade social?

No início da criminologia – ciência que estuda o crime, a criminalidade e suas causas - acreditava-se que fatores biológicos como o fenótipo ou a raça eram determinantes para definir um potencial criminoso ou não. Um expoente desse pensamento foi Cesare Lombroso (1836-1909), um relevante psiquiatra e criminólogo italiano que funda a criminologia, em sua fase antropológica. Na clássica obra *O homem criminoso*, lançada em 1875, ele defende que existiriam indivíduos primitivos, naturalmente criminosos, pertencente a raças primitivas (SÁ, 2011). Através da análise de centenas de casos, ele declarou que os “selvagens” ou “homens de cor” tinham, por exemplo, o crânio achatado e, portanto, menos capacidade cerebral, havendo assim, uma tendência ao crime, que era entendida como um ato infantilizado e incivilizado. Embora seja uma teoria do século XIX, ainda tem influência na sociedade e suas instituições como a polícia, o poder judiciário e até mesmo entre os estudiosos. Todos esses estudos se dão num contexto de racismo científico, em que teorias eugenistas, de hierarquização as raças, ditavam o espírito dos tempos.



Cesare Lombroso, expoente da criminologia clássica.
Fonte: Wikipédia

No Brasil, um expoente do pensamento lombrosiano foi Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico doutrinador que defendia que as raças mais evoluídas se diferenciavam das menos evoluídas no que se refere à Inteligência e aos instintos, o que ensejaria na ocorrência de crimes. Para Nina Rodrigues, descendentes mestiços teriam dificuldade de adaptação e não se prestariam a viver nem como negro nem como não negro. Tais ideias não são defendidas hoje na íntegra, mas influenciam ideologicamente o pensamento criminológico brasileiro (SÁ, 2011).

Diferente de Lombroso, Enrico Ferri (1856-1929) defendia que o crime era resultado de diversos fatores de ordem individual, física e social e destacou a incidência social do crime. Rafele Garófalo (1851-1909), por seu turno, era de uma posição intermediária entre a antropologia lombrosiana e o socialismo de Ferri. Para este pensador, além dos traços defendidos por Lombroso nas características corporais do delinquente, a conduta criminosa era também resultado da anomalia moral a qual o sujeito criminoso não conseguia resistir (SLONIAK, 2015).

Outro pensador clássico da Sociologia que também deixou contribuições para o entendimento da noção de crime foi o francês Émile Durkheim (1858-1917). Para ele, o crime não seria um fato anormal. Ao contrário, seria algo universal e observável e basicamente todas as sociedades, portanto, um fato social normal (MELLIN FILHO, 2011). Para o século XIX, esta noção foi revolucionária, pois problematizava a demonização do crime. Destaca também que o crime depende da consciência coletiva, que o caracteriza como tal e que, ademais, "o crime é útil e necessário à sociedade porque acaba por regular a evolução moral" (Id., p.65).

No século seguinte, o sociólogo Howard Becker, em sua obra *Outsiders* (1991), com a Teoria do Etiquetamento Social afirmou que atos criminosos são definidos socialmente, no seio de relações sociais, em contextos específicos. Atos criminosos, assim, seriam considerados comportamentos desviantes em relação a acordos tácitos ou normas estabelecidas coletivamente (SÁ, 2011). E cabe considerar que a sociedade tem complexos processos para definir o que é um comportamento desviante, como o crime. Em se tratando de sistema de justiça, para um comportamento ser classificado como criminoso, é necessário que ele esteja previsto em lei. Mas todo espaço social possui normas, regras tácitas que não estão escritas, mas são reconhecidas e transmitidas ao longo das gerações, incorporadas no costume. Tanto as leis como os costumes variam no tempo e no espaço e podem ser nomeados como regimes normativos, pois organizam os ambientes através de regras, orientando os atores e atrizes como se portarem nos espaços.

Então, podemos afirmar que quaisquer comportamentos podem ser etiquetados como criminosos, dependendo do contexto e da época que observamos, e que toda

e qualquer pessoa pode apresentar algum desses comportamentos ao longo da sua vida. Nas palavras do rapper Rashid: "e vossa excelência sabe, lá no fundo / que no banco dos réus tem espaço pra todo mundo" em sua canção "Abaixem suas armas". Exemplo: Na Rússia, país conhecido por ataque a direitos de pessoas LGBTQIa+¹ até 1993 a homossexualidade era considerada crime, e em junho de 2013 foi aprovada uma lei que proíbe manifestações de valores diferentes da visão tradicional heterossexual para menores de idade². No Brasil, apesar dos esforços da Bancada da Bíblia³ em condenar a homossexualidade e o debate sobre sexualidade nas escolas, compreendido como parte de uma "ideologia de gênero" que nega a determinação biológica e "divina" da determinação do sexo/gênero, desde 2019 o preconceito e violência contra homossexuais e transsexuais é considerado crime.

Misse (2009) destaca que o crime não existe na evidência do evento, mas sim na interação social em que uma das partes acusa moralmente a conduta da outra. Quando esta acusação é bem sucedida, obtendo-se a institucionalização do curso da ação, aquele comportamento é tipificado como "crime" nos códigos penais. Desta maneira, classificar o que é crime e o que não é crime implica no poder de mobilizar o sistema de justiça e policial contra determinadas populações, de modo que apenas algumas fatias estão sujeitas à criminalização judicial e policial (MISSE, 2009). O fenômeno do crime acompanha o decurso da sociedade, juntamente com seus atores e atrizes.

Ainda que hoje seja tida como uma ideia pouco desenvolvida pelo teórico alemão, em um determinado momento de seus estudos, Engels (2010) entendia o crime como uma resposta a conflitos sociais. Para o pensador, o crime foi a primeira forma de revolta do proletariado moderno, quando estes executavam seus patrões, sendo um importante marcador das relações sociais. Nos idos do século XVII, o pensador alemão já identificava que a maioria dos crimes eram delitos contra propriedade, "a necessidade, portanto, é a sua causa, porque não se rouba aquilo que se possui" (Ibid., p.169). Ele avaliava ainda que o operário não podia entender de forma racional porque precisamente ele, colaborando com a sociedade, diferente

¹ Sigla que significa: Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Par/Poli.

² Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/comunidade-lgbt-convive-com-leis-discriminatorias-na-russia>>. Acesso em: 14/07/2020.

³ Grupo de políticos religiosos que ocupam o Senado e a Câmara dos Deputados e se articulam em torno da formulação e aprovação de projetos de cunho conservador.

dos ricos ociosos, tinha de suportar condições tão desumanas. Embora essa ideia depois tenha sido abandonada pelo autor, por considerá-la pouco trabalhada, ele já identificava uma relação entre o avanço do sistema produtivo e a criminalidade.



PARA REFLETIR

- Você conhece atos que não eram considerados crime no passado e hoje são? Por que as leis mudam ao longo do tempo?
- Tudo que é considerado "**pecado**" para a sua religião deve ser considerado "**crime**" para a sociedade civil?
Discuta e justifique.

Crime e punição: *há justiça para todos?*

Além da definição móvel, dinâmica, daquilo que é considerado "crime", precisamos nos perguntar se as punições são aplicadas a todos/as com o mesmo rigor. Pense um pouco com seus colegas e professor/a.

Nossa sugestão, baseada em investigação feita para a produção desse material, é que a maioria de vocês responderá **NÃO** a essa pergunta. Nem todos são punidos por seus crimes. Não há justiça e rigor na aplicação da lei.

Um exemplo clássico são os crimes de colarinho branco que são “condutas violadoras da lei penal, praticadas no exercício da atividade profissional por pessoas da alta sociedade que gozem de respeitabilidade e prestígio social” (MACHADO, 2001, p.43). Portanto, a aplicação da lei envolve muitos níveis de relações de poder e influência política. Sabemos que, ao menos na teoria, as instituições do Poder Judiciário deveriam zelar pelo cumprimento da lei e

aplicação das penas previstas no Código Penal e na Lei de Execuções Penais, mas, na prática, o que observamos é que as instituições também contribuem para a manutenção da impunidade de determinados crimes.





JUSTIÇA NO BRASIL

Você já ouviu falar do “Helicoca”? Foi um escândalo ocorrido em novembro de 2013, em que um avião com 445 quilos de cocaína foi apreendido em uma fazenda no Espírito Santo. Existem ligações de políticos influentes com o incidente, contudo, nenhum deles foi investigado com a seriedade que o caso requer. Você conhece outros exemplos explícitos de impunidade como esses? Por outro lado, no sistema prisional brasileiro, há pessoas que foram presas com apenas 1 grama de maconha. Discuta com seus colegas sobre esta diferença de tratamento dentro do sistema de justiça.

Alguns criminólogos, como o italiano Alessandro Baratta (1933-2002), filiado a uma escola de pensamento chamada de criminologia crítica, uma abordagem que considera que o crime e os sistemas de controle do mesmo são fenômenos ligados à dinâmica das classes sociais (SÁ, 2011). Baratta pontua que existe uma seletividade penal, ou seja, crimes típicos de indivíduos das classes subalternas são pegos por uma rede fina, em contraposição aos criminosos de colarinho branco, cuja rede é frequentemente muito larga (BARATTA, 1999). Isso quer dizer que há mais impunidade para uns, do que para outros. E que há mais “justiça” para uns do que para outros. Há ainda o fenômeno da “criminação” que pode ser entendido como uma compreensão que prima por “seguir os procedimentos concretos que selecionam os eventos que serão efetivamente tratados como crimes e não apenas sua referência típico-ideal nos códigos criminalizadores” (MISSE, 2009, p.92). Ou seja, apenas alguns autores de atos criminosos são incriminados, ou relacionados como agentes de um determinado crime.

PARA



REFLETIR

- Lei é sinônimo de justiça? Por quê?
- Por que alguns crimes são punidos com maior severidade e celeridade do que outros?
- Quais crimes são mais frequentemente punidos? E quais seriam as razões?

Sistema de Justiça

Qual seria o papel e as atribuições do sistema de justiça nos sistemas republicanos democráticos? A "justiça" é algo difícil de conceituar e geralmente a evocamos para a resolução de conflitos. Quem é que nunca ouviu alguns dos pais dizer que "vai chamar a polícia" para o vizinho que coloca som alto em plena madrugada? Portanto, a justiça, em suas diversas facetas, é legitimada como um órgão que resolve questões. Tentemos seguir com um conceito um tanto quanto rígido, para depois explorarmos outras perspectivas. O filósofo político Norberto Bobbio define que:

o Sistema judiciário é um complexo de estruturas, de procedimentos e de funções mediante o sistema político (do qual o Sistema judiciário é na realidade um subsistema) satisfaz uma das necessidades essenciais para a sua sobrevivência: a adjudicação das controvérsias pela aplicação concreta das normas reconhecidas pela sociedade.(BOBBIO, 1998, p. 1158).

Com isso, entende-se que fazem parte desse sistema os diversos tribunais, as forças policiais, os juízes, os promotores públicos, os advogados, etc. Embora dotado de muito poder e de um sistema burocrático racionalmente organizado, esse sistema pode ser questionado por diferentes ângulos. Vamos mencionar aqui ao menos três:

- Esse sistema, organizado burocraticamente e sustentado pela dominação de tipo racional-legal (WEBER, 2000) seria capaz de selecionar e considerar os principais elementos para a efetivação do princípio da justiça? Weber diria que não. Ao afirmar que com as instituições modernas burocratizadas passamos a viver em uma "jaula de ferro" ele quis dizer que toda espontaneidade, criatividade e capacidade de adaptação aos contextos foi reduzida, cerceada, encapsulada em normas feitas para serem aplicadas indistintamente.
- Por outro lado, ainda que esse fosse um critério legítimo de justiça, será que seus agentes de fato conseguem exercer uma racionalidade neutra e imparcial no exercício de sua função pública? Consideremos que o sistema judiciário é operado por pessoas que possuem identidades de classe, gênero, geração, sexualidade, e que reproduzem preconceitos, discriminações e moralidades típicos de seu lugar social. A completa neutralidade é possível?
- Embora a definição normativa, como aquela de Bobbio, apresente o papel do sistema de justiça de forma descritiva, com tons de neutralidade, é preciso considerar as relações de poder que atravessam o Estado para compreender a questão com maior profundidade. Foucault (2013), importante filósofo que viveu entre 1926-1984, pontua que "a justiça como aparelho de Estado teve, na história uma importância capital" (FOUCAULT, 2013, p.102) destacando que ela introduz contradições no seio das massas e isso seria positivo, em sua avaliação. Por outro lado, ele avalia que o tribunal tem a função histórica de reduzir, dominar e sufocar a justiça popular, inscrevendo-lhe características do estado. Segundo ele, estes processos ocorreram através da transformação da moralidade e dos interesses burgueses em ideologia dominante, que passa a conduzir o regramento punitivo na sociedade. Além disso, na mesma direção, Feltran (2012) aponta que um dos importantes cuidados a se tomar na análise de questões que envolvem criminalidade e justiça, seria "evitar que governo e crime, embora por vezes deem origem a políticas de guerra um contra o outro, estejam analiticamente dissociados no que se refere à produção da ordem" (FELTRAN, 2012, p.234, grifo do

autor). Em outras palavras, governo e crime podem estar associados, e muitas vezes de fato estão.

Foram apresentadas três perspectivas diferentes para que você possa compará-las entre si. Qual delas dá conta da ideia de “justiça”? O conceito rígido? Aquela visão que questiona a suposta imparcialidade do sistema de justiça ou a visão que não faz a separação entre o estado e aquilo que ele teoricamente visãõ combater (o crime)?



E você? O que pensa a respeito?

- Advogados, juizes, promotores... são “imparciais”, “neutros”. A neutralidade é possível? É desejável?



Seção 2:

O Sistema Prisional no Brasil

Seção 2: O Sistema Prisional no Brasil

O que dizem: *os números?*



Figura 3 - Rebelião no presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, ao menos 26 detentos foram mortos.

Fonte: DW Brasil

No Brasil, os dados estatísticos mostram que nossa população prisional não para de crescer. Para exposição dos dados serão utilizados os últimos relatórios do Levantamento Penitenciário Nacional (INFOPEN) dos anos de 2017 e 2020, o primeiro com dados de junho de 2016 e o segundo com dados de junho de 2019. Neste último, vemos que o Brasil conta hoje com 773 mil Pessoas Privadas de Liberdades (PPL), mantendo-se como a 3ª maior população prisional do planeta (INFOPEN, 2020), atrás somente dos Estados Unidos e da China, segundo dados da World Prison Brief. Outro dado alarmante é que 34,7% dos/as presos/as se encontram em caráter provisório e ainda não tiveram um julgamento. Considerando os

preconceitos existentes, **já imaginou quantas pessoas estão presas injustamente, já que ainda não foram julgadas?**

Através dos números, podemos observar também que existe uma cultura prisional no Brasil, ou seja, a privação de liberdade é o método prioritário para responsabilização judicial de pessoas. Ainda que em nosso ordenamento jurídico a prisão deva ser exceção (BRASIL, 1941), temos em nosso país o chamado encarceramento em massa. A pesquisadora negra Juliana Borges pontua que se a taxa de encarceramento permanecer como está, em 2075, uma em cada dez pessoas estarão privadas de liberdade, destacando a profunda conexão que todo o sistema de justiça criminal possui com o racismo (BORGES, 2018), como veremos melhor a seguir.

Mesmo com 700 mil pessoas privadas de liberdade, o país possui apenas 437.912 vagas no sistema prisional, o que significa dizer que comporta praticamente o dobro de sua capacidade total. Além do mais, esse sistema é extremamente caro e ineficaz, já que, de acordo com levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU), cada preso custa em média R\$ 23 mil por ano, num total de R\$ 15,8 bilhões anuais gasto apenas com prisões. Curiosamente, em 2017, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) definiu o investimento anual de R\$ 2.875,03 por aluno. Em outras palavras, é como se o valor investido em um mês pra um detento fosse equivalente ao que é investido em um ano para um aluno. A situação nos presídios privados é ainda pior, a exemplo do Amazonas, em que cada preso custa R\$ 4.112,00 mensais e ainda assim, é palco de morticínios, como o ocorrido em maio de 2017, em que 56 presos foram assassinados em um massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), localizado em Manaus. **A preocupação é com a prisão ou com a educação?** Em entrevista veiculada em 2014, o professor e deputado federal Marcelo Freixo (PSOL) disse que a prisão é um lugar muito caro para tornar as pessoas piores. **Você concorda com esta afirmativa?**

A demora das condenações e a ineficácia dentro do sistema carcerário é definida também com precisão pelo grupo de rap alagoano Neurônio SubConsciente, quando na música "Sistema carcerário" cantam: "um processo parado, cansou de esperar / debatendo com a injustiça, não vai se recuperar".

💡 Que tal dar uma olhada na música acima? Aperte o play!



Um outro processo determinante para a crise no sistema prisional, é o acirramento dos conflitos entre facções prisionais, com destaque para o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV); conflito esse que já se transnacionalizou, já que ambos os grupos deflagram conflitos por rotas internacionais de tráfico. Rodrigues (2020) destaca que “a polarização entre as alianças PCC e CV e as disputas por zonas cujas lideranças se anunciavam como não envolvidas desencadearam um novo redirecionamento das agressividades letais” (p. 2). Desta maneira, inclusive aqueles que não se autodeclaram como faccionados estão implicados nos conflitos.

Perfil de quem é *preso?*

O perfil de quem é preso hoje em dia é bem específico. E não porque apenas essas pessoas cometem crimes, mas porque, conforme nos demonstrou Alessandro Baratta, existe uma preferência por perfis que atendam ao estereótipo do criminoso. Vejamos: 55% possuem até 29 anos; 64% é negro/a ou pardo/a; 51% possuem o ensino fundamental incompleto, somado aos 4% de analfabetos (INFOPEN, 2017). Significa então, dizer que mais que um espaço perpassado pelo racismo, o sistema prisional brasileiro é um “sistema racializado de controle social” (ALEXANDER, 2018). O grupo de rap DMN canta que “[...] você num entende? Que o peso do martelo pra nós é diferente”

em sua música “Jão”, em uma alusão à desigualdade racial observada no cárcere brasileiro.

O encarceramento de mulheres negras também é um grande problema que se apresenta na contemporaneidade. O Brasil tem hoje cerca de 42 mil mulheres privadas de liberdade (INFOPEN, 2017b), com a 4ª maior população carcerária feminina do mundo. Houve um aumento de 656% no encarceramento feminino entre 2000 e 2016 (veja gráfico abaixo). 67% de todas elas pertencem à população negra e 50% destas são jovens, com até 29 anos. O crime de tráfico de drogas corresponde a 62% do tipo penal que as leva à prisão. O aumento do aprisionamento de mulheres, em sua maioria negras, agrava a condição de exclusão, vivenciada pela maioria absoluta delas (SINHORETTO, 2018).

Gráfico 1. Evolução das mulheres privadas de liberdade (em mil) entre 2000 e 2016⁴



É curioso notar que, diferentes dos homens, a maioria dessas mulheres sofrem impactos diretos na maternagem e abandono afetivo de seus companheiros, o que as faz reconfigurarem inclusive a sexualidade, fazendo-as estabelecerem arranjos homoafetivos dentro do cárcere (PIMENTEL, 2016).

⁴ Com exceção dos anos de 2002 a 2016, em que foram produzidos apenas relatórios referentes ao primeiro semestre do ano, os demais dados referem-se ao mês de dezembro de cada ano. Os dados disponíveis em cada ano consideram apenas as mulheres encarceradas nos estabelecimentos do sistema prisional e não contemplam as mulheres custodiadas em carceragens de delegacias, por ausência de informações para a série histórica.

Figura 4 - Presa dá alento a seu filho recém nascido



Fonte: Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos - INCT-InEAC (UFF)

PARA



REFLETIR

Wacquant (2007) diz que as atuais políticas punitivas são influenciadas por uma certa "sociologia de banca de jornal", em alusão à falta de evidências científicas para a discussão das políticas públicas de segurança. Por vezes a opinião pública é guiada pelas mídias sensacionalistas. Reflita com seu/sua professor/a o porquê disso.

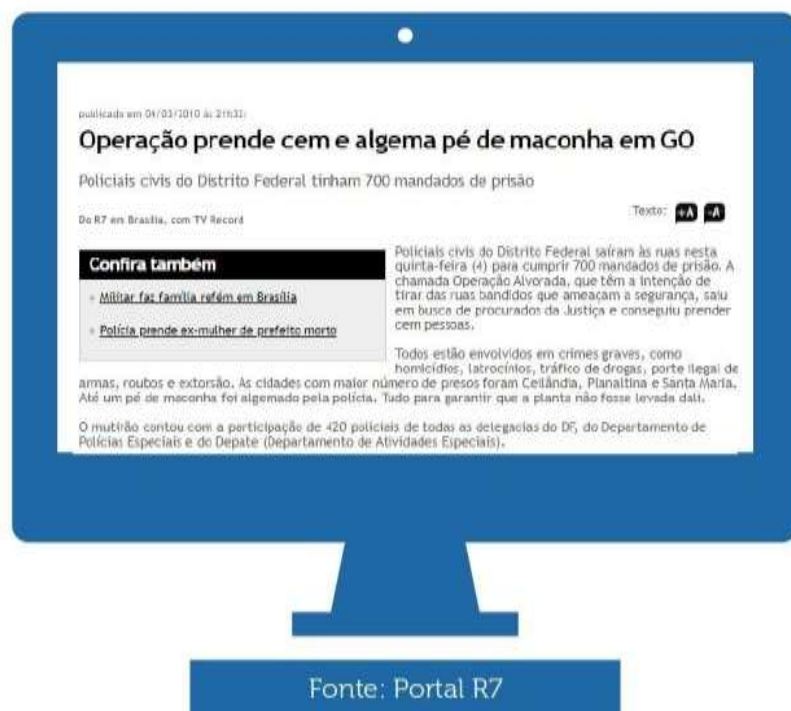
Um significativo traço do perfil das pessoas que são encarceradas no Brasil refere-se ao crime que as leva a essa situação, como já exposto: 62% das mulheres e aproximadamente 40% dos homens cumprem pena pelo cometimento do crime de tráfico (INFOPEN, 2020). Algumas leituras, como a adotada por Borges (2018), compreendem que tal primazia deste tipo penal dentro do cárcere refere-se à chamada Guerra às Drogas. Esta política de segurança foi exportada dos Estados Unidos da América, que em 1983 a instaurou, mesmo com o declínio do uso de drogas como a maconha e a cocaína. É uma política que entende que as drogas são o problema moral da sociedade e que por essa razão as ruas estão mais violentas e perigosas. Na prática, designa “uma guerra de guerrilha à perseguição penal aos traficantes das calçadas e aos consumidores pobres” (WACQUANT, 2007, p.114-115), em que as ações da polícia se focam nas grotas e tem como alvo principal a juventude negra que comercializa droga no mercado ilegal varejista.

No Brasil, a Lei nº 11.343 de 2006, chamada Lei de Drogas, é um dos principais fatores que promovem o superencarceramento. Após a sua aprovação, a população prisional aumentou em 300 mil pessoas em oito anos. Será que agora não é o momento de tratar a questão da dependência química como um problema de saúde e não como uma questão de punição? A criminalização das drogas não é, em outras palavras, a criminalização da pobreza? Observe as notícias abaixo e avalie junto ao professor/a e demais colegas.

Figura 5 – Print de notícia de prisão por apreensão de maconha



Figura 6 – Print de notícia de pé de maconha algemado





Seção 3:

O preso tem que ser ressocializado?

O cumprimento de uma pena é justificado sobre três diferentes funções: punição, prevenção e ressocialização. Diversas perspectivas priorizam um ou outro aspecto. Para pensar sobre isso, nos deteremos na interpretação do papel do trabalho prisional no cumprimento da pena.

Seção 3: O preso tem que ser ressocializado?

Figura 7 – Em presídio na Bahia, presas caminham com seus filhos no colo



Fonte: Outraspalavras.net

Trabalho prisional *direito ou punição?*

Inicialmente, é importante situar que entre os séculos XV e XVI havia uma associação do crime com a falta de ofício, que era chamada de vadiagem, e pensava-se que a correção do criminoso ocorreria por meio do trabalho (SLONIAK, 2015). A vagabundagem foi, então, criminalizada, e as pessoas detidas que eram consideradas aptas ao trabalho eram levadas a instituições correccionais que receberam o nome de

workhouses (casas de trabalho) ou house of corrections (casas de correção) (MASSARO, 2014). Estes estabelecimentos passaram a fornecer mão de obra barata para o nascente capitalismo mercantil. O trabalho forçado era assim naturalizado e compreendido como medida de punição e correção, ao mesmo tempo em que solucionava o problema da oferta de mão de obra.

Através da rígida disciplina de trabalho impingida às prisões, pretendia-se o adestramento do proletariado com a finalidade de que, quando saíssem em liberdade, aceitassem as condições de trabalho que lhes eram oferecidas, permitindo, dessa forma, o máximo de extração de mais-valia (MELOSSI; PAVARINI, 1987, p. 170).

No século XVIII, o pensamento iluminista produziu mudanças também sobre o modelo punitivo adotado pela sociedade, concedendo forças ao discurso humanitário, as ideologias “re” (reabilitação, reintegração, ressocialização, reinserção etc), e, por isso, a uma outra forma de compreender e aplicar as penas aos sujeitos considerados desviantes. No Brasil, todavia, essa mudança tardou a chegar: o trabalho prisional figurou como forma de punição e controle sobre os indivíduos presos desde a época do império até 1937 (LEMOS, MAZZILI, KLERING, 1998).

PARA



REFLETIR

Mesmo com as dificuldades de acesso à emprego no Brasil, até 2012, a chamada “vadiagem” era considerada uma contravenção penal (infrações mais leves). Ela está prevista no artigo 59 do Decreto-lei nº 3.688 de 1941 e define como vadiagem “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” (BRASIL, 1941). A pena pode variar entre 15 dias e três meses. Uma reportagem de 2014 da revista O Globo, expõe que em 1975, a vadiagem era o segundo crime mais praticado. Esta lei criminalizava os mais pobres, numa prática de higienização social em nome da “moral e dos bons costumes”.

Wacquant (2007) afirma que o principal alvo do estado penal é o subproletário, entendido como aquele trabalhador desregulamentado, informal, vulnerável e totalmente à margem da sociedade, trabalhando muitas horas por dia para receber o mínimo para sua sobrevivência. Diante de suas condições materiais, essas pessoas se encontram vulneráveis socialmente e são facilmente suscetíveis ao que ele nomeia de “economia de rua”, incluindo o tráfico, roubo, prostituição, dentre outras vulnerabilidades. Isto quer dizer que os índices de desemprego, a miséria, a desigualdade, a falta de acesso a direitos como esporte, lazer, cultura, educação e saúde são o que a criminologia nomeia como “fatores crimôgenos”, ou seja, fatores que aumentam a probabilidade de que um crime ocorra (SÁ, 2011). No Brasil, esse contexto é ainda mais complexo, pois já que o povo negro, alvo do empobrecimento, historicamente, não é entendido como vendedor/a da força de trabalho, mas é a própria força de trabalho. Por esta razão, destaca a pesquisadora Juliana Borges:

Neste sentido, posicionar-se como classe trabalhadora no pós-abolição é uma experiência problemática, porque posicionar-se em uma categoria que busca direitos significa, primeiro, entender-se como sujeito no mundo, algo que foi perversamente negado no sistema escravista (BORGES, 2018, p.41-42).

Os espaços periféricos, conhecidos em Alagoas por grotas⁵ são ambientes complexos, marcados pra além do empobrecimento e dificuldade de acesso a serviços. Nelas podemos identificar várias organizações, como as facções criminosas, incluindo as milícias, as igrejas – em especial as neopentecostais -, os agentes do estado e a própria ideologia do capitalismo neoliberal. Esses espaços coexistem no tempo e espaço, havendo choques funcionais importantes entre eles (FELTRAN, 2012, p. 249). Cada um deles atribuem sentidos diferentes ao mundo e seus acontecimentos, inclusive o crime. Esses sentidos se fundem, confundem e formam uma teia de significados e via de regra, essa organização define o que é autorizado ou não dentro das relações sociais. Ainda assim, tem persistido o sentido de individualização das causas dos comportamentos sociais, culpabilizando os trabalhadores precários e desempregados e os submete a inúmeros prejuízos sociais, incluindo o aliciamento para o crime.

⁵ Em outros lugares utilizam-se outros vocábulos, tais como: quebradas (DF), comunidades (RJ), vilas (RS), favelas, periferias e outras palavras.

Consideramos, desse modo, que todas aquelas organizações e seus agentes são responsáveis, em alguma medida, pela manutenção do controle através da gestão da pobreza por meio das instituições judiciárias (WACQUANT, 2011). Todavia, é pertinente ressaltar que no Brasil, as dinâmicas criminais acompanham a atuação do estado, em co-atuação com instituições estatais e as igrejas que “pluralizam a noção de justiça” (FELTRAN, 2012, p.233).

Na esteira desse processo, o encarceramento, “recuperando sua missão histórica de origem (...) serve, antes de tudo, para regular, se não perpetuar, a pobreza e para armazenar os dejetos humanos do mercado” (WACQUANT, 2007, p.126). Se antes de serem presas, as pessoas que são detidas são profundamente influenciadas por complexos arranjos de organização, após a prisão, elas possuem seu corpo docilizado através do adestramento para o trabalho (FOUCAULT, 2012). Quando analisamos do ponto de vista da questão de gênero, o trabalho prisional ainda mantém a reprodução “dos papéis atribuídos ao feminino na divisão sexual do trabalho: cozinha, faxina, costura, bordado, artesanato e outros” (PIMENTEL, 2016, p. 174). Massaro (2014) também destaca a perpetuação da divisão sexual do trabalho dentro dos estabelecimentos prisionais. Ou seja, se mantém, assim, outros projetos de poder para além da gestão da miséria.

Embora o trabalho seja concebido como uma política pública e um direito, somente 18% da população prisional tem acesso a ele, ou seja, apenas 139 mil presos (INFOPEN, 2020). E, ainda assim, há importantes ponderações e reflexões a serem feitas sobre o modo como se realizada esse trabalho nas prisões:

- Ainda que o trabalho prisional apresente caráter ressocializador na lei (BRASIL, 1984), ele não recebe o mesmo tratamento legal, já que não é regulamentado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT);
- Em geral, trata-se de um trabalho destituído de qualquer significado de realização individual, justificado tanto pelo desejo de remição da pena, quanto pela possibilidade de recursos materiais que podem ser usados para a manutenção da própria pena ou como forma de sustento da família que está fora do cárcere. A remição é um direito de quem cumpre a pena em regime fechado e garante um dia a menos de pena para cada três de trabalho (BRASIL, 1984);
- As Regras de Mandela ou Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (BRASIL, 2016a) é um documento internacional do qual o país é signatário,

bem como as Regras da Bangkok ou regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Id., 2016b), que trata da privação de liberdade feminina. Neles, o trabalho é postulado em sua função reintegrativa, portanto, ao relegar o trabalho a esse lugar da falta de sentido, o Brasil atenta contra a legislação internacional;

- O trabalho nas prisões alimenta toda uma cadeia de acumulação e superexploração. Embora a Lei de Execução Penal (LEP) preveja que a remuneração dos presos não pode ser inferior a $\frac{3}{4}$ do salário mínimo, muitos presos recebem menos que isso. O próprio INFOPEN (2017) destaca que 33% (ou 31.653 pessoas) trabalhavam gratuitamente em junho de 2016. No Distrito Federal (DF), por exemplo, 100% dos presos trabalhavam sem receber nada. Por outro lado, o trabalho prisional é um negócio lucrativo: o empregador não arca com encargos trabalhistas como férias e 13º salário. Empresas privadas e órgãos públicas podem exercer sua "responsabilidade social" através da exploração do trabalho dessas pessoas, com previsão de incentivos fiscais. Estas contratações se dão mediante celebração de convênio com os órgãos responsáveis pela gestão do trabalho prisional e instâncias do poder judiciário. Esses convênios andam de mãos dadas com a privatização do sistema carcerário, em que o foco fica no aumento dos lucros das empresas e não na ressocialização das pessoas. O sentido é a inserção da lógica mercantil nos estabelecimentos prisionais e a extração do máximo de vantagens possíveis para os grandes empresários.

Figura 8 – Presos trabalham no ramo da construção civil



Sobre a privatização, são abertos editais públicos e as empresas de gestão prisional fazem as suas proposituras para participarem da licitação. Pode ocorrer em regime de Parceria Público Privada (PPP) ou cogestão, de maneira que em que cada modelo, as partes (estado e empresa) assumem responsabilidades distintas no que tange às obras, segurança e modelo de administração. Certamente, para as organizações privadas existe uma rentabilidade muito grande, mas sob a ótica do estado não se mostra razoável, pois as despesas aumentam e os problemas da crise do sistema prisional não são superados.



O ex-senador Waldemir Moka (MDB) apresentou um projeto de lei que prevê a obrigação de o preso ressarcir o Estado pelos gastos com a sua própria prisão. O texto prevê a possibilidade de que alguns presos terminem o cumprimento da pena com dívida ativa da Fazenda Pública. Discuta com seus colegas o caráter desta proposta.

O trabalho deve servir para punir ou para ressocializar? O que mudou do século XVI para cá?

Por fim, é importante destacar que toda essa discussão sobre o sistema prisional, é perpassada por aquilo que se entende como Direitos Humanos, já que envolve a garantia de direitos constituídos e reconhecidos às pessoas pela simples condição de sua humanidade. Sabemos que existe grande resistência em aceitar essa ideia. Observe a charge abaixo e discuta com seus colegas e professores/as.

Figura 9 – Charge do cartunista Vitor T



Fonte: Google Imagens.



Concluindo

Há soluções *alternativas?*

Esperamos que você tenha entendido um pouco mais sobre crime, sistema de justiça e o trabalho prisional. E que tenha se sentido instigado/a a pesquisar e entender ainda mais sobre esse universo. Esse é um tema bastante delicado e sabemos que, aqueles que se posicionam contrários à política punitivista são vistos pelo senso comum como “defensores/as de bandido”, não é?

É fundamental buscar entender, para deixar de temer julgamentos como esses, que isto é reflexo de uma sociedade estimulada a orbitar em torno da violência e do autoritarismo. E que há uma evidência bastante forte para questionar esse modelo: mesmo o Brasil sendo um dos países mais aprisionadores do mundo, os índices de criminalidade e violência seguem a níveis galopantes! É possível defendermos as sociedades sem prisões, como Angela Davis propõe? A militante antiprisional destaca que “na realidade, o padrão mais óbvio foi que populações carcerárias maiores não levaram a comunidades mais seguras, mas a populações carcerária ainda maiores” (DAVIS, 2018, p.10), não contribuindo para o bem da sociedade como um todo. O filósofo Foucault, crítico do sistema prisional, por seu turno, sem pretensões de entregar uma solução pronta para a questão carcerária, pontuava que não raro a prisão era tida pelas pessoas como a detestável solução de que não se pode abrir mão”,? A respeito desta questão, Borges (2018) problematiza que quem defende o abolicionismo penal são considerados/as sonhadores/as e defensores/as de algo impensável e impossível, e então surgem outras questões: A prisão está ressocializando? As prisões são as únicas formas de tratar certas quebras de acordos sociais? Quem define o que é crime e o quem é o criminoso?

Atualmente, há também uma posição intermediária que se reflete no chamado desencarceramento. Borges (2018) afirma que um primeiro passo seria repensar a penalidade das mais de 40% de pessoas que estão em prisão provisória, considerando que a maioria responde por tráfico de drogas por serem pegadas com quantias irrisórias dessas substâncias. Estas pessoas não cometeram crimes de periculosidade e uma possibilidade seria, por exemplo, pensar em alternativas penais, sendo que a mais comum são a prestação de serviços comunitários. Muitas pessoas, por não conseguirem pensar punições fora das prisões, acabam por achar que medidas estimulam a impunidade.

Esta é uma questão que o presente Caderno Reflexivo não pretende responder, mas provocar nos espaços por onde circular.

Obrigado pela leitura!



Sessões Complementares



MOSAICO DE VOZES

Abaixo, trechos de falas de presos trabalhadores, coletadas em entrevistas realizadas na data de 19/11/2019, em presídio localizado em Maceió-AL.

O que essas **vozes** querem **dizer**?

<p>O trabalho ele reengrandece o homem, as pessoas que trabalha. É mais um esforço na sua vida, que através do trabalho é que a gente consegue tudo.</p>	<p>Eu digo que muitos não se "ressocializa" porque não têm oportunidade.</p>	<p>Uma grande maioria da população não acredita na ressocialização. E por não acreditar, ela fecha a porta da oportunidade pra quem já está preso.</p>
<p>Então se eu tivesse trabalhar, e estudado e trabalhado, hoje seria um homem rico, não taria numa prisão, e nem com um nome de preso.</p>	<p>Porque eu acho que o preso hoje, ele é melhor, se desempenha mais do que alguém lá fora. Porque tem mais interesse de amostrar o seu potencial.</p>	<p>As pessoas gosta de você, você tem um bom trabalho, você é bem elogiado aqui dentro.</p>
<p>Eu acredito na hipocrisia da ressocialização. As pessoas que chegam aqui têm o caráter formado. Eles podem hipocriticamente dizer que mudaram. Não se muda. Agora, podem fazer de conta pra sociedade. Mas eu não acredito. Eu já falei isso pra muitos aqui.</p>	<p>A sociedade pessoal, que aqueles que não acreditam em ressocialização, comece a acreditar. Que aqui têm muitas pessoas que já mudou e tá mudando</p>	<p>Hoje, só porque eu fui preso hoje, lá na frente, amanhã, a pessoa não foi presa, mas ela pode cometer o mesmo delito que eu cometi. Mas o preconceito vai vim mais pra mim. Entendeu?</p>

E as cadeias estão aumentando e aumentando, e está se criando monstros dentro das cadeias. São pessoas humilhadas, você nem sabe como, oh. São humilhadas, são criadas contra a sociedade, futuros monstros. Aqueles que não são monstros vão virar monstros. Nós temos uma fabricação de monstros no Brasil.

E simplesmente as portas se fechou. Por quê? Porque primeiro, nas empresas, ela exige um nada consta. E o nada consta automaticamente ele limita, ele impede de entrar dentro da empresa. É como se dissesse assim, se tiver passado pelo sistema prisional, não tem a oportunidade.

O crime, em si, várias formas, tá me entendendo? Então se ela contribui para o crime do colarinho branco, que é do deputado, se ela vende o voto, ela também tá contribuindo pra um crime maior.

Na minha vida, o trabalho ele é... acalma a minha mente

Porque é através de uma oportunidade do trabalho que vem a oportunidade de você crescer na vida.

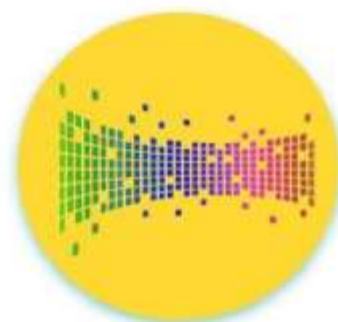
Então aqui... nada mais que isso. Este mais não fica. É mais uma razão que a pena prisional não resolve nada. Cria bandidos.

para além desse
PRODUTO EDUCACIONAL



LIVROS

- Graciliano Ramos – **Memórias do Cárcere;**
 - Dráuzio Varella – **Estação Carandiru;**
Carcereiros; Prisioneiras;
 - Nana Queiroz – **Presos que menstruam;**
 - Débora Diniz – **Cadeia: Relato sobre mulheres.**
-
- NSC – **Sistema Carcerário; O tempo vai passar;**
 - Dark – **Lemos de Brito;**
 - Dexter - **O destino do réu**
 - MV Bill – **Egresso;**
 - Eduardo - **Playground do diabo**
 - Filosofia negra - **Internado no Sistema;**
 - Racionais MC's – **Diário de um detento;**
 - Mc Bobô – **Casa de Pedra**
(História de um Detento);
 - MC Caçula – **Pena provisória**
 - MC Livinho – **Sonho de Liberdade.**



MÚSICAS



Filmes e Documentários

- Snowfall
- Godfather of Harlem
- The Alienist
- Dear White People
- The Get Down
- Euphoria

- Um sonho de liberdade;
- Carandiru: o filme;
- 400 contra 1;
- O Poço.
- A 13ª emenda



SÉRIES



Interatividade

- **Experiência de realidade “visceral”:** como é a vida na cadeia superlotada – **Rede Justiça Criminal (RJC)**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ulURfiX2kE>
- **Jogo “Política de drogas é uma questão de mulheres” (ITTC)**. Disponível em <https://ponte.org/jogo-mostra-ligacao-entre-a-guerra-as-drogas-e-o-encarceramento-de-mulheres/>



Referências

Referências

ALEXANDER, M. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal.** Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 2. ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

BOBBIO, N. **Dicionário de política,** Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BORGES, J. **O que é: encarceramento em massa?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

BRASIL. **Código de Processo Penal.** Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 15/07/2020.

BRASIL. **Lei das Contravenções Penais.** Decreto-lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm>. Acesso em: 13/08/2020.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal.** Brasília, DF. jul.1984.

BRASIL. **Regras de Mandela:** Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos / Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. Conselho Nacional de Justiça – 1.ed. Conselho Nacional de Justiça, 2016a.

BRASIL. **Regras de Bangkok:** Regras da Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras / Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. Conselho Nacional de Justiça – 1.ed. Conselho Nacional de Justiça, 2016b.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução: Marina Vargas, 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FELTRAN, G. de S. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). **Ver. bras. segur. pública**. São Paulo, v.6, n.2, 232-255 Ago/Set, 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2012.

FOUCAULT, M. "Sur la justice populaire", in Les Temp Modernes, nº 310 bis, Paris: Presses d' Aujourd'hui, 1972. Sobre a justiça popular – tradução de Angela Loureira de Souza e Roberto Machado. Em: FOUCAULT, M; Roberto Machado (org). **Microfísica do poder**. 26.ed. São Paulo: Graal, 2013. p.87-128.

LE MOS, A. M; MAZZILI, C; KLERING, L. R. Análise do Trabalho Prisional: um Estudo Exploratório. **RAC**, v.2, n.3, Set/Dez, 1998. P.129-149.

Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Atualização – Junho de 2016 / organização, Thandara Santos ; colaboração, Marlene Inês da Rosa ... [et al.]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Mulheres – 2ª Edição / organização, Thandara Santos ; colaboração, Marlene Inês da Rosa ... [et al.]. – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento penitenciário Nacional, 2017b.

Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Atualização – Junho de 2019 - Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen>>. Acesso em: 10/07/2020.

MACHADO, B. A. Controle penal dos crimes de colarinho branco no Brasil. De Sutherland a Baratta – Reflexões sobre uma política criminal possível. **Ver. Fund. Esc. Super. Minist. Público Dist. Fed. Territ.**, Brasília, Ano 9, V. 18, p. 42 – 72, jul/dez, 2001.

MASSARO, C. M. **Trabalho em tempos de crise: a superexploração do trabalho penal nos Centros de Ressocialização Femininos do Estado de São Paulo**. 2014. 368 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115910>>. Acesso em: 15/09/2020.

MELLIN FILHO, O. O crime e a pena no pensamento de Émile Durkheim. **Revista Intellectus**. Ano VII, nº 14, 2011.

MELOSSI, D.; PAVARINI, M. **Cárcere y fábrica: los orígenes del sistema penitenciário**. México: Siglo Veintiuno, 1987.

MISSE, M. "El delito como parte del mercado ilegal: violencia, mercancia política y narcotráfico en Rio de Janeiro". Em: Ruth Stanley (comp.), **Estado, violência y cidadania en America Latina**. Madrid: Entimema, 2009.

PIMENTEL, E. As marcas do patriarcado nas prisões femininas brasileiras. **Dossiê Punição e Controle Social**: degradações carcerárias em América Latina e Europa. v.02, n.2, Jul.-Dez.,2016.

RODRIGUES, F de J. "Corro com o PCC", "corro com o CV", "sou do crime": facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 35, nº 102/2020.

SÁ, A. A. de. **Criminologia clínica e execução penal**: proposta de um modelo de terceira geração. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SINHORETTO, J. O Encarceramento seletivo. Em: DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2018: **relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos** / Organização: Daniela Stefano e Maria Luísa Mendonça. – 1. ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2018. p.177-183.

SLONIAK, M. A. **Trabalho prisional no regime fechado**: entre a lei de execução penal e a realidade vivenciada. Curitiba: Juruá, 2015.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.



APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Estudantes

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os/as estudantes-colaboradores crianças, adolescentes ou jovens

Eu..... ,
 tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e benefícios que a minha participação implica, concordo em participar dele e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO. Estou de acordo com todos os pontos elencados abaixo.

Refere-se a participação voluntária no projeto de pesquisa de mestrado TRABALHO PRISIONAL E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: POSSIBILIDADES A PARTIR DO SUPORTE DIDÁTICO À SOCIOLOGIA NO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO DO Ifal - CAMPUS MACEIÓ sob responsabilidade de RAFAEL FÉLIX LEITE e supervisão da Prof^a. Dr^a. BEATRIZ MEDEIROS DE MELO do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Sua ciência deste termo decorre da autorização prévia do/a seu/sua responsável.

A seguir são indicadas as informações do projeto sobre a sua participação:

1. O estudo se destina a construir material didático suplementar para que o professor de Sociologia do ensino técnico integrado tenha um suporte facilitador para uma complexa temática do sistema prisional junto ao corpo discente.
2. A importância deste estudo é permitir que os alunos tenham acesso a uma realidade de difícil acesso e assim possam ampliar seus conhecimentos sobre essa questão sociológica e também cresçam e se posicionem enquanto estudantes e futuros profissionais, bem como que o conhecimento científico seja divulgado.

3. O objetivo específico deste estudo é identificar quais são os conhecimentos prévios apresentados por alunos e professores, bem como a relevância de estudo da temática em sala de aula.
4. A coleta de dados está prevista para acontecer nos meses de junho e julho de 2019.
4. A contribuição dos estudantes, nesta pesquisa, será por meio de registro das suas impressões e opiniões com base em questionário aplicado presencialmente. A base da amostra inclui 30 estudantes do 3º ano do Curso de Informática aplicada à Internet do *Campus* Maceió. Compõem também a amostra 5 reeducandos trabalhadores, que auxiliarão a ilustrar os debates apreendidos pela revisão bibliográfica.
5. Os riscos envolvidos na pesquisa são de possibilidade de constrangimentos, inibição, ansiedade e desconforto. Para minimizar tais situações, serão garantidos local adequado, todos os esclarecimentos necessários sobre a pesquisa, liberdade para não responder questões, além de ser asseguradas a privacidade, confidencialidade, proteção de identidade e a não estigmatização, garantindo o não prejuízo dos participantes.
6. As informações conseguidas através da participação do/a colaborador/a não permitem a sua identificação, exceto para a equipe da pesquisa e a divulgação das informações só será feita em artigos científicos ou relatório de pesquisa, sem a identificação, desde que assinado este TCLE que indica a sua autorização.
7. A realização desta pesquisa poderá qualificar as discussões sobre o importante problema sociológico do sistema prisional brasileiro entre o corpo discente e sistematizará os conhecimentos científicos produzidos, que serão traduzidos numa linguagem acessível, promovendo divulgação de trabalhos científicos para a sociedade e sensibilização da questão entre os alunos, que geralmente não acessam o conhecimento científico produzido pela comunidade científica.
8. Os participantes desse estudo receberão apoio e orientação em todas as etapas de realização do estudo, sendo responsáveis por ele: **RAFAEL FÉLIX LEITE e Profª. Drª. BEATRIZ MEDEIROS DE MELO (supervisão)**

9. Os participantes serão informados sobre o resultado desta pesquisa e, sempre que desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
10. A qualquer momento o participante pode recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.
11. A participação neste estudo não traz nenhuma despesa extra para seus participantes.
12. Os participantes receberão uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelos responsáveis.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa (obrigatório): Instituição:

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Endereço: Av. Benedito Bentes, S/N – Conj Benedito Bentes II

Complemento:

Cidade/CEP: MACEIÓ/ 57.084-649

Telefone: (82) 2126-6230

Contato de urgência:

Prof^a. Dr^a. BEATRIZ MEDEIROS DE MELO

Endereço: Av. Benedito Bentes, S/N – Conj Benedito Bentes II

Complemento:

Cidade/CEP: MACEIÓ/ 57.084-649

Telefone: (82) 9.9839-8309

RAFAEL FÉLIX LEITE

Endereço: Rua Doutor Luiz de Mascarenhas, nº 18, E Complemento: Bloco

08, ap. 02

Cidade/CEP: Maceió/ 50741-010

Telefone: (82)9.9617-5136

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da/e analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa: Endereço:

Telefone:

Horário de atendimento: E-mail:

Maceió, de

<p>Assinatura ou impressão datiloscópica do (a) voluntário (a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas</p>	<p>RAFAEL FÉLIX LEITE Pesquisador responsável</p>
---	---

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –Professores.

Eu..... ,
 tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e benefícios que a minha participação implica, concordo em participar dele e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO. Estou de acordo com todos os pontos elencados abaixo.

Refere-se a participação voluntária no projeto de pesquisa de mestrado TRABALHO PRISIONAL E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: POSSIBILIDADES A PARTIR DO SUPORTE DIDÁTICO À SOCIOLOGIA NO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO DO Ifal - CAMPUS MACEIÓ sob responsabilidade de RAFAEL FÉLIX LEITE e supervisão da Prof^a. Dr^a. BEATRIZ MEDEIROS DE MELLO do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A seguir, são indicadas as informações do projeto sobre a participação:

1. O estudo se destina a construir material didático suplementar para que o professor de Sociologia do ensino técnico integrado tenha um suporte facilitador para uma complexa temática do sistema prisional junto ao corpo discente.
2. A importância deste estudo é permitir que os alunos tenham acesso a uma realidade de difícil acesso e assim possam ampliar seus conhecimentos sobre essa questão sociológica e também cresçam e se posicionem enquanto estudantes e futuros profissionais, bem como que o conhecimento científico seja divulgado.
3. O objetivo específico deste estudo é identificar quais são os conhecimentos prévios apresentados por alunos e professores, bem como a relevância de estudo da temática em sala de aula.
4. A coleta de dados está prevista para acontecer nos meses de junho e julho de 2019.

5. Compõem também a amostra 5 reeducandos trabalhadores, que auxiliarão a ilustrar os debates apreendidos pela revisão bibliográfica.
6. Os riscos envolvidos na pesquisa são de possibilidade de constrangimentos, inibição, ansiedade e desconforto. Para minimizar tais situações, serão garantidos local adequado, todos os esclarecimentos necessários sobre a pesquisa, liberdade para não responder questões, além de ser asseguradas a privacidade, confidencialidade, proteção de identidade e a não estigmatização, garantindo o não prejuízo dos participantes.
7. As informações conseguidas através da participação do/a colaborador/a não permitem a sua identificação, exceto para a equipe da pesquisa e a divulgação das informações só será feita em artigos científicos ou relatório de pesquisa, sem a identificação, desde que assinado este TCLE que indica a sua autorização.
8. A realização desta pesquisa poderá qualificar as discussões sobre o importante problema sociológico do sistema prisional brasileiro entre o corpo discente e sistematizará os conhecimentos científicos produzidos, que serão traduzidos numa linguagem acessível, promovendo divulgação de trabalhos científicos para a sociedade e sensibilização da questão entre os alunos, que geralmente não acessam o conhecimento científico produzido pela comunidade científica.
9. Os participantes desse estudo receberão apoio e orientação em todas as etapas de realização do estudo, sendo responsáveis por ele: **RAFAEL FÉLIX LEITE e Prof^a. Dr^a. BEATRIZ MEDEIROS DE MELO**
(supervisão)
10. Os participantes serão informados sobre o resultado desta pesquisa e, sempre que desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
11. A qualquer momento o participante pode recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

12. A participação neste estudo não traz nenhuma despesa extra para seus participantes.
13. Os participantes receberão uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelos responsáveis.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa (obrigatório): Instituição:

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Endereço: Av. Benedito Bentes, S/N – Conj Benedito Bentes II

Complemento:

Cidade/CEP: MACEIÓ/ 57.084-649

Telefone: (82) 2126-6230

Contato de urgência:

Prof^a. Dr^a. BEATRIZ MEDEIROS DE MELO

Endereço: Av. Benedito Bentes, S/N – Conj Benedito Bentes II

Complemento:

Cidade/CEP: MACEIÓ/ 57.084-649

Telefone: (82) 9.9839-8309

RAFAEL FÉLIX LEITE

Endereço: Rua Doutor Luiz de Mascarenhas, nº 18, E Complemento: Bloco

08, ap. 02

Cidade/CEP: Maceió/ 50741-010

Telefone: (82)9.9617-5136

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da/e analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa: Endereço:

Telefone:

Horário de atendimento: E-mail:

Maceió, de

<p>Assinatura ou impressão datiloscópica do (a) voluntário (a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas</p>	<p>RAFAEL FÉLIX LEITE Pesquisador responsável</p>
---	---

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Responsáveis dos Estudantes

Eu, responsável pelo/a estudante, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e benefícios que a minha participação implicam, concordo em participar dele e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO. Estou de acordo com todos os pontos elencados abaixo.

Refere-se a autorização para participação voluntária de um/a estudante pelo qual é responsável, no projeto de pesquisa de mestrado **TRABALHO PRISIONAL E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: POSSIBILIDADES A PARTIR DO SUPORTE DIDÁTICO À SOCIOLOGIA NO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO DO Ifal - CAMPUS MACEIÓ** sob responsabilidade de RAFAEL FÉLIX LEITE e supervisão da Prof^a. Dr^a. BEATRIZ MEDEIROS DE MELLO do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A seguir, são indicadas as informações do projeto sobre a participação do/da estudante:

1. O estudo se destina a construir material didático suplementar para que o professor de Sociologia do ensino técnico integrado tenha um suporte facilitador para uma complexa temática do sistema prisional junto ao corpo discente.
2. A importância deste estudo é permitir que os alunos tenham acesso a uma realidade de difícil acesso e assim possam ampliar seus conhecimentos sobre essa questão sociológica e também cresçam e se posicionem enquanto estudantes e futuros profissionais, bem como que o conhecimento científico seja divulgado.
3. O objetivo específico deste estudo é identificar quais são os conhecimentos prévios apresentados por alunos e professores, bem como a relevância de estudo da temática em sala de aula.
4. A coleta de dados está prevista para acontecer nos meses de junho e julho de 2019.
5. A contribuição dos professores, nesta pesquisa, será por meio de registro das suas impressões e opiniões com base em aplicação de questionário virtual e entrevista semiestruturada. A base da amostra inclui 15 professores, distribuídos por todos os

Campus do Ifal. Já a base da amostra de alunos é composta por 30 estudantes do 3º ano do Curso de Informática aplicada à Internet do *Campus* Maceió. Compõem também a amostra 5 reeducandos trabalhadores, que auxiliarão a ilustrar os debates apreendidos pela revisão bibliográfica.

6. Os riscos envolvidos na pesquisa são de possibilidade de constrangimentos, inibição, ansiedade e desconforto. Para minimizar tais situações, serão garantidos local adequado, todos os esclarecimentos necessários sobre a pesquisa, liberdade para não responder questões, além de ser asseguradas a privacidade, confidencialidade, proteção de identidade e a não estigmatização, garantindo o não prejuízo dos participantes.
7. As informações conseguidas através da participação do/a colaborador/a não permitem a sua identificação, exceto para a equipe da pesquisa e a divulgação das informações só será feita em artigos científicos ou relatório de pesquisa, sem a identificação, desde que assinado este TCLE que indica a sua autorização.
8. A realização desta pesquisa poderá qualificar as discussões sobre o importante problema sociológico do sistema prisional brasileiro entre o corpo discente e sistematizará os conhecimentos científicos produzidos, que serão traduzidos numa linguagem acessível, promovendo divulgação de trabalhos científicos para a sociedade e sensibilização da questão entre os alunos, que geralmente não acessam o conhecimento científico produzido pela comunidade científica.
9. Os participantes desse estudo receberão apoio e orientação em todas as etapas de realização do estudo, sendo responsáveis por ele: **RAFAEL FÉLIX LEITE e Profª. Drª. BEATRIZ MEDEIROS DE MELO (supervisão)**
10. Os participantes serão informados sobre o resultado desta pesquisa e, sempre que desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
11. A qualquer momento o participante pode recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.
12. A participação neste estudo não traz nenhuma despesa extra para seus participantes.
13. Os participantes receberão uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelos responsáveis.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa (obrigatório): Instituição:

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Endereço: Av. Benedito Bentes, S/N – Conj Benedito Bentes II

Complemento:

Cidade/CEP: MACEIÓ/ 57.084-649

Telefone: (82) 2126-6230

Contato de urgência:

Prof^ª. Dr^ª. BEATRIZ MEDEIROS DE MELO

Endereço: Av. Benedito Bentes, S/N – Conj Benedito Bentes II Complemento:

Cidade/CEP: MACEIÓ/ 57.084-649

Telefone: (82) 9.9839-8309

RAFAEL FÉLIX LEITE

Endereço: Rua Doutor Luiz de Mascarenhas, nº 18, Bairro Farol Complemento:

Ed. Terrazzos, apto 1906

Cidade/CEP: Maceió/ 57.055-030

Telefone: (82) 9.9617-5136

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da/e _____ analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa: Endereço:

Telefone:

Horário de atendimento:

E-mail:

Maceió, de

<p>Assinatura ou impressão datiloscópica do (a) voluntário (a) ou responsável legal e rubricar as demais folhas</p>	<p>RAFAEL FÉLIX LEITE Pesquisador responsável</p>
---	---

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Reeducandos Trabalhadores

Eu, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e benefícios que a minha participação implica, concordo em participar dele e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO. Estou de acordo com todos os pontos elencados abaixo.

Refere-se a participação voluntária no projeto de pesquisa de mestrado **TRABALHO PRISIONAL E FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: POSSIBILIDADES A PARTIR DO SUPORTE DIDÁTICO À SOCIOLOGIA NO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO DO Ifal - CAMPUS MACEIÓ** sob responsabilidade de **RAFAEL FÉLIX LEITE** e supervisão da Prof^a. Dr^a. **BEATRIZ MEDEIROS DE MELLO** do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A seguir, são indicadas as informações do projeto sobre a sua participação:

1. O estudo se destina a construir material didático suplementar para que o professor de Sociologia do ensino técnico integrado tenha um suporte facilitador para uma complexa temática do sistema prisional junto ao corpo discente.
2. A importância deste estudo é permitir que os alunos tenham acesso a uma realidade de difícil acesso e assim possam ampliar seus conhecimentos sobre essa questão sociológica e também cresçam e se posicionem enquanto estudantes e futuros profissionais, bem como que o conhecimento científico seja divulgado.
3. O objetivo específico deste estudo é identificar quais são os conhecimentos prévios apresentados por alunos e professores, bem como a relevância de estudo da temática em sala de aula.
4. A coleta de dados está prevista para acontecer nos meses de junho e julho de 2019.
5. A contribuição das pessoas privadas de liberdade trabalhadores nesta pesquisa, será, através de suas narrativas, ilustrarem os debates apreendidos pela revisão bibliográfica. A contribuição dos professores, nesta pesquisa, será por meio de registro das suas impressões e opiniões com base em aplicação de questionário

virtual e entrevista semiestruturada com professores do *Campus* Maceió. A base da amostra inclui 15 professores, distribuídos por todos os *Campus* do Ifal. Já a base da amostra de alunos é composta por 30 estudantes do 3º ano do Curso de Informática aplicada à Internet do *Campus* Maceió.

6. Os riscos envolvidos na pesquisa são de possibilidade de constrangimentos, inibição, ansiedade e desconforto. Para minimizar tais situações, serão garantidos local adequado, todos os esclarecimentos necessários sobre a pesquisa, liberdade para não responder questões, além de ser asseguradas a privacidade, confidencialidade, proteção de identidade e a não estigmatização, garantindo o não prejuízo dos participantes
7. As informações conseguidas através da participação do/a colaborador/a não permitem a sua identificação, exceto para a equipe da pesquisa e a divulgação das informações só será feita em artigos científicos ou relatório de pesquisa, sem a identificação, desde que assinado este TCLE que indica a sua autorização.
8. A realização desta pesquisa poderá qualificar as discussões sobre o importante problema sociológico do sistema prisional brasileiro entre o corpo discente e sistematizará os conhecimentos científicos produzidos, que serão traduzidos numa linguagem acessível, promovendo divulgação de trabalhos científicos para a sociedade e sensibilização da questão entre os alunos, que geralmente não acessam o conhecimento científico produzido pela comunidade científica.
9. Os participantes desse estudo receberão apoio e orientação em todas as etapas de realização do estudo, sendo responsáveis por ele: **RAFAEL FÉLIX LEITE e Profª. Drª. BEATRIZ MEDEIROS DE MELO (supervisão)**
10. Os participantes serão informados sobre o resultado desta pesquisa e, sempre que desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
11. A qualquer momento o participante pode recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.
12. A participação neste estudo não traz nenhuma despesa extra para seus participantes.
13. Os participantes receberão uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelos responsáveis.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa (obrigatório):

Instituição: INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Endereço: Av. Benedito Bentes, S/N – Conj Benedito Bentes II Complemento:

Cidade/CEP: MACEIÓ/ 57.084-649

Telefone: (82) 2126-6230

Contato de urgência:

Prof^ª. Dr^ª. BEATRIZ MEDEIROS DE MELO

Endereço: Av. Benedito Bentes, S/N – Conj Benedito Bentes II Complemento:

Cidade/CEP: MACEIÓ/ 57.084-649

Telefone: (82) 9.9839-8309

RAFAEL FÉLIX LEITE

Endereço: Rua Doutor Luiz de Mascarenhas, nº 18, E

Complemento: Bloco 08, ap. 02

Cidade/CEP: Maceió/ 50741-010

Telefone: (82)9.9617-5136

ATENÇÃO: O Comitê de Ética da/e _____ analisou e aprovou este projeto de pesquisa. Para obter mais informações a respeito deste projeto de pesquisa, informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa: Endereço:

Telefone:

Horário de atendimento:

E-mail:

Maceió, de

Assinatura ou impressão datiloscópica do (a) voluntário (a) ou responsável legal e	<p style="text-align: center;">RAFAEL FÉLIX LEITE</p> <p style="text-align: center;">Pesquisador responsável</p>
--	--

rubricar as demais folhas	
---------------------------	--

APÊNDICE F - Carta de Apresentação à Instituição – SERIS.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (Ifal)
CAMPUS AVANÇADO BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT)

Maceió, 15 de abril de 2019.

Senhor Marcos Sérgio de Freitas Santos

Secretário de Estado da Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social (SERIS)

Venho por meio deste documento, Prof. Dr^a. Beatriz Medeiros de Melo, solicitar sua anuência para que juntamente com o aluno do Programa de Mestrado do Instituto Federal de Alagoas, Rafael Félix Leite, possamos realizar uma pesquisa sobre: “Trabalho prisional e formação humana integral: possibilidades a partir do suporte didático à Sociologia no Ensino Técnico Integrado”, sob o enfoque de produzir um produto educacional que auxilie o professor a trabalhar esta temática tão importante junto ao corpo discente.

Através desta anuência, será possível a coleta de dados com aplicação de um questionário semiestruturado, daqueles que consentirem em participar da pesquisa, confirmado a participação pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Informamos que não haverá custos nem prejuízos para a instituição. Nesse sentido, contamos com sua colaboração para o sucesso desta pesquisa autorizando no que for possível, o acesso a reeducandos que trabalham e estão sob custódia do Estado, a fim de realizar os levantamentos necessários no escopo do projeto.

Declaramos ainda que respeitaremos todas as orientações de segurança e entendemos que a realização dos procedimentos depende da disponibilidade do efetivo de agentes. A coleta de dados está prevista para os meses de agosto a outubro de 2019, conforme cronograma de execução disponibilizado a esta Secretaria.

Reiteramos que os dados terão finalidades exclusivamente acadêmicas e científicas, bem como serão preservados a imagem e o anonimato dos participantes, sob pena de ser encaminhada reclamação por conduta antiética, de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa em Seres Humanos.

Agradecemos com antecedência seu apoio e compreensão, certos de sua colaboração para o desenvolvimento da pesquisa científica no sistema prisional brasileiro.

Atenciosamente,

Prof. Dra. Beatriz Medeiros de Melo
Orientadora

APÊNDICE G - Questionário Virtual – Diagnóstico com Professores/as de Sociologia

- 1) Atualmente, o sistema prisional se configura como um problema contemporâneo. ()
Discordo totalmente.
() Discordo parcialmente.
() Não concordo, nem discordo. ()
() Concordo parcialmente.
() Concordo totalmente.
- 2) Em sua visão, algum destes problemas está ligado ao sistema prisional? (marque um ou mais)
- () Superlotação ()
() Impunidade
() Falta de trabalho
() Dificuldade de acesso à educação dentro do sistema prisional ()
Más condições de higiene e insalubridade
() Penas muito curtas e/ou leves ()
() Racismo
() Preconceito contra pobres
() Insensibilidade por parte da sociedade ()
Falta de oportunidade
() Falta de celeridade nos processos judiciais ()
() Desemprego estrutural
Outros, especifique: _____.
- 3) É pertinente que os alunos discutam crime e sistema prisional em sala de aula. ()
Discordo totalmente.
() Discordo parcialmente.
() Não concordo, nem discordo. ()
() Concordo parcialmente.
() Concordo totalmente.
- 4) Os livros didáticos tratam do crime e da questão prisional de forma suficiente. ()
Discordo totalmente.
() Discordo parcialmente.
() Não concordo, nem discordo. ()
() Concordo parcialmente.
() Concordo totalmente.
- 5) O trabalho prisional deve ser entendido como uma forma de realização do trabalho na sociedade contemporânea.
() Discordo totalmente.
() Discordo parcialmente.
() Não concordo, nem discordo. ()
() Concordo parcialmente.

Concordo totalmente.

6) Discutir o trabalho prisional em sala de aula pode elucidar questões sobre a forma de realização do trabalho na sociedade contemporânea.

Discordo totalmente.

Discordo parcialmente.

Não concordo, nem discordo. (

) Concordo parcialmente.

Concordo totalmente.

7) Em sua percepção, como o CORPO DOCENTE aprecia o sistema prisional brasileiro? (marque um ou mais)

Demonstra conhecimento. (

) Demonstra interesse.

Reproduz preconceitos e estigmas. (

) Não é levado com seriedade.

Demonstra desconhecimento.

Outros: _____.

8) Em sua percepção, como o CORPO DISCENTE aprecia a temática do crime? (marque um ou mais)

Demonstra conhecimento. (

) Demonstra interesse.

Reproduz preconceitos e estigmas. (

) Não é levado com seriedade.

Demonstra desconhecimento.

Outros: _____.

9) Em sua percepção, como a SOCIEDADE aprecia a temática do crime? (marque um ou mais)

Demonstra conhecimento. (

) Demonstra interesse.

Reproduz preconceitos e estigmas. (

) Não é levado com seriedade.

Demonstra desconhecimento.

Outros: _____.

10) Qual é o seu conhecimento sobre como funciona o trabalho prisional? ()

Não tenho conhecimento algum sobre o tema.

Conheço muito pouco sobre o tema.

Não entendo o trabalho prisional como uma temática relevante. (

) Conheço algo a respeito do tema.

Tenho amplo conhecimento sobre o tema.

11) Reconhece que o debate sobre trabalho nas prisões possui intersecções com outros temas do conteúdo programático de Sociologia? Marque um ou mais temas:

- Classes e instituições sociais (____)
O processo de socialização
- Poder, Política e Estado (____) O
neoliberalismo
- Marginalidade social
- Desigualdade, exclusão e inclusão social (____)
Trabalho e sociedade moderna capitalista (____) A
questão do trabalho no Brasil
- Do fordismo à produção flexível
- Etnicidade, gênero, violência e minorias no Brasil
- Outros: _____.

12) Você teria condições de discutir esse tema em sala de aula sem apoio de um livro didático.

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo. (____)
____) Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

13) Avalia que, de alguma forma, um material de apoio didático complementar sobre trabalho prisional pode contribuir para o entendimento de questões sociais relevantes?

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo. (____)
____) Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

14) Caso deseje tecer comentários sobre o sistema prisional e o trabalho prisional, fique à vontade.

15) A qual Campus do Ifal você está vinculado?

16) Ao todo, há quanto tempo você leciona no Ifal? (____)

- Há menos de seis meses.
- Há mais de seis meses.

APÊNDICE H - Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Professores/as de Sociologia

Entrevistado nº _____

Início _____ Término _____

Local: _____ Data: __/__/____

- 1) Qual são os principais desafios enfrentados no contexto de sala de aula?
- 2) Quais são os principais fatores facilitadores enfrentados no contexto de sala de aula?
- 3) Quais são as suas estratégias para favorecer o processo educativo?
- 4) De uma forma geral, como você imagina um encarte suplementar a um livro didático? (ex: cartilha, baralho educativo, ferramentas tecnológicas... etc)
- 5) De que maneira você avalia uma proposta de sequência didática?
- 6) Você consegue relacionar diretamente o trabalho prisional com o mundo de trabalho contemporâneo? Se sim, de que forma e se não, quais seriam as dificuldades para a realização desta comparação?

APÊNDICE I - Questionário – Diagnóstico com Estudantes

1 – Sabe algo sobre o trabalho prisional? (

) Conheço amplamente o tema.

() Conheço algo a respeito.

() O tema não me parece importante. ()

Conheço pouco a respeito.

() Não conheço nada.

2 – Em sua visão, algum destes problemas está ligado ao sistema prisional? (marque um ou mais)

() Superlotação ()

Impunidade

() Falta de trabalho

() Dificuldade de acesso à educação dentro do sistema prisional ()

Dificuldade de acesso à trabalho dentro do sistema prisional

() Más condições de higiene

() Penas muito curtas e/ou leves ()

Racismo

() Preconceito contra pobres

() Insensibilidade por parte da sociedade ()

Falta de oportunidade

Outros, especifique: _____.

3 – Já estudou/discutiu o tema em alguma disciplina durante o curso? (

) Sim () Não

4 – Se sim, em qual disciplina...? (

) Sociologia

() História ()

Filosofia

() Português

() Não lembro.

() Outra: _____

5 - Se sim, em qual ano do curso? (

) 1°

() 2°

() 3°

() 4°

() Não lembro.

6 - Você já viu esse tema sendo tratado em algum livro didático? (

) Sim () Não

7 - Se sim, de qual disciplina? (

) Sociologia

() História ()

Filosofia

- Português
- Não lembro.
- Outra: _____

8 – O que você sabe a respeito do trabalho prisional?

9 – Já ouviu falar sobre a remição (diminuição da pena) por trabalho? (

- Nunca ouvi
- Já ouvi algo a respeito. (
 - Para mim, tanto faz.
- Conheço pouco. (
 - Conheço bem.

10- O que acha da diminuição da pena por trabalho? ()

Discordo totalmente.

- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo. (
 - Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

11 – Já ouviu falar sobre o auxílio reclusão (benefícios concedidos a familiares de presos que contribuíram na previdência antes de serem presos)?

- Nunca ouvi
- Já ouvi algo a respeito. (
 - Para mim, tanto faz.
- Conheço pouco. (
 - Conheço bem.

13 – Tem conhecimento que existem presos que trabalham de graça? ()

Nunca ouvi falar a respeito.

- Já ouvi algo a respeito. (
 - Para mim, tanto faz.
- Conheço pouco.
- Conheço bem esse debate.

14- Você concorda que presos trabalhem de graça? ()

Discordo totalmente.

- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo. (
 - Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

15 – Em sua avaliação, qual o sentido do trabalho nas prisões? Marque uma ou mais respostas:

- Ressocialização. (
- Punição.
- Prevenção.
- Outro _____

16 – A sociedade e o mercado de trabalho estão preparados para absorver trabalhadores egressos (pessoas que já passaram pela prisão).

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo. (
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

17 – É importante entender a questão social apresentada [o trabalho prisional] para lidar melhor com ela.

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo. (
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

18 – A sociedade está pronta para receber um trabalhador vindo do sistema prisional. ()
Discordo totalmente.

- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo. (
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

19 – O trabalho poderia facilitar ou garantir a (re) inserção da pessoa privada de liberdade na sociedade.

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo. (
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

20 – Leia as frases abaixo e marque as opções correspondentes.

Bandido bom é bandido morto.

- i. () Discordo totalmente.
- ii. () Discordo parcialmente.
- iii. () Não concordo, nem discordo.
- iv. () Concordo parcialmente.
- v. () Concordo totalmente.

A responsabilidade pelo crime é apenas do autor do crime.

- i. () Discordo totalmente.
- ii. () Discordo parcialmente.
- iii. () Não concordo, nem discordo.
- iv. () Concordo parcialmente.
- v. () Concordo totalmente.

A aplicação das leis no Brasil é injusta.

- i. () Discordo totalmente.
- ii. () Discordo parcialmente.
- iii. () Não concordo, nem discordo.
- iv. () Concordo parcialmente.
- v. () Concordo totalmente.

A prisão tem falhado, precisamos pensar novas formas de lidar com o crime.

- vi. () Discordo totalmente.
- vii. () Discordo parcialmente.
- viii. () Não concordo, nem discordo.
- ix. () Concordo parcialmente.
- x. () Concordo totalmente.

Um adolescente ou criança deveria responder a um crime como um adulto.

- vi. () Discordo totalmente.
- vii. () Discordo parcialmente.
- viii. () Não concordo, nem discordo.
- ix. () Concordo parcialmente.
- x. () Concordo totalmente.

O preso tem que trabalhar para arcar com os gastos da sua pena.

- i. () Discordo totalmente.
- ii. () Discordo parcialmente.
- iii. () Não concordo, nem discordo.
- iv. () Concordo parcialmente.
- v. () Concordo totalmente.

As forças e instituições policiais são racistas e isso se reflete no sistema prisional.

- i. () Discordo totalmente.
- ii. () Discordo parcialmente.
- iii. () Não concordo, nem discordo.
- iv. () Concordo parcialmente.
- v. () Concordo totalmente.

Um preso precisa ter acesso à saúde, educação e trabalho.

- vi. () Discordo totalmente.
- vii. () Discordo parcialmente.
- viii. () Não concordo, nem discordo.
- ix. () Concordo parcialmente.
- x. () Concordo totalmente.

A lei passa muito a mão na cabeça.

- i. () Discordo totalmente.
- ii. () Discordo parcialmente.
- iii. () Não concordo, nem discordo.
- iv. () Concordo parcialmente.
- v. () Concordo totalmente.

“Tá com pena do bandido? Leva ele pra casa!”

- i. () Discordo totalmente.
- ii. () Discordo parcialmente.
- iii. () Não concordo, nem discordo.
- iv. () Concordo parcialmente.
- v. () Concordo totalmente.

Crimes cometidos por políticos são tratados de maneira diferentes dos outros.

- vi. () Discordo totalmente.
- vii. () Discordo parcialmente.
- viii. () Não concordo, nem discordo.
- ix. () Concordo parcialmente.
- x. () Concordo totalmente.

Depois de cumprir a pena, a pessoa volta pior pra sociedade.

- i. () Discordo totalmente.
- ii. () Discordo parcialmente.
- iii. () Não concordo, nem discordo.
- iv. () Concordo parcialmente.
- v. () Concordo totalmente.

APÊNDICE J - Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Reeducandos Trabalhadores

Entrevistado nº _____

Início _____ Término _____

Local: _____ Data: __/__/__

- 1) Você trabalhava quando estava em liberdade?
- 2) Atualmente, o que você faz no trabalho? O que acha dessa atividade exercida?
- 3) Você acredita na ressocialização?
- 4) Que sentido o trabalho tem para você?
- 5) O trabalho contribui para o cumprimento da pena? Por quê?
- 6) Atualmente, você avalia que a sociedade está pronta para receber um egresso?
- 7) Você acredita que ao término da pena, será absorvido pelo mercado de trabalho?
- 8) Como seus familiares, parentes e pessoas próximas avaliam o fato de você estar trabalhando?
- 9) Você tem conhecimento da legislação que rege o trabalho em unidades prisionais?
- 10) Você acha que o trabalho auxilia na sua ressocialização? Como?

APÊNDICE K - Questionário Virtual – Avaliação com Pesquisadores/as.

- 1) Sexo
 Masculino Feminino

- 2) Idade:

- 3) Titulação:
 Graduação
 Especialização
Mestrado
 Doutorado
 Pós-doutorado

- 4) Instituição de vínculo principal: _____
- 5) Tempo de trabalho em pesquisas na temática em questão (em anos)
- 6) A linguagem do material parece adequada para estudantes do Ensino Médio.
Concordo plenamente.
 Concordo parcialmente.
 Não concordo, nem discordo (neutro).
 Discordo parcialmente.
 Discordo plenamente.

- 7) As ilustrações (fotos e gráficos) são significativos e dialogam com os textos apresentados em cada sessão.
 Concordo plenamente.
 Concordo parcialmente.
 Não concordo, nem discordo (neutro).
 Discordo parcialmente.
 Discordo plenamente.

- 8) A diagramação parece adequada, sendo agradável à/ao leitor/a e informando claramente passagens de sessões.
 Concordo plenamente.
 Concordo parcialmente.
 Não concordo, nem discordo (neutro).
 Discordo parcialmente.
 Discordo plenamente.

- 9) O conteúdo da cartilha traz discussões relevantes e pertinentes em relação às questões colocadas (Sistema de Justiça, Sistema prisional e Trabalho Prisional).
 Concordo plenamente.
 Concordo parcialmente.
 Não concordo, nem discordo (neutro).

- Discordo parcialmente. (
 Discordo plenamente.

10) Caso identifique debates significativos ausentes no corpo do Produto, indique-os abaixo.

11) Você indicaria a leitura e utilização em sala de aula, considerando que ele passará por revisões a partir destas avaliações?

- Sim.
 Não.

12) Você identificou erros gramaticais ou de formatação no documento ou no formulário?

- Sim.
 Não.

13) Qualifique lacunas ou críticas observadas. Estes apontamentos serão essenciais para o processo de reformulação do PE.

APÊNDICE L - Questionário Virtual – Avaliação com Professoras/es

- 1) Sexo
 Masculino Feminino
- 2) Idade:
- 3) Titulação:
 Graduação
 Especialização (
 Mestrado
 Doutorado
 Pós-doutorado
- 4) Campus do Ifal em que está vinculado/a: _____
- 5) Tempo de trabalho docente na rede técnica federal (em anos): _____
- 6) Tempo de trabalho docente no Ensino Médio (em anos)
- 7) A linguagem do material parece adequada para estudantes do Ensino Médio.
Concordo plenamente.
 Concordo parcialmente.
 Não concordo, nem discordo (neutro). (
 Discordo parcialmente.
 Discordo plenamente.

7.1 Se desejar, qualifique a resposta anterior. Pedimos especial esforço de qualificação àqueles/as que discordarem (parcial ou totalmente) da questão colocada.

- 8) As ilustrações (fotos e gráficos) são significativos e dialogam com os textos apresentados em cada sessão.
 Concordo plenamente. (
 Concordo parcialmente.
 Não concordo, nem discordo (neutro). (
 Discordo parcialmente.
 Discordo plenamente.

8.1 Se desejar, qualifique a resposta anterior. Pedimos especial esforço de qualificação àqueles/as que discordaram (parcial ou totalmente) da questão colocada.

9) A diagramação parece adequada, sendo agradável à/ao leitor/a e informando claramente passagens de sessões.

- () Concordo plenamente. () Concordo parcialmente.
() Não concordo, nem discordo (neutro). () Discordo parcialmente.
() Discordo plenamente.

9.1. Se desejar, qualifique a resposta anterior. Pedimos especial esforço de qualificação àqueles/as que discordarem (parcial ou totalmente) da questão colocada.

10) O conteúdo da cartilha traz discussões relevantes e pertinentes em relação às questões colocadas (Sistema de Justiça, Sistema prisional e Trabalho Prisional).

- () Concordo plenamente. () Concordo parcialmente.
() Não concordo, nem discordo (neutro). () Discordo parcialmente.
() Discordo plenamente.

10.1. Se desejar, qualifique a resposta anterior. Pedimos especial esforço de qualificação àqueles/as que discordarem (parcial ou totalmente) da questão colocada.

11) O conteúdo da cartilha dialoga com o conteúdo programático do componente curricular Sociologia?

- Concordo plenamente. (
) Concordo parcialmente.
 Não concordo, nem discordo (neutro). (
) Discordo parcialmente.
 Discordo plenamente.

12) Você percebe possibilidade de utilização deste Produto Educacional nas suas aulas de Sociologia, considerando a carga horária e o conteúdo programático da disciplina no Ensino Médio Integrado, e também considerando que esse material passará por uma revisão a partir das respostas deste formulário?

- Concordo plenamente. (
) Concordo parcialmente.
 Não concordo, nem discordo (neutro). (
) Discordo parcialmente.
 Discordo plenamente.

12.1. Se desejar, qualifique a resposta anterior. Pedimos especial esforço de qualificação àqueles/as que discordarem (parcial ou totalmente) da questão colocada.

13) O tema do Produto Educacional se aproxima mais do conteúdo programático de que série do Ensino Médio Integrado, considerando sua dinâmica de trabalho?

- Primeiro (
) Segundo
 Terceiro (ou Quarto).

14) Você identificou debates significativos ausentes no Produto Educacional? ()
Sim

- Não

14.1. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, pedimos que qualifique sua resposta.

15) Você identificou erros gramaticais ou de formatação no material didático apresentado?

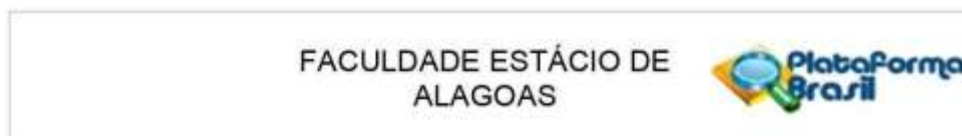
() Sim

() Não

15.1. Se respondeu à pergunta acima afirmativamente, pedimos que relacione os erros encontrados.

16. Espaço livre para apreciações gerais a respeito do trabalho.

ANEXO A – Aprovação do Projeto na Plataforma Brasil



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Trabalho prisional e formação humana integral; possibilidades a partir do suporte didático à Sociologia no Ensino Técnico Integrado do IFAL - Campus Maceió

Pesquisador: Rafael Felix Leite

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 12850819.0.0000.5012

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.475.861

Apresentação do Projeto:

Essa pesquisa tem por objetivo principal ampliar a capacidade de estudantes do Ensino Médio Integrado de compreensão das formas de realização do trabalho na contemporaneidade (tema que integra os Planos de Ensino da disciplina de Sociologia) através do reconhecimento e problematização do trabalho prisional. E, ultrapassando esse objetivo central, buscaremos também produzir discussão qualificada acerca do sistema prisional brasileiro. Para alcançar tal objetivo, confeccionaremos um produto educacional suplementar ao livro didático de Sociologia, haja vista tratar-se de um tema ausente neste tipo de material. Este produto educacional será composto por um encarte temático e acompanhará uma sugestão de sequência didática elaborada pelo pesquisador. A abordagem metodológica será sobretudo qualitativa, tendo em seu centro a metodologia da pesquisa-ação e como suporte a produção de dados quantitativos. Como primeira etapa do trabalho, realizaremos um diagnóstico que buscará capturar o conhecimento prévio sobre o tema de 1 classe de estudantes do terceiro ano do Ensino Médio Integrado (30 estudantes, campus Maceió) e de todos os professores de sociologia do IFAL (15 professores). A partir dos resultados desse levantamento, será realizada pesquisa bibliográfica e a realização de 5 entrevistas com reeducandos trabalhadores, material que fundamentará a produção do encarte didático. Para avaliação do produto educativo, será utilizada técnica de observação e registro em diário de

Endereço: Rua Pio XII, 355
Bairro: Jatiúca **CEP:** 57.035-560
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-6832 **Fax:** (82)3214-6828 **E-mail:** cep.jatiuca.fal@estacio.br

FACULDADE ESTÁCIO DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 3.475.861

campo. Compreendemos que a realização desta pesquisa poderá qualificar as discussões sobre o importante problema sociológico do sistema penitenciário brasileiro e sistematizará os conhecimentos produzidos por pesquisas acadêmicas, traduzindo-os em linguagem acessível, promovendo divulgação de trabalhos científicos

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Produzir material didático suplementar para o Ensino Técnico Integrado, vinculado diretamente a conteúdos da disciplina de Sociologia [Formação geral] e Administração [Formação técnica] que possibilite ampliar o conhecimento sobre as formas de realização do trabalho na sociedade contemporânea através do reconhecimento do trabalho no sistema prisional e das condições de acesso ao mercado de trabalho para seus egressos.

Objetivo Secundário:

- Realizar diagnóstico em turmas de Ensino Médio Integrado que possibilite identificar o conhecimento que professores e alunos possuem sobre como se dá o trabalho em presídios e como este se relaciona com a sociedade extramuros, bem como a percepção da importância deste conhecimento neste contextual educacional;
- Empreender pesquisa bibliográfica, principalmente na área de Sociologia, a respeito do lugar do trabalho prisional no sistema produtivo contemporâneo e das formas particulares de realização do trabalho de pessoas privadas de liberdade;
- Elaborar texto didático como produto educacional, baseado nas pesquisas bibliográficas mencionadas, que transcrevam importantes resultados de pesquisa acadêmica sobre a temática para uma linguagem acessível e convidativa aos estudantes do Ensino Técnico Integrado;
- Construir uma ou mais atividades didáticas que possam ser realizadas a partir do produto educacional produzido;
- Realizar entrevistas para reconhecer e ilustrar o material didático, trazendo elementos diretamente do contexto em questão, aproximando o aluno de uma realidade de difícil alcance, devido a barreiras sociais e burocráticas, ampliando sua noção de realidade e das mais diversas formas de realização do trabalho na sociedade contemporânea.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos envolvidos na pesquisa são de possibilidade de constrangimentos, inibição, ansiedade e

Endereço: Rua Pio XII, 355
Bairro: Jatiúca **CEP:** 57.035-560
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-6832 **Fax:** (82)3214-6828 **E-mail:** cep.jatiuca.fel@estacio.br

FACULDADE ESTÁCIO DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 3.475.861.

desconforto. Para minimizar tais situações, serão garantidos local adequado, todos os esclarecimentos necessários sobre a pesquisa, liberdade para não responder questões, além de ser asseguradas a privacidade, confidencialidade, proteção de identidade e a não estigmatização, garantindo o não prejuízo dos participantes.

Benefícios:

A realização desta pesquisa poderá qualificar as discussões sobre o importante problema sociológico do sistema prisional brasileiro entre o corpo discente e sistematizará os conhecimentos científicos produzidos, que serão traduzidos numa linguagem acessível, promovendo divulgação de trabalhos científicos para a sociedade e sensibilização da questão entre os alunos, que geralmente não acessam o conhecimento científico produzido pela comunidade científica.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- TRABALHO APTO A DAR SEGUIMENTO JUNTO A COLETA DE DADOS.

- O CRITÉRIO DE EXCLUSÃO FOI REPETIDO NO ARQUIVO PB.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

ADEQUADOS

Recomendações:

SOLICITAMOS O ENVIO DE UM RELATÓRIO COM O DESFECHO DO TRABALHO PARA ESTE CEP TÃO LOGO SEJA CONCLUÍDO POR MEIO DA NOTIFICAÇÃO DOCUMENTAL.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

SEM PENDÊNCIAS

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1321893.pdf	08/06/2019 21:10:16		Aceito
Outros	Carta_resposta.doc	08/06/2019 21:07:32	Rafael Felix Leite	Aceito

Endereço: Rua Pio XII, 355

Bairro: Jatiúca

CEP: 57.035-560

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-6832

Fax: (82)3214-6826

E-mail: osp.jatiuca.fal@estacio.br

FACULDADE ESTÁCIO DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 3.475.861

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anexo_I_Autorizacao_Supervisora_de_producao_e_laborterapia.pdf	08/06/2019 21:03:24	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anexo_H_Autorizacao_Secretaria_de_Estado.pdf	08/06/2019 21:03:12	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anexo_G_Autorizacao_Gerente_producao_e_laborterapia.pdf	08/06/2019 21:02:59	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anexo_E_Autorizacao_Chefe_do_presidio_NRC.pdf	08/06/2019 21:00:45	Rafael Felix Leite	Aceito
Orçamento	Orcamento_projeto_2.pdf	08/06/2019 21:00:28	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anexo_D_Termo_de_anuencia_IFAL_Campus_Maceio_2.pdf	08/06/2019 20:59:30	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice_D_Termo_de_Consentimento_Livre_Esclarecido_Reeducandos_2.pdf	08/06/2019 20:59:00	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice_C_Termo_de_Consentimento_Livre_Esclarecido_Responsavei.pdf	08/06/2019 20:57:51	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice_B_Termo_de_Consentimento_Livre_Esclarecido_Professores.pdf	08/06/2019 20:57:32	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice_A_Termo_de_Consentimento_Livre_Esclarecido_Alunos_IFAL.pdf	08/06/2019 20:56:55	Rafael Felix Leite	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anexo_F_Termo_de_Infraestrutura_NRC.pdf	08/06/2019 20:56:01	Rafael Felix Leite	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anexo_E_Termo_de_Infraestrutura_IFAL_Campus_Maceio.pdf	08/06/2019 20:55:45	Rafael Felix Leite	Aceito
Outros	Apendice_K_Termo_de_Confidencialidade_e_Sigilo.pdf	08/06/2019 20:54:35	Rafael Felix Leite	Aceito
Outros	Apendice_E_Carta_de_Apresentacao_	08/06/2019	Rafael Felix Leite	Aceito

Endereço: Rua Pio XII, 355

Bairro: Jatiúca

CEP: 57.035-560

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-6832

Fax: (82)3214-6826

E-mail: osp.jatiuca.fal@estacio.br

FACULDADE ESTÁCIO DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 3.475.861

Outros	a_Instituicao_SERIS_2.pdf	20:50:35	Rafael Felix Leite	Aceito
Outros	Apendice_J_Termo_de_Compromisso_d e_Orientacao.pdf	08/06/2019 20:48:54	Rafael Felix Leite	Aceito
Outros	Apendice_I_Roteiro_de_entrevista_semi estruturada_reeducandos_trabalhadore s.pdf	08/06/2019 20:48:22	Rafael Felix Leite	Aceito
Outros	Apendice_G_Roteiro_de_entrevista_se mi_estruturada_professores_2.pdf	08/06/2019 20:46:30	Rafael Felix Leite	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_trabalho_prisional e_formacao_humana.pdf	08/06/2019 20:40:27	Rafael Felix Leite	Aceito
Cronograma	Cronograma_projeto.pdf	25/04/2019 20:57:28	Rafael Felix Leite	Aceito
Orçamento	Orcamento_projeto.pdf	25/04/2019 20:56:38	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anexo_D_Termo_de_anuencia_IFAL_C ampus_Maceio.pdf	25/04/2019 20:55:09	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anexo_C_Termo_de_anuencia_IFAL_C ampus_Avancado_Benedito_Bentes.pdf	25/04/2019 20:55:00	Rafael Felix Leite	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Anexo_B_Declaracao_de_Publicizacao_ de_Resultados.pdf	25/04/2019 20:54:29	Rafael Felix Leite	Aceito
Folha de Rosto	Anexo_A_Folha_de_rosto_para_pesquis a_envolvendo seres humanos.pdf	25/04/2019 20:54:05	Rafael Felix Leite	Aceito
Outros	Apendice_I_Roteiro_de_entrevista_semi estruturada_presos_trabalhadores.pdf	25/04/2019 20:50:36	Rafael Felix Leite	Aceito
Outros	Apendice_H_Questionario_diagnostico_ alunos.pdf	25/04/2019 20:45:49	Rafael Felix Leite	Aceito
Outros	Apendice_G_Roteiro_de_entrevista_se mi_estruturada_professores.pdf	25/04/2019 20:43:40	Rafael Felix Leite	Aceito
Outros	Apendice_F_Questionario_virtual_diagn ostico_professores.pdf	25/04/2019 20:42:25	Rafael Felix Leite	Aceito
Outros	Apendice_E_Carta_de_Apresentacao_a Instituicao_SERIS.pdf	25/04/2019 20:40:50	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice_D_Termo_de_Consentimento _Livre_Esclarecido_Reeducandos.pdf	25/04/2019 20:40:04	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice_C_Termo_de_Consentimento _Livre_Esclarecido_Responsaveis_dos_ alunos.pdf	25/04/2019 20:39:49	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de	Apendice_B_Termo_de_Consentiment	25/04/2019	Rafael Felix Leite	Aceito

Endereço: Rua Pio XII, 355

Bairro: Jatiúca

CEP: 57.035-560

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3214-6832

Fax: (82)3214-6826

E-mail: osp.jatiuca.fal@estacio.br

FACULDADE ESTÁCIO DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 3.475.861

Assentimento / Justificativa de Ausência	o_Livre_Esclarecido_Professores_IFAL. pdf	20:39:22	Rafael Felix Leite	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice_A_Termo_de_Consentimento _Livre_Esclarecido_Alunos_IFAL_Camp us_Maceio.pdf	25/04/2019 20:39:09	Rafael Felix Leite	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Trabalho_prisona l_e_formacao_humana_integral.pdf	25/04/2019 20:37:51	Rafael Felix Leite	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 30 de Julho de 2019

Assinado por:

Bárbara Rose Bezerra Alves Ferreira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Pio XII, 355
Bairro: Jatiúca **CEP:** 57.035-560
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-6832 **Fax:** (82)3214-6826 **E-mail:** osp.jatiuca.fal@estacio.br

ANEXO B – Matriz Curricular de Sociologia no Plano Pedagógico do Curso Integrado ao Ensino Médio – Estradas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
CAMPUS MACEIÓ

Componente Curricular					
Sociologia					
Carga horária total (h/a)	40	Carga horária Semanal (h/a)	1	Período Letivo	1ª série
Eixo Tecnológico					
Infraestrutura					
Ementa					
Indivíduo, Cultura e Sociedade. Sociologia enquanto ciência.					
Bibliografia Básica					
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . São Paulo: MartinsFontes, 1999.					
AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignez Novais. Cultura popular no Brasil . 2ed. São Paulo: Ática, 1995.					
BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar a sociologia . Rio de Janeiro: Zahar, 2010.					
Bibliografia Complementar					
CASTRO, Anna Maria de; DIAS, Edmundo. Introdução ao pensamento sociológico . 5ed. Rio de Janeiro: Eldora do Tijuca.					
COHN, Gabriel(org.). Sociologia: para ler os clássicos – Durkheim, Marx, Weber . 2 ed. Rio de Janeiro: Azougue					
COLLINS, Randall. Quatro tradições sociológicas . Petrópolis, RJ: Vozes					
TOMAZI, Nelson Dácio. Sociologia para o Ensino Médio . São Paulo: atual					
TURNER, Jonathan H. Sociologia: conceitos e aplicações . São Paulo: Makron Books					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
CAMPUS MACEIÓ

Componente Curricular					
Sociologia					
Carga horária total (h/a)	40	Carga horária Semanal (h/a)	1	Período Letivo	2ª série
Eixo Tecnológico					
Infraestrutura					
Ementa					
Poder, cultura, política e Estado.					
Bibliografia Básica e Complementar					
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987,					
BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico . Lisboa: DIFEL, 1989.					
. A dominação masculina . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.					
Bibliografia Complementar					
CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança : movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar.					
DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil . Rio de Janeiro: Rocco.					
FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes : o legado da "raça branca". São Paulo: Editora Globo.					
FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 3 : o cuidado de si. Rio de Janeiro: Editora Graal.					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
CAMPUS MACEIÓ

Componente Curricular					
Sociologia					
Carga horária total (h/a)	40	Carga horária Semanal (h/a)	1	Período Letivo	3ª série
Eixo Tecnológico					
Infraestrutura					
Ementa					
Mundo do trabalho, cultura e organização produtiva					
Bibliografia Básica					
ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.					
_____; BRAGA, Ruy. (Orgs.). Infoproletários : degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.					
BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida . Rio de Janeiro: Zahar, 2001.					
Bibliografia Complementar					
BAUMAN, Zygmunt. Vida para o consumo : a transformação das pessoas em mercadorias, Rio de Janeiro: Zahar, 2008.					
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura. vol.I, São Paulo: Paz e Terra, 2001.					
CHESNAIS, François. A mundialização do capital . São Paulo: Xamã, 1996.					
GARCÍA CANCLINI, Néstor. As culturas populares no capitalismo . São Paulo: Brasiliense, 1983.					
GENTILI, Pablo. (org.). Globalização excludente : desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000. (Coleção A Outra Margem).					